

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2020



Q TRE-TO
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
NBR ISO 9001



Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2020



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS



APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no exercício 2020, e, nos termos do art. 70 da Constituição Federal e das disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187/2020, torna acessível aos órgãos de controle e ao público em geral, sua Estrutura de Governança, os valores que norteiam sua atuação – Ética, Imparcialidade, Transparência, Respeito ao Ser Humano e Responsabilidade Socioambiental – e as ações implementadas visando à gestão regular, eficiente e transparente dos recursos recebidos, bem como a geração de valor para a sociedade.

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:

Mensagem do Presidente

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



Mensagem do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, Desembargador Eurípedes Lamounier

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, especificamente à Instrução Normativa 84/2020 e Decisão Normativa 187/2020, a Justiça Eleitoral do Tocantins apresenta o Relatório de Gestão para o ano de 2020.

Obedecendo estas orientações, o relatório está elaborado na forma de "Relato Integrado". Isso permite melhor compreensão e propicia uma visão ampla e coesa dos atos praticados pela Gestão e os principais resultados obtidos.

A Justiça Eleitoral do Tocantins tem pautado suas iniciativas em ações planejadas e voltadas para "garantir a legitimidade do processo eleitoral". Desde 2015, tem atuado com o objetivo, referendado pela Corte deste órgão na Resolução nº 326/2015, de "ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade". Inclusive esse objetivo é definido como a "visão" do órgão no Planejamento Estratégico Institucional para o período 2015 a 2020.

Quanto a "ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral", desde 2005, este órgão trabalha com um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) focado no processo eleitoral. Atualmente, todo o processo eleitoral foi mapeado e é gerenciado por sistema próprio que controla em tempo real, todas as atividades que foram planejadas para a realização das Eleições. A ferramenta utilizada e o modelo de gestão têm servido de inspiração a outras

instituições que pretendem otimizar seus processos de trabalho. Cabe ressaltar, que a Gestão do Processo Eleitoral neste Estado é certificado pela ISO 9001:2015 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE). No que se refere a "ser modelo de excelência na educação política da sociedade", com a Resolução 444/2019, três grandes projetos voltados para essa temática consolidaram-se como projetos permanentes devindo a sua grande importância para a estratégia do órgão. São eles Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas; Agentes da Democracia Formação de Eleitores e Políticos do Futuro e Inclusão Política da Mulher: + Mulher + Democracia. Em 2020, as ações desses projetos alcançaram mais de 8 mil pessoas.

Antes de falar sobre os resultados alcançados em 2020, cabe destacar que este ano foi atípico e desafiador não tão somente para a Justiça Eleitoral, mas para todo o mundo. A pandemia da COVID-19 nos obrigou a repensarmos todos os nossos processos, inclusive em como fazer uma eleição em meio a uma pandemia. Todos os nossos processos e contratações foram revistos com o intuito de poder garantir à sociedade o exercício da democracia num ambiente seguro. Tivemos que adotar procedimentos rígidos de proteção que garantissem que nossos magistrados, servidores, mesários e colaboradores trabalhassem em ambiente com risco bem reduzido de contágio. Mas ainda, o cidadão tinha que se sentir seguro para comparecer no dia da Eleição. Fizemos um bom planejamento, executamos com excelência e o

resultado alcançado foi uma Eleição tranquila, segura e sem intercorrências relevantes.

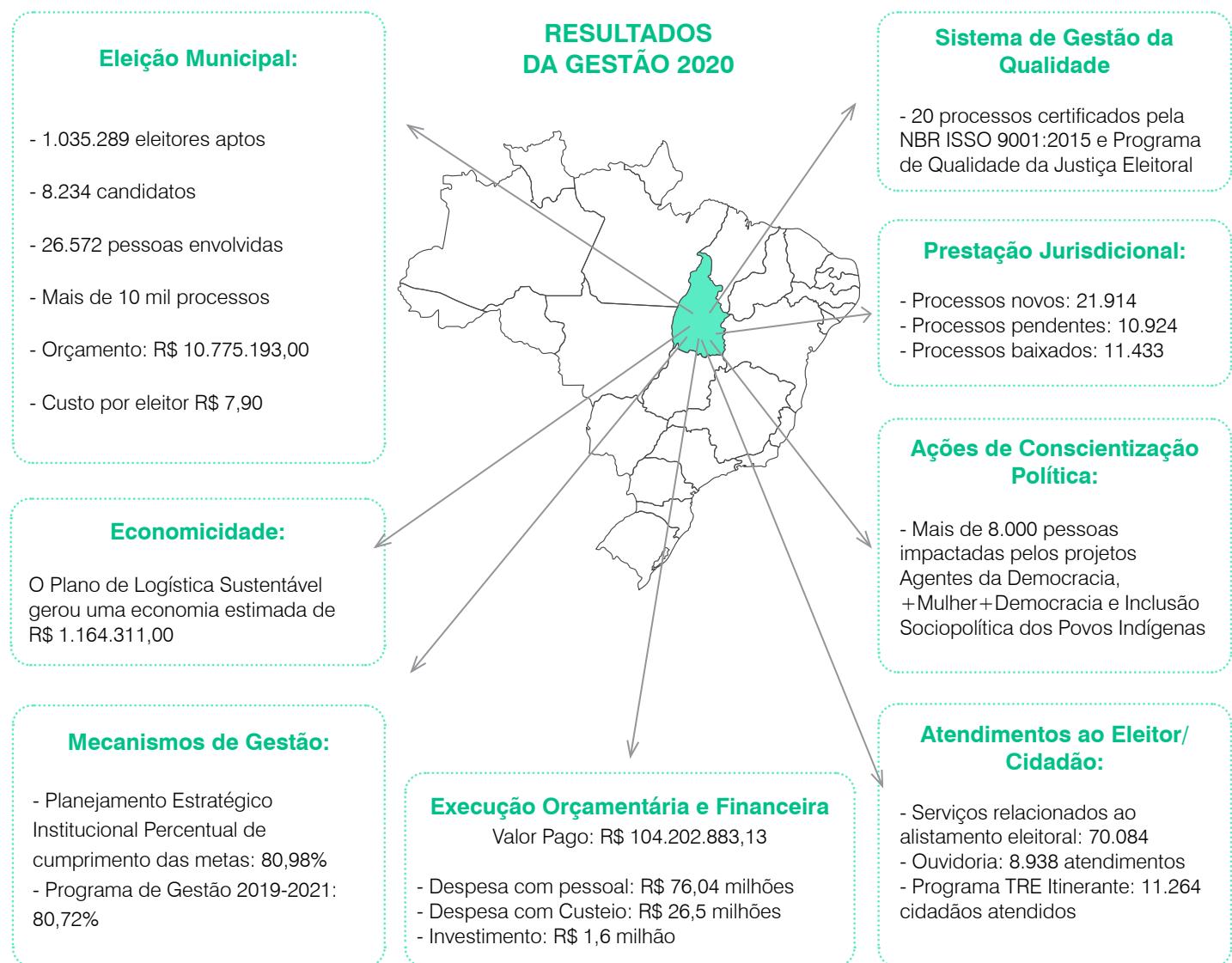
Agora sim, vamos falar dos resultados alcançados em 2020. Vários projetos do Programa de Gestão 2019-2021 foram iniciados, alguns inclusive já foram finalizados. A meta é finalizar a execução de todos até junho de 2021. O detalhamento desses projetos está disponível no item 3.4. Como dito anteriormente, o maior projeto desenvolvido foi a execução da Eleição Municipal 2020. Foram 8.234 candidatos dentre prefeitos e vereadores, mais de 26 mil pessoas envolvidas e mais 10 mil prestações de contas. O custo do eleitor, que nas eleições anteriores ficava acima de R\$ 10, nesta conseguimos reduzir para R\$ 7,90. Um marco para a Justiça Eleitoral do Tocantins.

Outra grande entrega desta gestão para a sociedade foi a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PETRE-TO) para o período 2021-2026. É um plano de 6 anos que diz exatamente como este órgão quer estar em 2026 e qual o caminho os gestores devem seguir para alcançar seus objetivos. Foi um planejamento feito de forma participativa em que a sociedade, magistrados e servidores foram ouvidos. Acreditamos que um planejamento dessa magnitude só pode ter sucesso se ele for real e mensurável. Para isso, precisamos da colaboração de todos na definição dos objetivos, ações e indicadores. O PETRE-TO foi instituído pela Resolução 500/2021 desta Corte e está disponível no site do órgão.

Nesta gestão 2019-2021, importantes iniciativas foram implementadas para a melhoria da satisfação do cidadão-usuário e otimização dos gastos públicos, a exemplo do projeto “Atendimento on line ao cidadão”, “Geração de energia fotovoltaica”, “Reformas de Cartórios Eleitorais”, “Plano de combate à desinformação”, “Núcleo de apoio processual ao 1º Grau”, dentre outras.

Outro resultado que merece destaque e que impacta a satisfação da sociedade, é a melhoria do indicador índice de transparéncia pública, o qual ultrapassou a meta estabelecida. Sua medição em 2020 foi de 94,7%, o qual destaca o TRE-TO entre os cinco melhores índices no segmento.

Por fim, diante de minha responsabilidade por assegurar a integridade do presente relatório, DECLARO que o Relatório de Gestão 2020, do Tribunal Regional Eleitoral, foi preparado e apresentado com a participação dos dirigentes das respectivas unidades e está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado.



Sumário

1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identificação, Missão e Visão	8
1.2 Atuação do TRE-TO e principais normas	8
1.3 Estrutura organizacional	8
1.4 Estrutura de Governança	8
1.5 Modelo de negócios	8
1.6 Principais processos de trabalho	9
1.7 Cadeia de Valor	9
1.8 Ambiente externo	9
1.9 Matriz de materialidade das informações	9

2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 Riscos, oportunidades e perspectivas	28
2.2 Principais riscos e oportunidades e sua vinculação com os objetivos estratégicos.....	29
2.3 Reclassificação dos riscos após controles	30
2.4 Oportunidades	31

3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Como a estrutura de governança apoia a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos?	13
3.2 Estratégia	14
3.3 Resultados e desempenho da gestão	15
3.4 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e as prioridades de gestão	16
3.5 Programa de Gestão.....	16
3.6 Eleições 2020.....	16

4

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

4.1 Gestão Orçamentária e financeira.....	17
4.2 Gestão de custos	18
4.3 Gestão de Pessoas.....	19
4.4 Gestão de licitações e contratos	20
4.5 Gestão Patrimonial e infraestrutura.....	21
4.6 Gestão da Tecnologia da Informação.....	22
4.7 Sustentabilidade ambiental.....	23

5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 Declaração do contador	79
5.2 Demonstrações contábeis	80
5.3 Notas explicativas das demonstrações contábeis	84

6

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.1 Relatório de instância ou área de correição	27
---	----

7

ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

7. ANEXO I - Zonas Eleitorais do TRE-TO.....	92
--	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ASPLAN/DG – Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral
CCIA – Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria
COFIN – Coordenadoria de Finanças
COPES – Coordenadoria de Pessoal
COSEG – Coordenadoria de Serviços Gerais
CRE – Corregedoria Regional Eleitoral
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DG – Diretoria Geral
DRAP's - Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários
PAC – Plano Anual de Capacitação
PEPE – Plano Estratégico de Gestão de Pessoas;
PETIC – Plano Estratégico de Gestão de Pessoas;
PETRE – Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral
PFN – Procuradoria da Fazenda Nacional
PQJE – Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral
SADOR – Secretaria de Administração e Orçamento
SEPAG – Seção de Pagamentos
SEREF – Seção de Registros Funcionais e Informações Processuais
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SANEATINS – Companhia de Saneamento do Tocantins
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
LOA – Lei Orçamentária Anual
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TRE-TO – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VPN – Rede Virtual Privada (tradução do inglês)
ZE – Zona Eleitoral

Capítulo 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO, MISSÃO E VISÃO

Instituição:

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
CNPJ: 05.789.902/0001-72

Endereço Sede:

Quadra 202 Norte - Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 CEP: 77.006-214 -
Cx. postal 181 - Plano Diretor Norte - Palmas - TO.

Sítio eletrônico: www.tre-to.jus.br

Zonas Eleitorais: Atualmente possui 33 zonas eleitorais. Detalhamento no Anexo I.

Criação:

O Estado do Tocantins deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu a instalação de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. No Tocantins, a instalação do TRE-TO ocorreu em 17 de fevereiro de 1989.



Figura 1.1.1 - Missão, Visão e Valores

1.2 ATUAÇÃO DO TRE E PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins integra a Justiça Eleitoral brasileira, que é um ramo especializado do Poder Judiciário. Atua em quatro esferas.



Figura 1.2.1 Ramos do Poder Judiciário

- **Jurisdicional**
Destaca a competência para julgar questões eleitorais
- **Regulamentar**
Elabora normas referentes ao processo eleitoral
- **Administrativa**
É responsável pela organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos
- **Consultiva**
Responde a consultas, **em tese**, formuladas por autoridades públicas ou partidos políticos

Figura 1.2.2 Esferas de atuação da Justiça Eleitoral

A Estrutura da Justiça Eleitoral está disciplinada no art. 118 da Constituição Federal. Ela é estruturada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional; por 27 tribunais regionais eleitorais (TRE's), sediados nas capitais dos Estados e no Distrito Federal; pelos juízes eleitorais; e pelas juntas eleitorais.

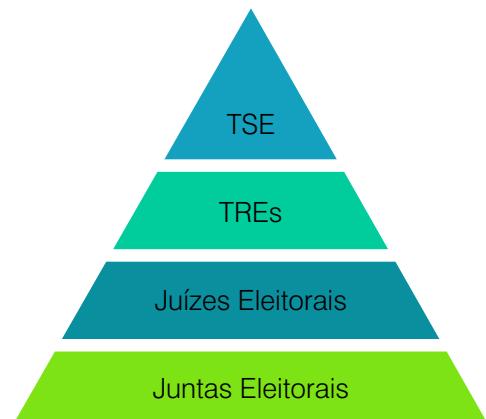


Figura 1.2.3 Estrutura da Justiça Eleitoral

A competência e a organização da Justiça Eleitoral estão previstas nos preceitos emanados da Constituição, do Código Eleitoral, da legislação complementar e das regulamentações da matéria. Essa justiça especializada é o instrumento que assegura a prevalência da soberania popular, seja no comando das eleições, evitando abusos e fraudes, seja na preservação de direitos e garantias, por meio da fixação e fiel observância de diretrizes claras e firmes, fundamentadas em lei.

As principais competências dos TREs estão previstas no artigo 29 do Código Eleitoral, e são elas:

- I. Processar e julgar: o registro e cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos e candidatos; os conflitos de jurisdição entre os Juízes Eleitorais de sua circunscrição; os crimes eleitorais cometidos pelos seus Juízes Eleitorais; o Habeas Corpus ou Mandado de Segurança em matéria eleitoral contra ato de autoridade que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos;
- II. Processar e julgar os recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais;
- III. Responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político;
- IV. Fixar data das eleições para Governador, Vice, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice e Vereador em eleições suplementares;
- V. Organizar a sua Secretaria, a Corregedoria Regional Eleitoral, bem como dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais;
- VI. Organizar e administrar o cadastro de eleitores do Estado do Tocantins; e
- VII. Controlar e fiscalizar todo o processo eleitoral sob sua jurisdição, desde o registro de cada diretório dos partidos políticos até a impressão de boletins e mapas de apuração durante a contagem dos votos.

Em resumo, a Justiça Eleitoral tem por objetivo disciplinar os atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as fases: o alistamento do eleitor, a filiação partidária, o registro de candidaturas, a propaganda eleitoral, a recepção e a apuração dos votos, a expedição do resultado final do pleito, o reconhecimento e a diplomação dos candidatos eleitos.

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

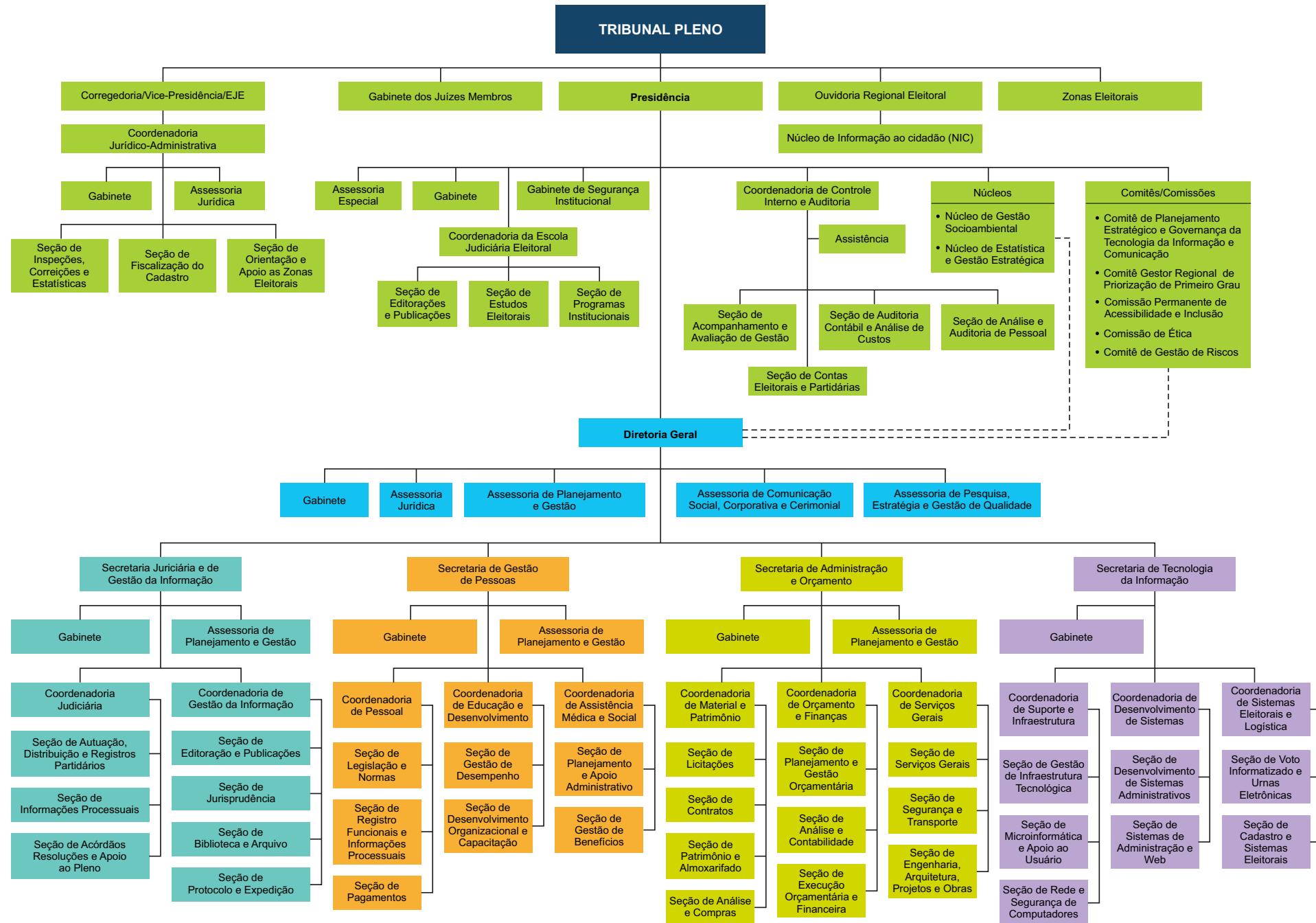
Atualmente, há duas formas de perceber a estrutura organizacional do TRE-TO: uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão matricial, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma do seu Sistema de Gestão da Qualidade. Essas duas divisões são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para o desenvolvimento das suas atividades institucionais com eficácia, eficiência e efetividade. Segue, na Figura 1.3.1 o organograma da Estrutura Regimental.

As competências das unidades que compõem a Estrutura Regimental do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

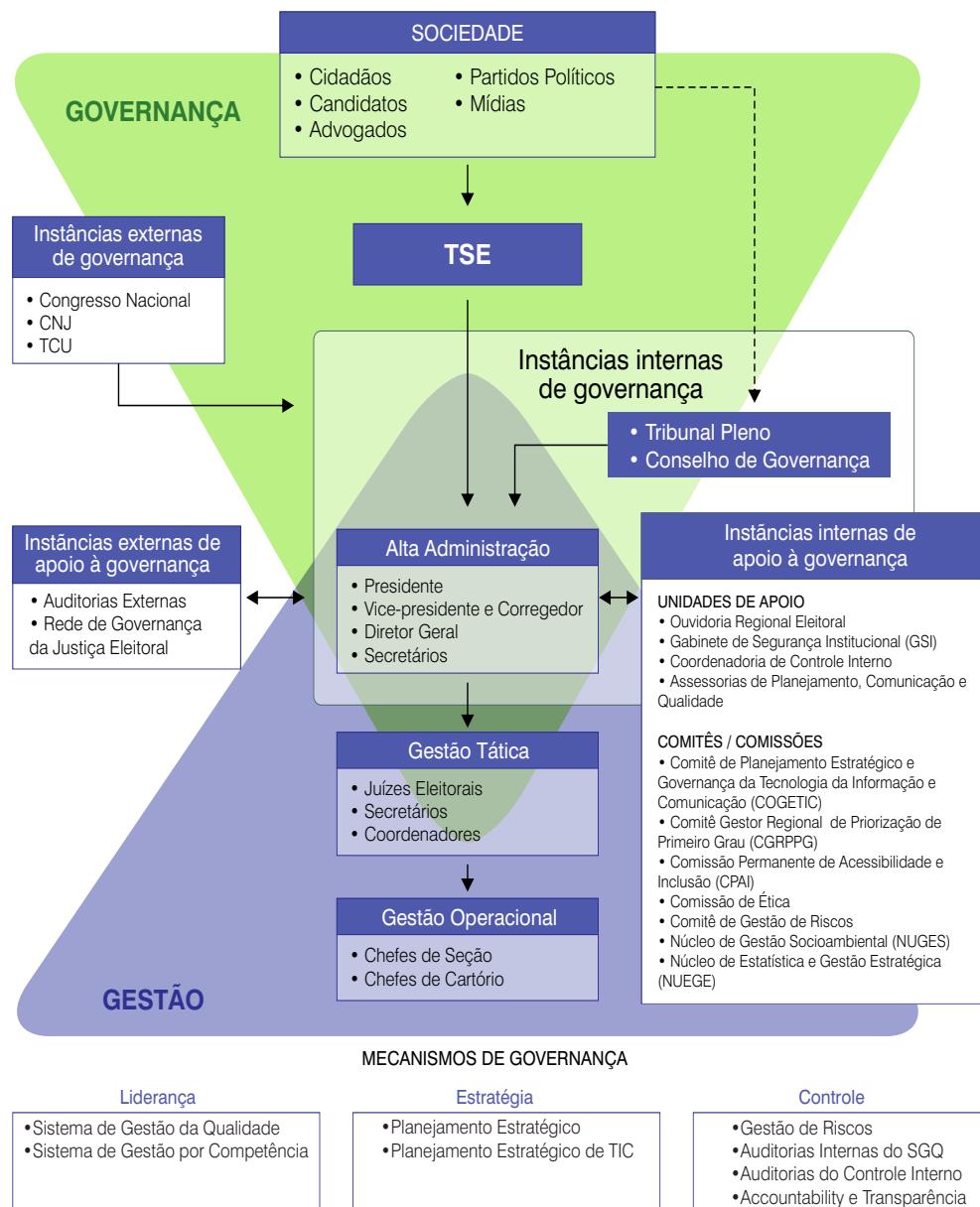
- Regimento Interno – Resolução TRE-TO nº 282/2012
- Regulamento da Secretaria – Resolução TRE-TO nº 116/2007
- Os comitês, comissões e núcleos ligados à Presidência fazem parte do Sistema de Governança e Gestão do órgão e suas competências estão disciplinadas na Instrução Normativa nº 7/2018, do Tribunal. O resumo dessas competências consta no item 2.4 deste relatório.
- O Núcleo de Informação ao Cidadão (NIC), ligado à Ouvidoria, está regulamentado pela Resolução TRE n. 476, de 26 de junho de 2020.



A integra dos normativos pode ser acessada no link:
<https://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada>



1.4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA



O Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO foi instituído pela Instrução Normativa nº 7/2018. Segue o detalhamento de cada instância de governança.

I INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA DO TRE-TO:

A TRIBUNAL PLENO

Composição do colegiado do TRE-TO em 2020:



Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier
Presidente



Desembargador Marco Villas Boas
Vice-Presidente/Corregedor



Juiz
Rubem Ribeiro de Carvalho
Vice-Corregedor



Juíza
Ana Paula Brandão Brasil
Ouvidora Regional Eleitoral



Juiz
José Márcio da Silveira e Silva
Juiz Federal



Juíza
Ângela Issa Haonat
Jurista



Juiz
Marcelo César Cordeiro
Jurista



Álvaro Lotufo Manzano
Procurador Regional Eleitoral

Figura 2.5 – Sistema de Governança e Gestão do TRE-TO

B CONSELHO DE GOVERNANÇA

O Conselho de Governança do TRE-TO foi instituído pela Instrução Normativa nº 7/2018, mesmo instrumento que institucionalizou o Sistema de Governança e Gestão do órgão. Seguem abaixo composição e competências:

COMPOSIÇÃO	COMPETÊNCIAS
Titulares ou representantes das seguintes unidades: I - Presidência do Tribunal II - Vice-Presidência/Corregedoria Regional Eleitoral III - Diretoria Geral IV - Secretarias do Tribunal	Avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance de metas estabelecidas e, ainda, decidir acerca das seguintes matérias: <ul style="list-style-type: none"> • Governança • Gestão estratégica • Políticas organizacionais • Gestão de aquisições • Projetos institucionais • Processos organizacionais • Gestão de resultados • Gestão de riscos • Controles internos administrativos • Metas, estratégias, indicadores e objetivos institucionais • Outros temas correlatos à natureza de sua competência

C ALTA ADMINISTRAÇÃO

Composição da alta administração do TRE-TO:



Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier
Presidente



Desembargador Marco Villas Boas
Vice-Presidente/
Corregedor



Francisco Alves Cardoso Filho
Diretor-Geral



Carlos Henrique Drumond Soares Martins
Secretário de Administração e Orçamento



Cristiane Regina Boechat Tose
Secretária de Gestão de Pessoas



Valdenir Borges Júnior
Secretário de Tecnologia da Informação



Regina Bezerra dos Reis
Secretária Judiciária e
Gestão da Informação

II

INSTÂNCIAS INTERNAS
DE APOIO À GOVERNANÇA

UNIDADES DE APOIO



OUVIDORIA (ORE-TO)

A ORE-TO é o canal de comunicação direta entre a Justiça Eleitoral do Tocantins e a comunidade/cidadão, servindo como importante instrumento de promoção da cidadania. Foi instituída pela Resolução nº 228/2011 e, dentre suas várias atribuições, está a de sugerir às demais unidades do Tribunal a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, notícias de irregularidades, críticas e elogios recebidos pelo cidadão.

Na ORE funciona também o Núcleo de Informação ao Cidadão (NIC), instituído pela Resolução TRE n. 476, de 26 de junho de 2020.

Dentre suas atribuições, estão a de monitorar a aplicação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); recomendar medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos de acesso à informação; e orientar as unidades organizacionais deste Tribunal para o fiel cumprimento da Lei.

A ORE-TO também é responsável pela gestão da Pesquisa de Satisfação do usuário da Justiça Eleitoral do Tocantins. O resultado dessa pesquisa é monitorado pela Alta Administração em Reuniões de Análise da Estratégia e muito contribui na governança do órgão.

Em 2020 a ORE-TRE/TO disponibilizou ao cidadão a cartilha Código de Defesa do Usuário do Serviço Público que estabelece normas básicas para a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública. Acesse a cartilha em <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/ouvidoria-regional-eleitoral/relatorios>, aba cartilhas.

GABINETE DE SEGURANÇA
INSTITUCIONAL (GSI)

Assessora a Presidência do Tribunal no planejamento, execução e manutenção da segurança institucional da Justiça Eleitoral do Tocantins. No período eleitoral é responsável por planejar, coordenar e executar, em conjunto com os demais órgãos de segurança pública, a segurança e a manutenção da ordem pública no Estado do Tocantins, com vistas à garantia do livre exercício do voto, observadas as competências de cada órgão.

COORDENADORIA DE
CONTROLE INTERNO E AUDITORIA (CCIA)

A CCIA é a unidade de auditoria do TRE-TO vinculada diretamente à Presidência, que atua como órgão de assessoramento do Presidente, com vistas a avaliar a gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e eficácia da aplicação dos recursos e seus controles e, ainda, as atividades relativas ao exame das contas eleitorais e partidárias, de competência originária do Tribunal.

A CCIA é o órgão responsável por auxiliar o Controle Externo, com o fim de garantir a regularidade, legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos, bem como eficiência na correta aplicação dos recursos públicos sob a responsabilidade deste Regional e, ainda, por viabilizar a realização de sua missão institucional.

Com o intuito de garantir o alinhamento entre as atividades de auditoria e os objetivos institucionais, como referências para a composição do Plano Anual de Auditoria, a CCIA considera sempre o planejamento estratégico organizacional, as ações coordenadas de auditoria definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e as auditorias integradas, sob a coordenação do Tribunal

Superior Eleitoral.

As atividades de auditoria desenvolvidas pela CCIA atendem às normas técnicas estabelecidas para o Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 171/2013, Resolução TRE-TO nº 314/2014, Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) e Plano Anual de Auditoria (PAA)*, elaborados, aprovados e publicados de acordo com os critérios definidos nos normativos acima citados.

Ressalte-se que o relacionamento da unidade de Auditoria Interna com as demais instâncias de governança do TRE-TO está disciplinado na Resolução TRE-TO nº 314/2014**, a qual estabelece e regulamenta as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização na Secretaria e nos Cartórios das Zonas Eleitorais do Tocantins.



* PALP e PAA/2019 disponíveis em:
<http://www.tre-to.jus.br/transparencia/planos-de-auditoria-interna/auditoria-interna-ccia/planos-de-auditoria-interna>



** Resolução TRE-TO nº 314/2014, alterada pela Resolução TRE/TO nº 333/2015, disponível em:
<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre/resolucoes-do-tre-to>

ASSESSORIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO; COMUNICAÇÃO; E QUALIDADE

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Assessoria o Diretor-Geral na coordenação e monitoramento do processo de planejamento estratégico; na elaboração e acompanhamento do programa de gestão; nas atividades para o cumprimento das metas e determinações do Conselho Nacional de Justiça.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CORPORATIVA E CERIMONIAL

Compete o planejamento e execução da política de comunicação social e cerimonial e a divulgação interna e externa, através de notícias, das ações e iniciativas de todas as unidades do Tribunal.

ASSESSORIA DE PESQUISA, ESTRATÉGIA E GESTÃO DA QUALIDADE

Assessoria o Diretor-Geral na coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), auxiliando as unidades do Tribunal no mapeamento dos processos de trabalho, bem como nos processos que compõe o escopo do Processo Eleitoral. É a unidade responsável pelo acompanhamento dos trabalhos para a certificação do órgão pela NBR ISO 9001:2015 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE).

COMITÊS E COMISSÕES

COGETIC

Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

Criado em 2016 pela Portaria nº 156, incorporou a função do Comitê Executivo e do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação. É um comitê vinculado à Presidência com competência para acompanhar a execução do planejamento estratégico, programa de gestão e plano de comunicação da estratégia; deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação, capacitação; processos organizacionais do escopo do SGQ; gestão de riscos, dentre outros.

CGR-1º GRAU

Comitê Gestor Regional de Priorização de Primeiro Grau

Criado em 2015 pela Portaria nº 483 com a atribuição de gerir e implementar a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução nº 194/2014 do CNJ. É um órgão vinculado à Presidência.

Ao presidente deste comitê incumbe a tarefa de representar o 1º Grau de Jurisdição no COGETIC.

CGR

Comitê de Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos do TRE-TO foi instituída pela Resolução nº 472/2020, bem como foi criado o Comitê de Gestão de Riscos do órgão. Compete ao Comitê propor ao COGETIC melhorias para a Política Corporativa de Gestão de Riscos; orientar os gestores sobre risco e controle administrativo; e dar suporte metodológico à implantação e operacionalização do gerenciamento de riscos.

NUGES

Núcleo de Gestão Socioambiental

Instituído pela Resolução TRE-TO nº 478/2020 como unidade vinculada à Presidência. Uma das suas principais atribuições está a de elaborar, monitorar, avaliar e revisar, juntamente com o comitê gestor, o Plano de Logística Sustentável.

NUEGE

Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

Criado pela Portaria PRES. nº 503/2015 como unidade vinculada à Presidência. Dentre as suas competências destaca-se a de elaboração e divulgação dos dados estatísticos do órgão, bem como a de orientação dos gestores e servidores sobre a operacionalização dos sistemas disponíveis para coleta e processamento dos dados.



Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Instituído em 2017 pela Resolução nº 377. A comissão é responsável pela definição de ações necessárias à garantia da plena acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins. Deve zelar ainda pelo cumprimento da Resolução nº 230/2016, do CNJ, e da Resolução nº 23.381/2012, do TSE.



COMISSÃO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

Foi criada pela Resolução 454/2019, com natureza investigativa. Os membros são nomeados pelo Presidente do Tribunal e devem desempenhar suas atividades sem prejuízo das suas atribuições.



Toda a legislação interna do TRE-TO pode ser acessada no link:
<http://www.tre-to.jus.br/legislacao/legislacao-compilada-tre-to>



INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

- **Congresso Nacional**

Por meio da edição de leis que disciplinam o principal produto da Justiça Eleitoral que é realizar as Eleições.

- **Conselho Nacional de Justiça – CNJ**

Por meio da edição de resoluções que tem padronizado estrutura e procedimentos do judiciário, além do estabelecimento de metas anuais.

- **Tribunal de Contas da União – TCU**

Por meio da prestação de contas anual, as quais estão submetidos todos os órgãos públicos federais.



INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA



AUDITORIAS EXTERNAS

Anualmente, são realizadas auditorias externas com o objetivo de determinar a capacidade e a eficácia do sistema de Gestão da Qualidade para garantir a conformidade contínua, com os requisitos dos clientes, estatutários e regulamentares e o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Em 2020, o Sistema de Gestão da Qualidade foi submetido a duas auditorias:

Auditoria Interna: realizada no período de 4/6/2020 a 3/7/2020 feita por auditores internos do TRE-TO e TRE-GO.

Auditoria Externa: realizada no período de 17/8/2020 a 21/8/2020 pela QMS-Certification Service.



REDE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL

É constituída pelos assessores de planejamento e gestão do TSE e dos 27 tribunais regionais eleitorais. Nessa rede, são discutidas e analisadas as metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral, além de haver muita troca de informação sobre as boas práticas utilizadas na governança e gestão.

1.5 MODELO DE NEGÓCIOS

SOCIEDADE

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- 64.345 Requerimentos de Alistamento Eleitoral
- 22.750 Alistamentos Eleitorais
- 29.800 Transferências Eleitorais
- 10.207 Revisões Eleitorais
- 75 Municípios atendidos
- 9.315 Cidadãos atendidos no projeto itinerante
- 10.166 Atendimentos realizados pela ouvidoria
- 27 Reclamações
- 179 Denúncias

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- 5 Audiências Públicas realizadas pela Corregedoria

PROCESSOS INTERNOS

DESEMPENHO

- 21 Indicadores estratégico
- 9 Indicadores do PETIC
- 12 Indicadores do PEPE
- 33 Indicadores operacionais
- 28 Projetos estratégicos – PG 2019-2021

PLEITOS

- Eleições Municipais 2020
- 871 Locais de votação.
- 4.211 Seções Eleitorais
- 1.035.289 Eleitores aptos
- R\$ 9.007.052 Custo da Eleição
- R\$ 7,89 Custo por eleitor.
- 76,85% Percentual de comparecimento (113.677.586 eleitores)
- 23,15% Percentual de abstenção (34.240.897 eleitores)
- 8.679 Pedidos de registros de candidaturas.
 - 435 Prefeitos
 - 445 Vice Prefeito
 - 7.799 Vereador
- 65,4% Dos pedidos foram do sexo Masculino
- 34,6% Dos pedidos foram do sexo feminino

PARTES INTERESSADAS

- Eleitores
- Candidatos
- Partidos
- Políticos
- Advogados
- Entidades
- Colaboradores
- Fornecedores

ORGANIZAÇÃO

- 139 Municípios
- 33 Zonas Eleitorais
- 2 Postos de Atendimento
- 871 Locais de votação
- 4.211 Seções Eleitorais

ELEITORADO

- 1.035.289 Eleitores
- 5.421 Eleitores indígenas
- 9.788 Eleitores com deficiência

PRESTAÇÃO JURISDICIAL 1º GRAU

- 21.312 Processos que ingressaram no 1º Grau em 2020.
- 11.259 Processos julgados em 2020.
- 65 Processos antigos.
- 16 Processos que ingressaram em 2020 que importam na perda de mandado eletivo.
- 1 Processo julgado em 2020 que importa na perda de mandado eletivo.
- 45 Dias o tempo médio do processo baixado no 1º Grau.

PRESTAÇÃO JURISTICO 2º GRAU

- 122 Sessões realizadas (120 ordinárias, 1 extraordinária e 1 solene).
- 631 Processos julgados (468 judiciais e 163 administrativos)
- 588 Processos que ingressaram em 2020.
- 81 Processo antigos
- 5 Processos que ingressaram em 2020 que importam na perda de mandado eletivo.
- 3 Processos julgados em 2020 que importam na perda de mandado eletivo.
- 312 dias tempo médio do processo baixado.

RECURSOS

FORÇA DE TRABALHO

- Magistrados: 40
- Servidores: 338
- Efetivos: 179
- Removidos: 17
- Requisitados: 135
- Lotação provisória: 3
- Sem vínculo: 4
- Estagiários: 32
- Terceirizados: 166

REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

- Dotação: R\$ 76,04 milhões

ORÇAMENTO

- Dotação Orçamentária: R\$ 108.361.392,17
- Total Pago: R\$ 103.739.461,71

1.6 PRINCIPAIS PROCESSOS DE TRABALHO

OTRE-TO, buscando melhorar os meios e a forma de gerenciar as atividades diretamente ligadas ao processo eleitoral, adotou os princípios da gestão da qualidade, entre eles a gestão por processos para o estabelecimento e o gerenciamento dos seus processos de trabalho.

Abaixo, segue a descrição dos processos componentes do sistema de gestão da qualidade (SGQ) que tem como escopo a gestão do processo eleitoral, envolvendo 20 processos, categorizados em:

- GESTÃO E LIDERANÇA;
- FINALÍSTICOS;
- APOIO;
- MONITORAMENTO E MELHORIA.

PROCESSOS DE GESTÃO DE LIDERANÇA



Gerir a estratégia

Processo no qual são formuladas missão, visão, análise SWOT, perspectivas, objetivos, indicadores, a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à organização e sua evolução esperada.

Gerir o planejamento das eleições

Processo no qual são realizadas as atividades de planejamento, monitoramento da execução, avaliação e suporte à implementação de melhorias nos processos de realização das eleições, desdobrado nos níveis estratégico, tático e operacional.

Gerir a comunicação institucional

Processo no qual são realizadas as atividades de planejamento e execução das campanhas institucionais para as eleições, em conformidade com as diretrizes propostas pelo TSE e estabelecidas no Plano de Comunicação para o Tribunal, bem como promover a comunicação interna.

PROCESSOS FINALÍSTICOS



PROCESSOS DE APOIO



Gerir o orçamento

Processo no qual são realizadas as atividades de elaboração da proposta orçamentária e monitoramento da execução das despesas referentes à contratação de serviços, aquisição de materiais, locações, despesas com diárias, indenizações e auxílio alimentação para mesários e colaboradores.

Gestão de Pessoas (Alocar de pessoas e desenvolver pessoas)

O processo de gestão de pessoas envolve duas dimensões: Alocar pessoas: na qual são determinadas e providas as pessoas necessárias para a implementação eficaz do sistema de gestão da qualidade e para a operação e controle de todos os processos do escopo, bem como a determinação do conhecimento necessários para o alcance da conformidade dos serviços oferecidos. Desenvolver pessoas: na qual são capacitados os colaboradores para desenvolverem as atividades para as quais foram designados.

Gerir urnas eletrônicas

Processo no qual são realizadas as atividades relacionadas à gestão do ciclo de vida, desde o aceite até o descarte das urnas eletrônicas.

Gerir bens e serviços

Processo no qual são realizadas as atividades de identificação dos materiais e serviços necessários para a realização do processo eleitoral e as suas respectivas aquisições e/ou contratações. Envolvendo, ainda, no caso de bens, o recebimento, separação, transporte e entrega dos equipamentos, suprimentos, material de expediente, impressos e outros que serão utilizados pelas unidades da secretaria e pelos cartórios eleitorais nas eleições. No caso de serviços, o processo encerra-se com a contratação.

Prover infraestrutura tecnológica

Processo no qual são realizadas as atividades necessárias para o pleno funcionamento do ambiente de Tecnologia da Informação direcionadas ao processo eleitoral, através da prospecção, aquisição, implantação e manutenção dos equipamentos de microinformática, comunicação de dados e serviços essenciais de tecnologia da informação.

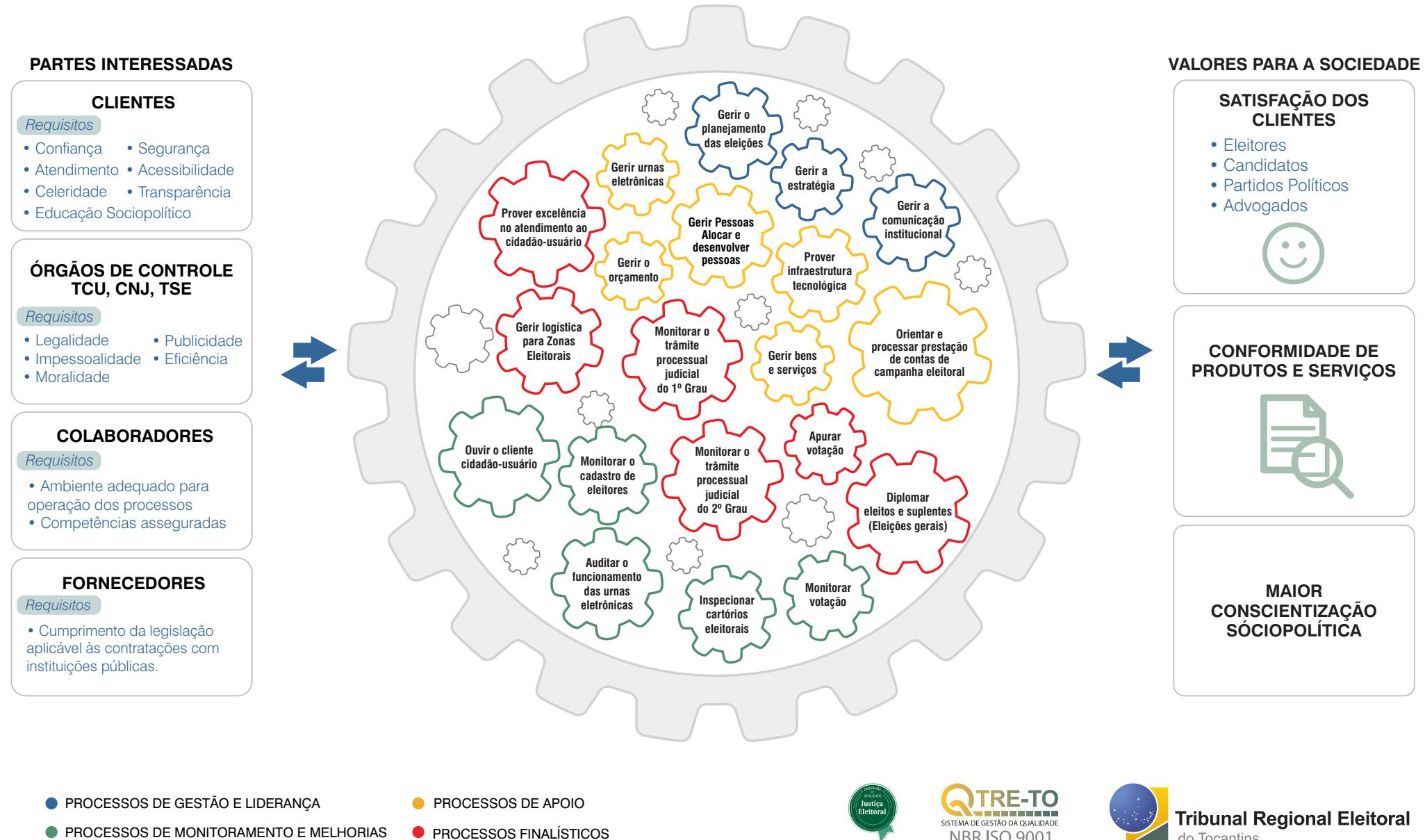
Orientar e processar prestação de contas de campanha eleitoral

Processo no qual são realizadas as atividades de exame das prestações de contas de campanha eleitoral, capacitação de servidores envolvidos e orientação aos prestadores de contas (candidatos e partidos políticos).

PROCESSOS DE MONITORAMENTO E MELHORIA



1.7 CADEIA DE VALORES DO TRE-TO



1.8 AMBIENTE EXTERNO

Como já dito, 2020 foi um ano extremamente atípico em que a pandemia da COVID-19 impôs várias ações da instituição para assegurar a execução das Eleições 2020 num ambiente seguro.

Mas, independente dos fatos ocorridos, anualmente, o TRE-TO analisa o ambiente externo em que está inserido através da Análise SWOT, que é uma ferramenta que nos permite fazer um diagnóstico estratégico da organização. As letras SWOT referem-se aos vocábulos ingleses Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças).

Na Figura 1.9.1, é apresentada a Análise SWOT do TRE-TO que serviu de base para a tomada de decisão em 2020. Essa análise é vinculada ao Planejamento Estratégico do Tribunal. O ambiente interno será tratado principalmente no capítulo 4 Resultados da Gestão. Quanto ao ambiente externo, segue resumidamente o tratamento dado às oportunidades e ameaças identificadas.

Quanto às oportunidades e ameaças, o TRE/TO tem envolvido os esforços necessários, sendo que para esse novo cenário, no exercício de 2020, foram realizados ou estão em andamento os projetos/ações abaixo descritos:



Figura 1.9.1 – Análise SWOT



AMEAÇAS

1 Legislação eleitoral defasada e instável

Em contrapartida a essa ameaça, o TRE-TO busca criar mecanismos que facilitem o acesso às normas eleitorais atualizadas, confeccionando manuais e/ou cartilhas de diversos temas como Ações e Representações, Propaganda Eleitoral, Prestação de Contas, Registro de Candidaturas, Crimes Eleitorais, Reforma Eleitoral e Acessibilidade. Além das cartilhas, faz-se a compilação em livro, de todas as Normas Eleitorais e Partidárias. Todas as publicações são acessíveis à sociedade.

2 Dotação orçamentária com tendência restritiva

Em razão das restrições orçamentárias, este TRE vem adotando medidas para a otimização dos gastos públicos. No Programa de Gestão vigente estão em andamento os seguintes projetos:

- Almoxarifado eficiente, o qual visa reduzir o número de itens consumíveis em estoque no Almoxarifado do Tribunal por meio da adoção de iniciativas de racionalização de consumo e remodelação de processos de trabalho;
- Implantação de sistema de geração de energia fotovoltaica, o qual visa a diminuição do consumo de energia na sede e zonas eleitorais;
- Teletrabalho, o qual visa a execução do trabalho de forma remota;
- Programa de Logística Sustentável, com diversas ações que visam à redução de bens e materiais de consumo.

3 Desinformação relacionadas à segurança do processo eleitoral

Em razão da disseminação de informações inverídicas acerca do processo eleitoral em 2018, maculando a imagem da Justiça Eleitoral, foram pensadas formas de prevenir e atacar essas ameaças nas Eleições 2020.

Neste sentido, o TSE lançou em 2019 o Programa

de Enfrentamento à Desinformação e, a partir desta mobilização nacional, importantes projetos foram desenvolvidos pela Justiça Eleitoral por meio do trabalho dos Regionais e de comissões formadas com a parceria de agências de checagem e veículos de comunicação. Neste TRE, foi elaborado o Plano de Combate à Desinformação com a realização das seguintes ações:

- Criação de Comissão de Combate à Desinformação,
- Participação do Regional no Comitê Estratégico da Justiça Eleitoral para o combate à desinformação e no grupo Coalizão para Checagem;
- Divulgação das ações realizadas pelo TSE, incluindo as parcerias com as plataformas de redes sociais para combater a desinformação e abusos durante as Eleições 2020 e o conteúdo do portal criado para ajudar o eleitor a checar os conteúdos que recebiam pelas redes (<https://www.justicaeleitoral.jus.br/>);
- Realização de ações educativas no site e redes sociais do Tribunal a respeito de temas como: funcionamento e segurança da urna eletrônica, auditoria do sistema eletrônico de informação, trâmite processual, processo de gestão das eleições, as atribuições da Justiça Eleitoral e a importância do voto. Também foi massificado junto ao eleitor, orientações sobre como identificar e denunciar suspeitas de desinformação e, no cenário da Covid-19, conteúdo específico para combater as informações falsas a este respeito que pudessem interferir na presença do eleitor às urnas;
- Campanha “Urna Eletrônica: eu conheço, eu confio”, com a elaboração de 10 vídeos sobre os mecanismos e barreiras de segurança das urnas divulgados pelo WhatsApp, nas redes sociais do Tribunal e junto às emissoras de TV parceiras, sem custos ao Regional. Os vídeos tiveram a participação de servidores do Tribunal para ressaltar a confiança de quem conhece bem o sistema.
- Produção da 2ª Temporada do Podcast TRE Responde, com foco nas Eleições 2020. Foram produzidos 24 episódios para tratar do passo a passo do processo eleitoral, tirando as dúvidas dos eleitores a respeito de temas como cadastro eleitoral, acessibilidade, nova data eleições, convenções, propaganda eleitoral, crimes eleitorais, protocolo sanitário, desinformação, prestação de contas, etc.
- Fortalecimento do canal de comunicação com o público externo para orientações e dúvidas (OviZap Eleitoral);
- Fortalecimento do canal de comunicação com a imprensa para checagem de informações e divulgação de conteúdos, com ativação de lista de transmissão pelo Via Eleitoral (WhatsApp) e realização dos encontros virtuais: Os caminhos da desinformação no processo eleitoral, e Democracia Digital - Eleições 2020;
- Produção de vídeos sobre o trabalho da Justiça Eleitoral no dia das eleições. Foram sete vídeos ao todo, com a cobertura das eleições em Palmas, Araguaína, Gurupi, Tocantínia e nas três cidades com seções sorteadas para auditoria no dia 15 de novembro.



Ouça os Audios

Assistia ao Vídeo

4 Custo das Eleições

O TRE-TO tem tentado diminuir o gasto com as eleições revisando todos os procedimentos e contratações. Em 2020, mesmo com as medidas de prevenção e segurança adotadas pelo cenário de pandemia, o custo por eleitor, que anteriormente sempre foi superior a R\$ 10, foi reduzido a R\$ 8,7.

Assistia ao Vídeo



OPORTUNIDADES

1 Conscientização política da sociedade

Com o objetivo de despertar a consciência cívica e a preparação do jovem eleitor para participar ativamente da sociedade, principalmente do processo político-eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), por meio da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TO), em conformidade com a Resolução nº 444/2019, aprovou três importantes projetos que serão executados de forma permanente, são eles:

- + Mulher, + Democracia
- Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas;
- Agentes da Democracia – Formação de Eleitores e Políticos do Futuro;

Os resultados obtidos nesses projetos estão detalhados em <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/escola-judiciaria-eleitoral>

2 Firmar convênio e parcerias com instituições públicas e privadas

Fazendo uso dessa oportunidade, o TRE-TO firmou algumas parcerias em 2020 com instituições públicas e privadas, para a realização de eleições não oficiais e disponibilização de sistemas informatizados. Houve a assinatura de 4 acordos de cooperação técnica e 18 termos de cooperação.

3 Realização de eleições comunitárias

A Justiça Eleitoral presta auxílio às Eleições Comunitárias por meio de cessão das urnas e apoio técnico.

4 Comunicação da segurança do processo eleitoral

A comunicação sobre a segurança do processo eleitoral ocupa posição de destaque nos programas de gestão, a exemplo do projeto “Plano de Combate à Desinformação”, mais detalhado no item 3 relativo às ameaças. O TRE tem fomentado essa oportunidade nos eventos institucionais e por meio da Escola Judiciária Eleitoral, que tem levado ações de educação à sociedade, sendo um dos temas debatidos, a segurança da votação eletrônica. Para oportunizar ainda mais a comunicação sobre o tema, a Justiça Eleitoral estabeleceu a meta específica 2, que visa a promoção de campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral.

5 Compartilhamento de informações do cadastro eleitoral com outras instituições

A Resolução TSE nº 21.538/03, que disciplina a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, além de outros assuntos congêneres, protege com sigilo os dados dos eleitores. Referido normativo, regulamentado nesse particular pelos Provimentos CGE nº 6/06 e nº 1/17, autoriza o compartilhamento de dados do cadastro eleitoral com Juízes, órgãos do Ministério Público e Delegados de polícia. A consulta por essas instituições aos dados eleitorais é realizada através do Sistema de Informações Eleitorais (SIEL), cujo cadastramento para acesso deve ser requerido por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado na página deste Tribunal, na internet. Existem atualmente 482 usuários de outras instituições, ativos, com acesso direto a dados do cadastro eleitoral por meio do Sistema SIEL.

6 Otimização dos gastos públicos

O TRE-TO entende essa pressão social por redução de gastos como uma oportunidade para mudança de cultura na administração pública. Assim, com esse foco de economicidade, diversas ações foram realizadas para redução dos gastos, a exemplo dos resultados do Plano de Logística sustentável, que será detalhado no capítulo 4.

7 Fortalecimento das políticas de combate à desinformação

Seguem algumas das ações realizadas:

- Parceria entre TSE/TRE e agência de checagem de veracidade das informações
- Parcerias com plataformas digitais (Twitter, Facebook, Instagram) para combate à disseminação de notícias e informações falsas em massa
- Série de vídeos sobre segurança da urna eletrônica “UE: eu conheço, eu confio”
- Parceria local com órgãos de comunicação para checagem de veracidade das informações

8 Crescimento da cultura de crescimento da informatização e automação dos processos

No TRE-TO já foi incorporada a cultura de informatização dos processos de trabalho, como:

- Serviços online para atendimento ao eleitor
- Automatização de processos de trabalho
- Painéis de BI para apoio à gestão de processos e tomada de decisão
- Sessões plenárias virtuais

1.9 MATRIZ DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

- Os temas incluídos no Relatório de Gestão são aqueles que afetam ou podem afetar a capacidade da organização de gerar valor. Eles são determinados ao se considerar seu efeito sobre a estratégia, governança, desempenho e resultados da organização e estão listados na Matriz de Materialidade na Figura 1.10.1.
- O TRE-TO seguiu as orientações do TCU na disposição desses temas por capítulo. Seguir essas orientações vem se tornando uma prática, tendo em vista que esta instituição tem um sistema de governança e gestão bem definido, com mecanismos de governança que efetivamente são executados e usados pela alta administração para monitoramento e controle das atividades de gestão.
- Além dos sistemas de governança, o TRE-TO já desdobrou sua estratégia em nível estratégico, tático e operacional, como demonstrado no item 3.2.. Logo, o conteúdo do relatório de gestão objetivou demonstrar o funcionamento e resultados dos seus planos de direcionamento, execução e controle.
- Quanto à elaboração do Relatório de Gestão no TRE-TO, dá-se início após o TCU publicar a decisão normativa que especifica a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação da prestação de contas do ano de referência. Então o presidente deste Tribunal institui uma comissão com representantes de todas as áreas para elaboração da prestação de contas do órgão.

MATRIZ DE MATERIALIDADE DO TRE-TO

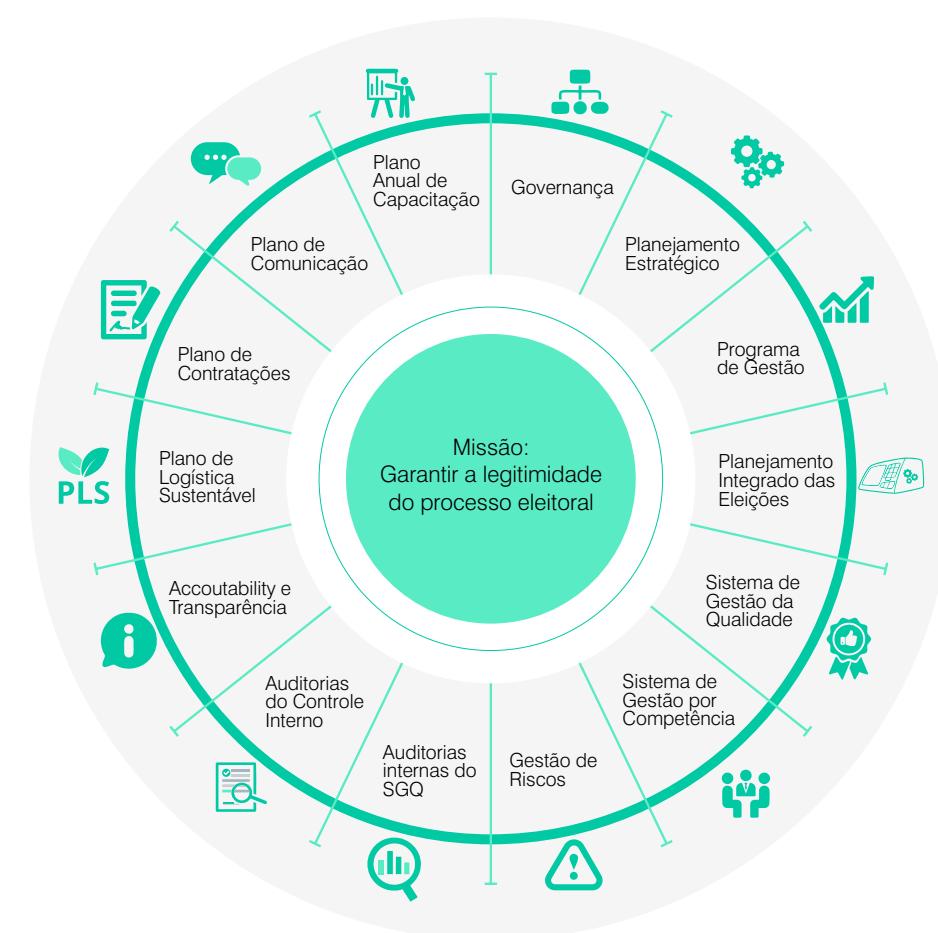


Figura 1.9.1 - Matriz de Materialidade do TRE-TO

FASES DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO INTEGRADO DA GESTÃO TRE-TO

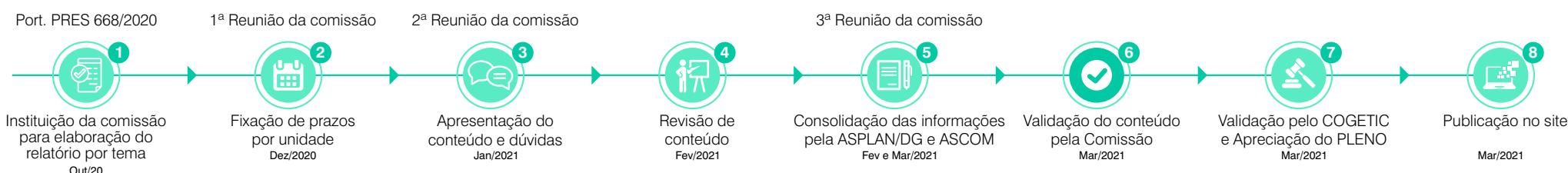


Figura 1.9.2 - fases de elaboração do Relatório de Gestão 2020

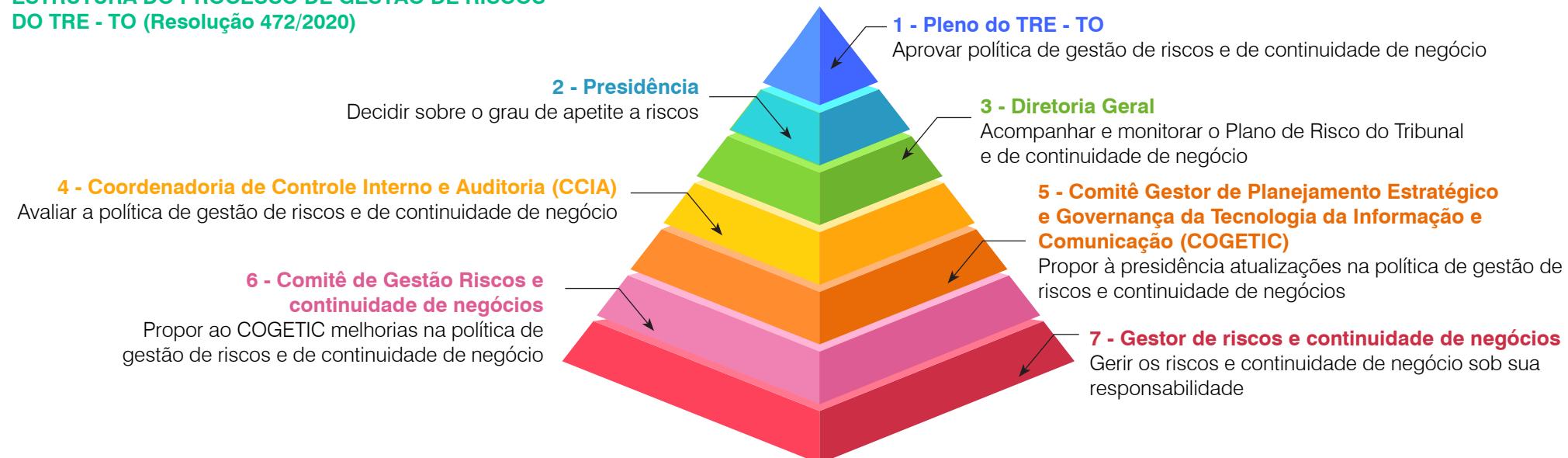
Capítulo 2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O TRE – TO avalia os riscos que considerados relevantes para o seu negócio e capazes de afetar nossas operações de maneira adversa, podendo impedir que a organização gere valor para a sociedade. O gerenciamento desses riscos possibilita uma atuação consistente e estável no cumprimento de sua missão. Em 2020, a política de gestão de riscos e continuidade de negócios foi revisada e atualizada, conforme a Resolução nº 472, de 23 de julho de 2020.

ESTRUTURA DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS DO TRE - TO (Resolução 472/2020)



REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS DO TRE - TO



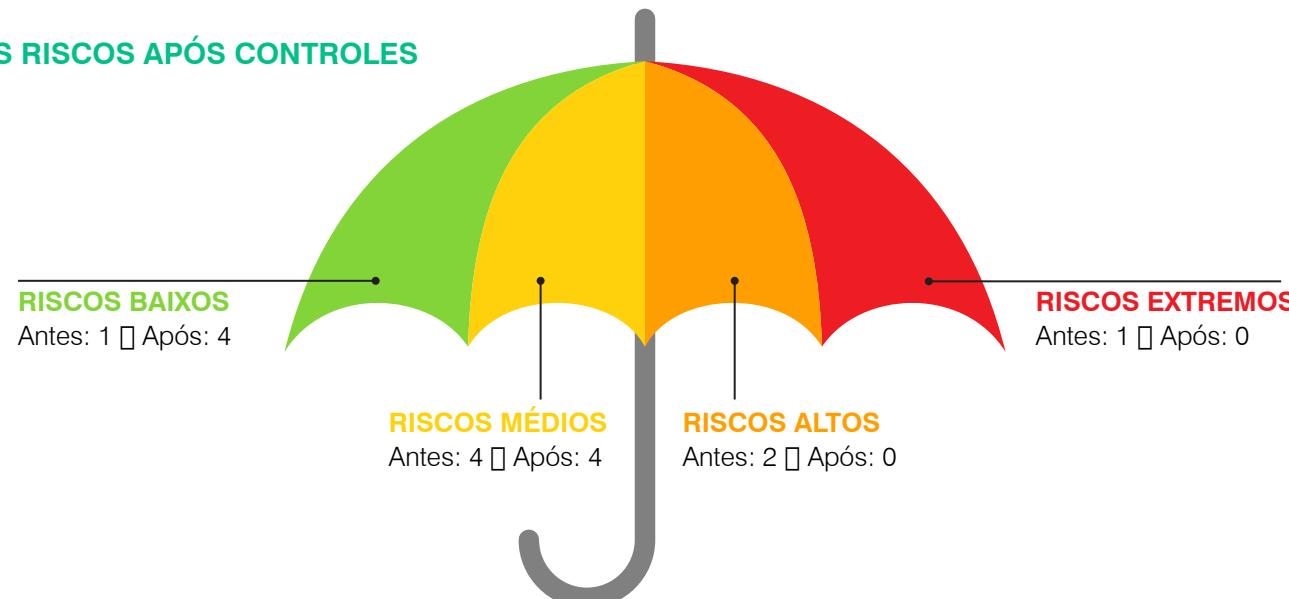
2.2 PRINCIPAIS RISCOS E OPORTUNIDADES E SUA VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os riscos e oportunidades são identificados com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e os objetivos das unidades do Tribunal, dificultando o alcance de suas metas, com possibilidade de impacto nos resultados institucionais.

RISCOS	FONTE	PROBABILIDADE	IMPACTO/ SEVERIDADE	MITIGAÇÃO	RESIDUAL
01 Falha na execução das atividades pela não observância das competências requeridas.	Interno Objetivo estratégico Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência. (extraordinário, sem ocorrência)	Baixo	Gestão por competências (Realização de comparativo entre as competências do colaborador e as definidas para as atividades. Nas lotações são promovidas ações de desenvolvimento conforme orientação do programa de ambientação do TRE-TO.	Baixo
02 Indisponibilidade do sistema de informação do PJE (Processo Judicial Eletrônico) para manter as atividades necessárias em funcionamento.	Interno Objetivo estratégico Celeridade e na produtividade na prestação administrativa e jurisdicional	Evento casual e inesperado, raro histórico de ocorrência. (casual e inesperado, rara ocorrência)	Médio	Política de Backup e link de redundância de dados.	Baixo
03 Disseminação de notícias falsas, por fonte externas, sobre a Justiça Eleitoral.	Interna e externa Objetivo estratégico Fortalecimento da segurança e transparência da segurança do processo eleitoral	Evento repetitivo e constante. (repetitivo e constante)	Extremo	Plano de combate à desinformação.	Médio
04 Frustração de receita.	Externo Objetivo estratégico Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Evento casual e inesperado, raro histórico de ocorrência. (casual e inesperado, rara ocorrência)	Médio	Análise da ação orçamentária e o grupo de natureza da despesa em que será realizado o bloqueio de crédito (o contingenciamento) para a avaliar a necessidade de adiar atividades ou escolher entre as prioridades o que será atendido, postergando o atendimento de demandas; adiamento de investimentos; e descontinuidade de obras.	Baixo
05 Falhas na formalização das operações e (ou) erros na execução de tarefas relacionadas à emissão dos relatórios de banco de erros do requerimento de alistamento eleitoral (RAE) no sistema ELO.	Interno Objetivo estratégico Garantia dos direitos de cidadania	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência. (extraordinário, sem ocorrência)	Médio	Monitoramento do relatório de banco de erros.	Baixo

RISCOS	FONTE	PROBABILIDADE	IMPACTO/SEVERIDADE	MITIGAÇÃO	RESIDUAL
06 Indisponibilidade de servidores, em número e com perfil necessários, para atuarem como examinadores das prestações de contas.	Interno Objetivo estratégico Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Evento casual e inesperado, raro histórico de ocorrência. (casual e inesperado, rara ocorrência)	Alto	Definição do perfil de analista de contas; levantamento, junto à gestão de pessoas, da força-de-trabalho disponível para atuar no exame das contas; realização da ação de capacitação.	Médio
07 Interrupção dos serviços essenciais de TIC, mesmo que momentânea, devido à falha lógica em sistema estruturante ou em sua redundância.	Interno Objetivo estratégico Fortalecimento da governança de TIC	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido. (esperado, frequência reduzida)	Alto	Plano de manutenção e Política de Backup e link de redundância de dados.	Médio
08 Apresentar informação incompleta e (ou) inconsistente para tomada de decisão pela Alta Administração (falhas de execução dos processos geradas por ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis).	Interno Objetivo estratégico Fortalecimento da governança	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido. (esperado, frequência reduzida)	Médio	Dupla conferência, dos servidores da assessoria de planejamento, das informações contidas nos sistemas, processos e documentos referente ao objeto de análise.	Médio

2.3 RECLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS APÓS CONTROLES



2.4 OPORTUNIDADES



Capítulo 3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 COMO A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA APOIA A CAPACIDADE DE A UPC ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS?

Governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Referencial Básico TCU).

Enquanto a GESTÃO é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação, enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a GOVERNANÇA provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, objetivando o atendimento atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.



Figura 3.1 Relação entre governança e gestão

Para que as funções de governança sejam executadas de forma satisfatória, o TRE-TO adota vários mecanismos de governança que dão o direcionamento estratégico e permitem que os resultados sejam monitorados e avaliados.



MECANISMOS DE GOVERNANÇA

ESTRATÉGIA

- Planejamento Estratégico Institucional
- Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas
- Programa de Gestão
- Planejamento Integrado das Eleições

LIDERANÇA

- Sistema de Gestão da Qualidade
- Sistema de Gestão por Competência

CONTROLE

- Gestão de Riscos
- Auditorias do Sistema de Gestão da Qualidade
- Auditorias do Controle Interno
- Accountability e Transparência



O detalhamento desses mecanismos de governança podem ser acessados em:
<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/sistema-de-governanca-e-gestao>.

Sendo assim, cabe à governança do TRE-TO avaliar o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros; direcionar e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estabelecidos; e monitorar os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas.

3.2 ESTRATÉGIA

O Planejamento Estratégico do TRE-TO (PETRE) é realizado a nível corporativo, onde são definidos os grandes eixos que a organização quer seguir, quais sejam: MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS. Ele foi contemplado para o período de 2015 a 2020 e foi aprovado pela Resolução nº 326/2015. Esta resolução aprovou ainda o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação.

 Eles podem ser acessados a partir de:
<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-e-gestao>

Uma das características desta administração é o esforço contínuo pelo atendimento das determinações e orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), logo o PETRE foi alinhado ao Plano Estratégico do Poder Judiciário e das diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral como demonstrado na Figura 3.2.1.



Figura 3.2.1 Alinhamento do Planejamento Estratégico do TRE-TO

Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO

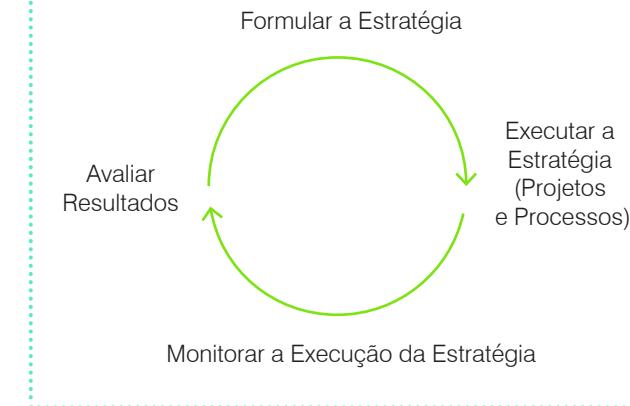


Figura 3.2.2 Ciclo do Planejamento Estratégico do TRE-TO

É apresentado o ciclo do planejamento estratégico do TRE-TO na Figura 3.2.2. Para o atingimento dos seus objetivos estratégicos são monitorados:

1. Indicadores Estratégicos, indicadores de desempenho vinculados aos objetivos estratégicos.
2. Projetos Estratégicos, priorizados no Programa de Gestão; e
3. Processos Estratégicos, delimitados no Sistema de Gestão da Qualidade que tem como escopo a Gestão do Processo Eleitoral.

O monitoramento dos resultados é feito nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's) pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC). Ao comitê cabe analisar os resultados alcançados e tomar decisões preventivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

O mapa estratégico é visualizado em uma barra horizontal com um fundo azul e bordas cinzentas. No lado esquerdo, uma seta aponta para a esquerda com o ano '2015'. No lado direito, uma seta aponta para a direita com o ano '2020'. O centro da barra contém o título 'MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO TOCANTINS' em letras brancas.

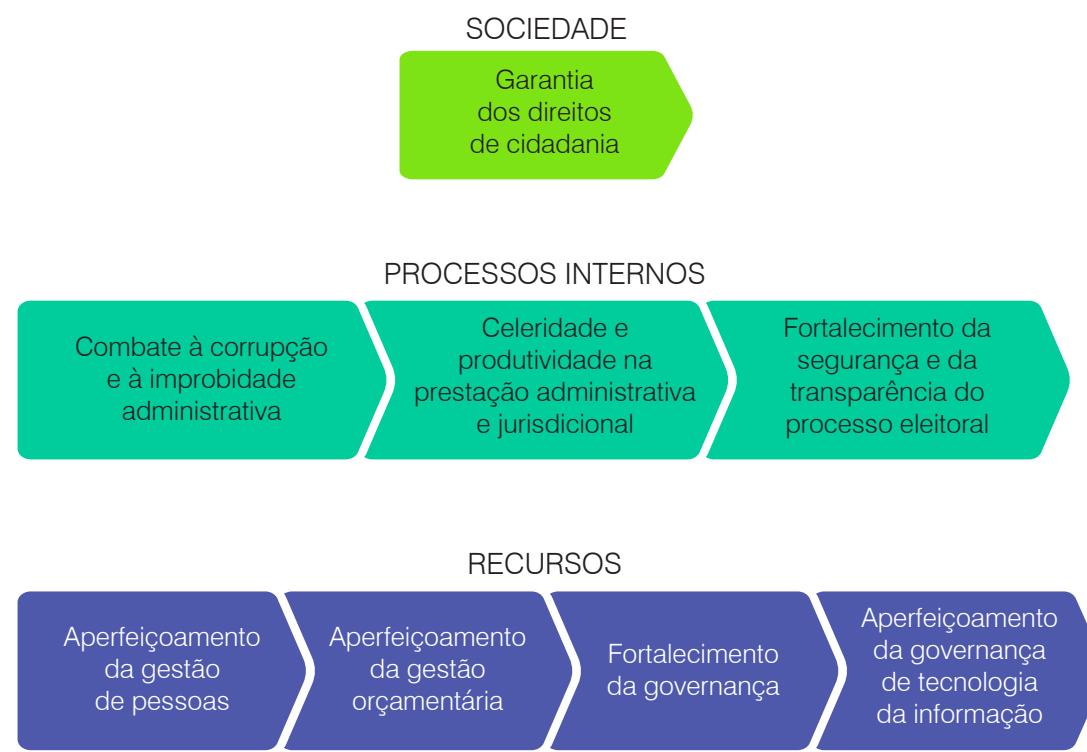
► MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

► VISÃO DE FUTURO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade

► OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



► VALORES

- Ética: preza a observância dos princípios constitucionais da moralidade, imparcialidade e legalidade;
- Transparéncia: destaca-se pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso;
- Imparcialidade: prima por julgamento reto e justo;
- Celeridade: exige empenho, rapidez e qualidade;
- Acessibilidade: facilita, em todas as suas formas, o acesso do cidadão à Justiça Eleitoral;
- Sustentabilidade: capacidade de o ser humano interagir com o mundo, de modo a não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

Figura 3.2.3 Mapa Estratégico TRE-TO

PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas da instituição estão definidas em seu Mapa Estratégico apresentado na Figura 2.3, em especial em sua VISÃO, que expressa onde e como a instituição pretende estar no futuro; e em seus 8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.

Para viabilizar o atingimento desses objetivos, foram desenvolvidos mecanismos de desdobramento da estratégia que contemplam o nível estratégico, tático e operacional.

A Figura 2.4 mostra, de forma ilustrativa, os planos e programas utilizados pelo TRE-TO para implementar as prioridades estratégicas.

Em nível estratégico, o TRE-TO tem o Planejamento Estratégico Institucional; o de Tecnologia da Informação e Comunicação; e o de Gestão de Pessoas.

Em nível tático, a elaboração do Planejamento Tático inicia-se com a aprovação do Programa de Gestão, que é a priorização das iniciativas/projetos que serão executados na gestão do presidente do órgão.

Existem ainda os planos tático/operacionais, que englobam diretrizes e se desdobram até o nível de atividades/operações. São eles o Programa de Gestão, Planejamento das Eleições e Plano de Logística Sustentável.

Os Planos Operacionais estão onde são executadas as ações traçadas pelo nível tático e também visam atingir os objetivos e as metas estratégicas. É nesse nível que as unidades executam os projetos e planos de ação, e ainda, os processos mapeados pelo Sistema de Gestão da Qualidade.

O alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas são analisados nas Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, em que participam os membros do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança de Tecnologia da Informação (COGETIC), além de gestores convidados.

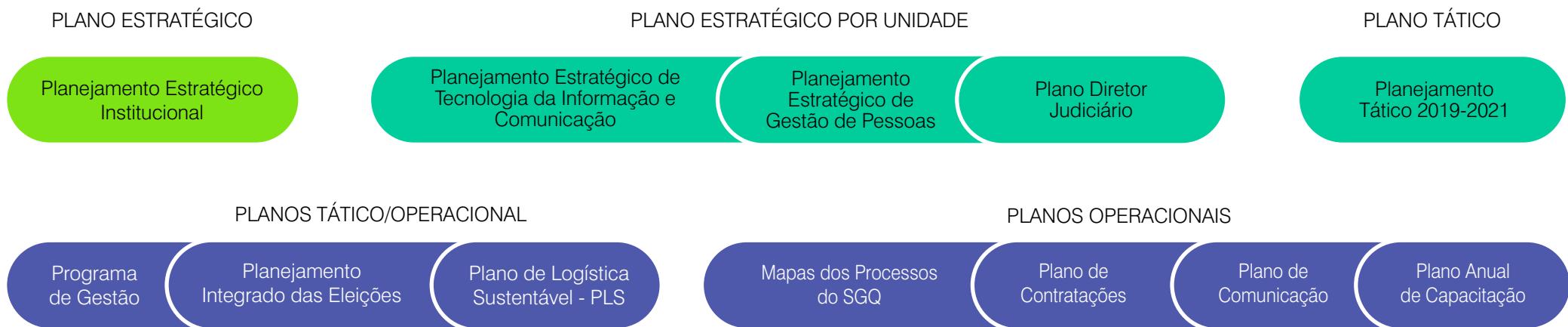


Figura 3.2.4 Desdobramento da Estratégia da Justiça Eleitoral do Tocantins

3.3 PROGRAMA DE GESTÃO

Os projetos estratégicos do TRE-TO são os projetos e iniciativas priorizados no Programa de Gestão do órgão. É importante perceber que o Programa de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico, entretanto, o planejamento do TRE-TO foi elaborado para o período de 2015-2020, englobando 6 anos de gestão. Já os programas de gestão são bianuais, coincidindo com a gestão do presidente.

A execução dos programas de gestão contribui para o atingimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico. O vigente é para o período de julho de 2019 a junho de 2021, logo a análise dos resultados 2020 tem que ser feita levando em consideração que a administração tem como meta a execução total do programa até o final da gestão, ou seja, até junho de 2021.

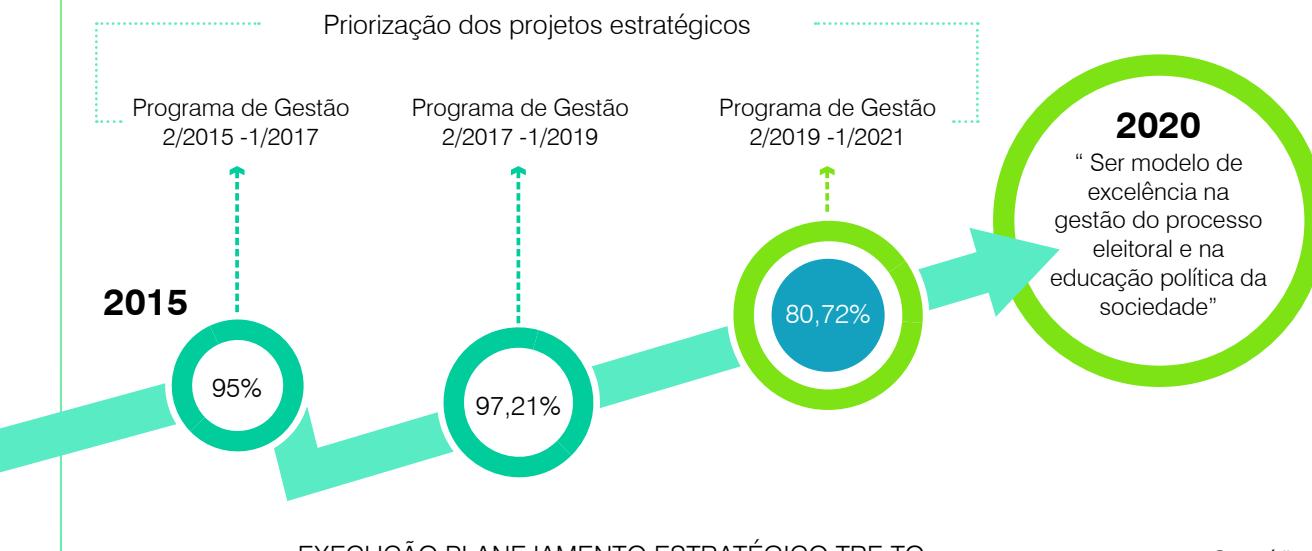
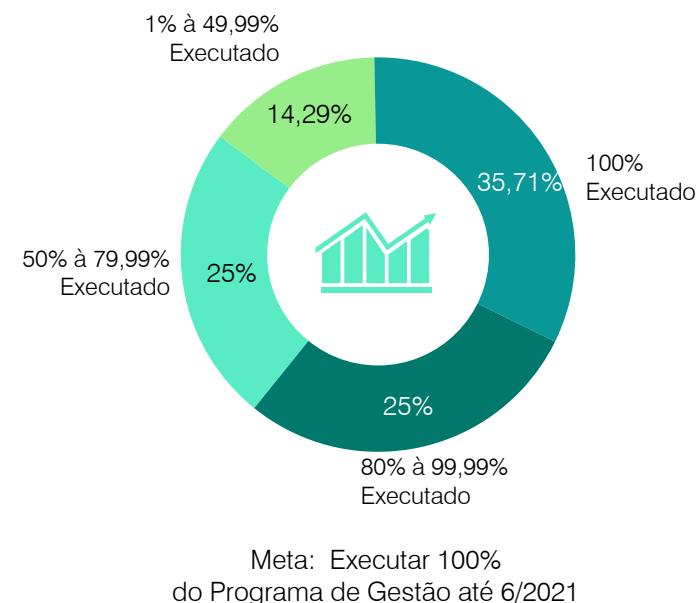


Figura 4.2.1 - Execução do Planejamento Estratégico Em 12/2020

O primeiro ciclo do programa de gestão, para a execução do Planejamento Estratégico 2015-2020, foi o Programa de Gestão 2/2015-1/2017. Ele teve 95% das atividades previstas executadas. O segundo ciclo é o Programa de Gestão 2/2017-1/2019 e finalizou o exercício 2019 com 97,21% executado. O terceiro ciclo é o que está em execução, 2/2019-1/2021. Está 80,72% executado e a previsão é que seja concluído até junho/2021.

PROJETOS DO PROGRAMA DE GESTÃO 2019-2021



O gráfico a seguir detalha o percentual de execução de cada projeto constante no Programa de Gestão, assim como a execução dos objetivos estratégicos com base na média da execução dos projetos a ele vinculados.

PROJETOS ESTRATÉGICOS		Programa de Gestão 2019 - 2021			% Execução em 12/2020 80,72%	
Sociedade		Processos Internos				
GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA	70,57%	COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	100%	CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL	94,77%	FORTALEC. DA SEGURANÇA E TRANSPARENCIA DO PROCESSO ELEITORAL 85,59%
+ Mulher + Democracia	68,27%	Núcleo de apoio processual ao 1º e 2º Grau	100%	Implantação do PJe nas Zonas Eleitorais	100%	Compilação de legislação aplicável ao processo eleitoral 100%
Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas	47,64%			Gestão de recursos para Eleições (Melhorias no Sistema SGIE - Módulo Recursos)	100%	Painel de gestão das Eleições 95,10%
Agentes da Democracia - Formação de Eleitores e Políticos do Futuro	58,84%			Implantação do Teletrabalho no TRE/TO	84,31%	Plano de Combate à Desinformação 100,00%
Atendimento on-line ao Eleitor Cidadão	91,24%					Plano de Implantação de Dados Abertos do TRE-TÓ 40,09%
Programa TRE Itinerante	100%					Painel de Bordo 80,70%
Reformas dos Cartórios Eleitorais (Araguáia, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Miranorte, Paraíso e Taguatinga)	100%					Eleições Municipais 2020 97,66%
Obra de Ampliação do Edifício Sede / TRE-TO	28,02%	Recursos				
		APERFEIÇ. DA GESTÃO DE PESSOAS	73,63%	APERFEIÇ. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	69,73%	FORTALEC. DA GOVERNANÇA 97,01%
		Jornada Eleitoral	93,47%	Implantação de usina central de geração de energia fotovoltaica.	38,54%	Reformulação da Intranet com Criação da Central de Comunicação. 100%
		Gestão da força de trabalho	60,53%	Programa de Logística Sustentável 2019-2021	71,34%	Programa de Gestão da Qualidade 2019-2021 91,02%
		Modelo de avaliação de desempenho.	52,08%	Otimização do pagamento de auxílio-alimentação aos mesários e pessoal de apoio nas Eleições 2020	99,30%	Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026. 100%
		Programa Qualidade de Vida 2019-2021	62,08%			
		Gestão do Conhecimento por Trilhas	100%			

Acompanhe a execução dos projetos [clique aqui](#).

3.4 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para se calcular o resultado dos objetivos estratégicos, devem ser analisados os projetos que contribuíram para o alcance desse objetivo e os indicadores de desempenho a ele relacionados. É importante ressaltar que 2020 foi um ano atípico com a pandemia da COVID-19. Na prática, alguns projetos tiveram que ser reformulados por causa das medidas de restrição do contato social para evitar a disseminação do vírus, como os projetos voltados para a conscientização política da sociedade. Estes que tinham etapas de visitação a escolas e a sociedade em geral tiveram que ser adaptados ao formato digital.

O Programa TRE Itinerante, que previa a visitação da equipe da Justiça Eleitoral em cidades que não possuem posto de atendimento físico, também foi prejudicado. As visitas agendadas para o período de março a maio de 2020 foram canceladas. Cabe destacar que não houve prejuízo para os eleitores tendo em vista que diante da situação, o Tribunal Superior Eleitoral permitiu a regularização do título eleitoral pelo formato digital.

Confira a seguir o resultado alcançado pelos projetos e indicadores vinculados aos 8 objetivos estratégicos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Garantia dos direitos de cidadania

1 + Mulher + Democracia

Despertar a consciência e a importância da participação efetiva da mulher no processo democrático. Execução: 06/19 a 06/21

68,27%

1

RESULTADOS

Com a pandemia, o projeto foi todo desenvolvido de forma digital e contou com 1.081 visualizações.

2 Agentes da Democracia - Formação de Eleitores e Políticos do Futuro

Levar educação política e inclusão sociopolítica à sociedade, por meio de programa permanente do TRE-TO. Execução: 06/19 a 06/21

58,84%

2

RESULTADOS

Em 2020, o projeto contou com a participação de 31 escolas e 1 universidade. Alcançou um total de 2.080 pessoas.

3 Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas

Construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas no Estado do Tocantins.

47,64%

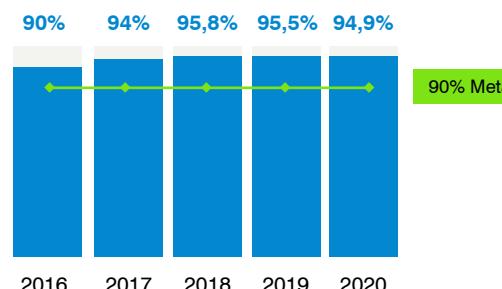
3

RESULTADOS

Em 2020, foram distribuídas 4.640 cartilhas bilíngues pelas comunidades indígenas do estado. O tema também foi debatido em eventos digitais e alcançou 924 pessoas.

Principais Indicadores

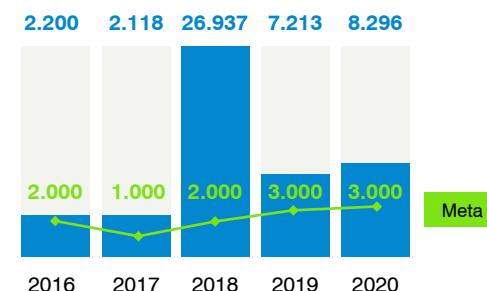
PES01.1 - Índice de satisfação dos clientes externos (%)



PES01.2 - Índice de municípios atendidos pela Justiça Itinerante (%)



PES01.3 - Alcance das ações de responsabilidade social (pessoas)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: Garantia dos direitos de cidadania

4 Atendimento on-line ao Eleitor Cidadão

Implementar tecnologia de atendimento ao eleitor, por meio de um portal de serviços digitais na internet.

5 Programa TRE Itinerante

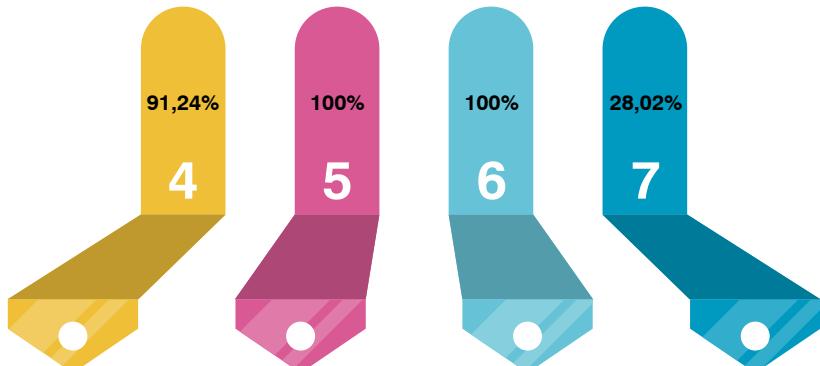
Fornecer atendimento itinerante de emissão e regularização do título eleitoral.

6 Reformas dos Cartórios Eleitorais de Araguaína, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guará, Miranorte, Paraíso e Taguatinga

Proporcionar instalações adequadas aos servidores e usuários da Justiça Eleitoral, obedecendo-se padrões de acessibilidade.

7 Obra de ampliação do Edifício Sede / TRE-TO

Promover à ampliação do edifício-sede da Secretaria e excluir a obra de construção da nova Sede do Tribunal. O objetivo é concluir a 1^a etapa da obra nesta gestão.



RESULTADOS

O módulo “Comprovação de quitação de multas eleitorais - por meio eletrônico” está em operação e disponível para os eleitores vinculados à Justiça Eleitoral do Tocantins.

RESULTADOS

Em 2020, foram feitos 11.599 atendimentos em 131 municípios.

RESULTADOS

Melhoria da qualidade dos imóveis da Justiça Eleitoral, aumento do índice de acessibilidade e de satisfação dos clientes internos e externos.

RESULTADOS

Esse projeto foi iniciado e acrescentado ao PG em 2020. A ampliação da sede justifica-se pelo alto valor gasto atualmente com alugueis de prédios anexos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 : Combate à corrupção e à improbidade administrativa

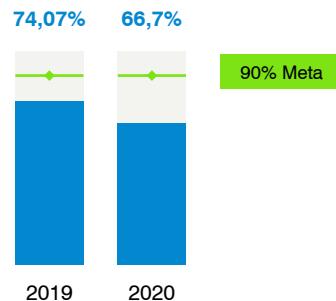
1 Núcleo de apoio processual ao 1º e 2º Grau

Promover a otimização da força de trabalho para análise processual com ênfase nos processos oriundos de ilícitos eleitorais, que possam importar na perda de mandato eletivo, cassação de registro ou cassação de diploma. Execução: 11/19 a 04/20

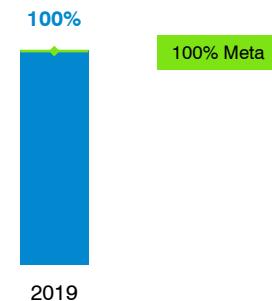


Principais Indicadores

PES02.1 - Índice de julgamento de ilícitos eleitorais que importem em perda de mandato, cassação de registro ou de diploma



PES02.2 - Taxa de Análise da Prestação de Contas Eleitorais



RESULTADOS

Otimizou a alocação de pessoas para a análise processual, de forma célere e com menor custo para a Administração

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

1 Implantação do PJe nas Zonas Eleitorais

Propiciar maior racionalidade pela adoção de uma única plataforma para o processo judicial eletrônico no 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.

2 Gestão de recursos para Eleições (Melhorias no Sistema SGIE - Módulo Recursos)

Implementar melhorias no Sistema SGIE – Módulo Recursos, com vistas a integrar as informações pertinentes aos materiais utilizados no processo eleitoral.

3 Teletrabalho no TRE/TO (Implantação do teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins)

Promover a celeridade na tramitação dos processos, além de permitir que servidores da secretaria e de zonas eleitorais prestem apoio remoto na análise processual.



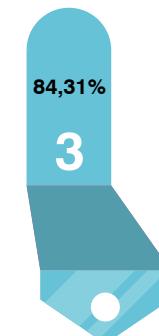
RESULTADOS

Agilidade na tramitação processual, facilidade no suporte jurídico aos operadores do direito e ao público externo de maneira geral, promoção e divulgação do pensamento jurídico do Tribunal e redução da insegurança jurídica.



RESULTADOS

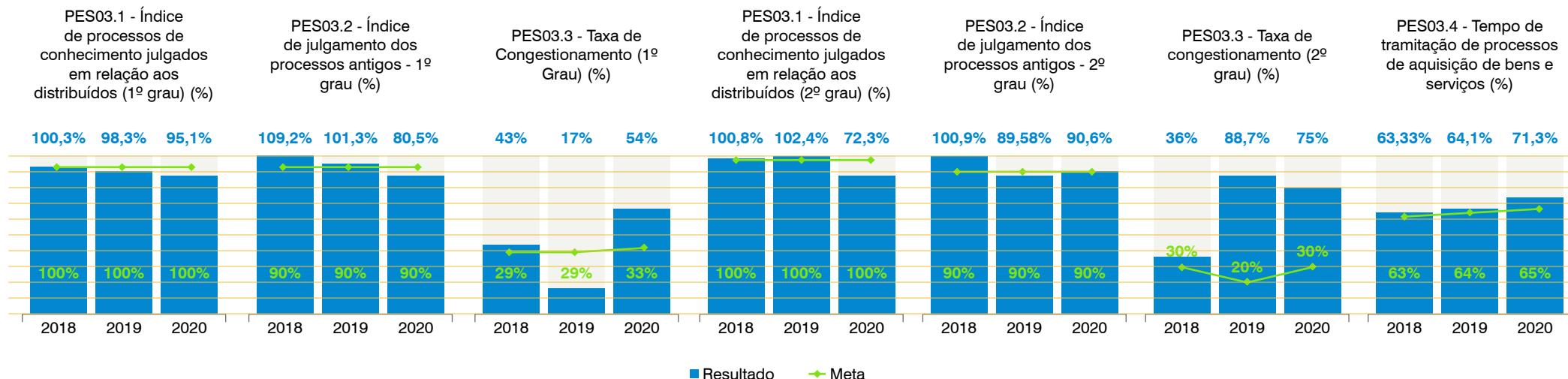
O SGIE - Módulo Recursos - busca auxiliar os chefes de cartórios na agregação de informações que possibilitem um levantamento mais preciso dos custos dos processos eleitorais e na definição de quantidade de materiais que devem ser disponibilizados pelo Almoxarifado.



RESULTADOS

Finalizando normativo.

Principais Indicadores



OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral

1 Compilação de legislação aplicável ao processo eleitoral (Livro de Normas Eleitorais e Cartilhas Temáticas)

Elaboração do livro de normas eleitorais em obra compilada e cartilhas temáticas para o processo eleitoral.

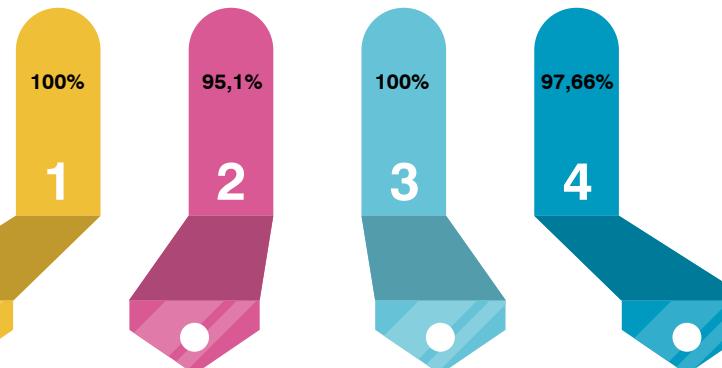
2 Painel de gestão das Eleições

Desenvolver painel de controle para gestão das Eleições, para acompanhamento detalhado e de forma automática (online) de todos os processos, custos, esforços e atividades que permeiam a eleição.

3 Plano de Combate à Desinformação

1. Combater a desinformação e regulamentar a gestão de crises.
2. Prevenir à confiabilidade, relacionada a confiabilidade das Urnas Eletrônicas.
3. Desenvolver maior confiabilidade do sistema eletrônico de votação.

4 Eleições Municipais 2020



RESULTADOS

Foi disponibilizado o livro de normas eleitorais – Eleições 2020 - à sociedade e ainda cartilhas explicativas sobre diversos assuntos como propaganda eleitoral, registro de candidaturas etc.

RESULTADOS

O painel foi desenvolvido e amplamente utilizado nas Eleições 2020

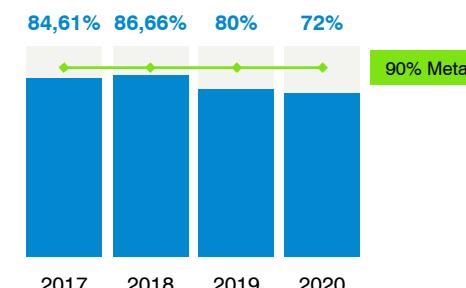
RESULTADOS

Redução drástica das fake news sobre o processo eleitoral e urnas eletrônicas

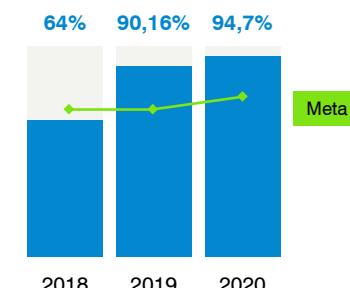
Justamente por ter um planejamento bem elaborado, mesmo com a dificuldade encontradas na pandemia da COVID-19, as Eleições 2020 foram realizadas satisfatoriamente.

Principais Indicadores

PES04.1 - Índice de cumprimento das metas do SGQ (%)



PES04.2 - Índice de transparência pública



OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: Melhoria da gestão de pessoas

1 Jornada Eleitoral

Capacitar servidores, magistrados e comunidade em geral em temas relacionados ao Direito Eleitoral.

2 Modelo de avaliação de desempenho

Implementar piloto de avaliação de desempenho.

3 Gestão do conhecimento por trilhas

Desenvolver e disponibilizar trilhas de conhecimento no ambiente EAD do TRE para os colaboradores do processo eleitoral, por área de atuação, mediante levantamento das atividades desenvolvidas por grupos de colaboradores no processo eleitoral, sob a ótica dos Cartórios Eleitorais.

4 Gestão da força de trabalho

Determinar e acompanhar a capacidade produtiva das Unidades Organizacionais do Tribunal. Detectar o quantitativo estimado de pessoas para realizar determinado conjunto de entregas por Unidade.

5 Programa Qualidade de Vida

1. Desenvolver Programa de Saúde Biopsicossocial no Trabalho, referenciado pelo PROART. Promover ações empáticas, diretrizes e procedimentos voltados ao equilíbrio da saúde biopsicossocial dos trabalhadores, incentivando práticas organizacionais humanizadas na instituição em consonância com a missão do Judiciário.
2. Desenvolver Programa de Combate à Obesidade e ao Sedentarismo.
3. Realizar a Semana Cultural
4. Realizar o 4º Ciclo do Programa de Preparação para a Aposentadoria.

93,47%

1

52,08%

2

100%

3

60,53%

4

62,08%

5

RESULTADOS

Em 2020, o projeto foi desenvolvido todo online voltado para o tema "Prestação de Contas Anual dos Partidos Políticos – aspectos técnicos. Tivemos 748 visualizações.

RESULTADOS

Em fase de execução

RESULTADOS

Foram disponibilizados para o público interno e externo, 2 cursos na plataforma EAD para o pleito eleitoral de 2020.

RESULTADOS

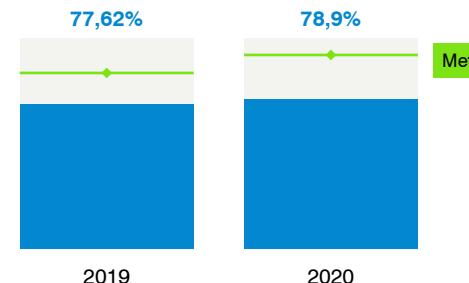
Resultados esperados: Será possível o cálculo da força de trabalho adequada, objetivando propiciar que a instituição possa intervir em unidades potencialmente sobrecarregadas, garantindo a qualidade dos serviços prestados e qualidade de vida do servidor.

RESULTADOS

Promoção da integração, saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho, prestando serviços com efetividade, excelência e equilíbrio financeiro.

Principais Indicadores

PES05.1 - Índice de cumprimento das metas do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPE)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 6: Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

1 Implantação de usina central de geração de energia fotovoltaica

Implementar soluções que tragam eficiência energética às edificações (Edifício sede, Central de Urnas ou Cartórios Eleitorais).

2 Programa de Logística Sustentável

Buscar o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público e uso sustentável dos bens, visando à formação de um ambiente ecologicamente equilibrado. Execução: 06/19 a 06/21

3 Otimização do pagamento de auxílio-alimentação aos mesários e pessoal de apoio nas Eleições 2020

Expandir para todas as Zonas Eleitorais o pagamento de auxílio-alimentação aos mesários e pessoal de apoio por meio de carteira digital, com vistas a otimizar os trabalhos e resguardar a segurança dos servidores dos cartórios eleitorais.

38,54%

1

71,34%

2

99,3%

3

RESULTADOS

A Administração contratará serviços de assessoria em engenharia elétrica para execução de estudo preliminar de viabilidade técnico-econômica, projeto básico de usina de geração fotovoltaica, dimensionamento e especificação de equipamentos, componentes, materiais e serviços necessários para a implantação.

RESULTADOS

Em 2020, com a execução do projeto, o TRE-TO teve uma economia estimada em R\$ 1.161.911. Veja o detalhamento no item 4.7.

RESULTADOS

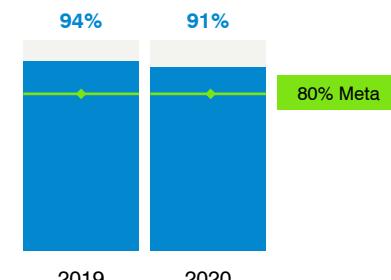
Mais segurança no pagamento do auxílio-alimentação aos mesários e pessoal de apoio nas Eleições 2020.

Principais Indicadores

PES06.1 - Custo por Eleitor



PES06.2 - Índice de execução do Plano de Contratações



OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: Fortalecimento da Governança

1 Reformulação da Intranet

Reestruturar o layout da intranet para aprimorar o fluxo de informações e distribuição do conteúdo disponibilizado.

100%

1



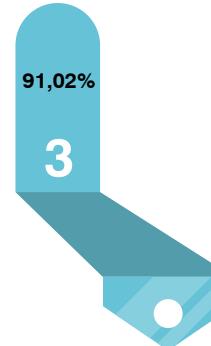
100%

2



91,02%

3



2 Elaborar Planejamento Estratégico Institucional

Repensar a estratégia para o próximo ciclo (2021-2026), proporcionando a participação de todos os envolvidos.

3 Programa de Gestão da Qualidade 2019-2021

1. Manter as certificações ISO 9001:2015 e Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE) do Sistema de Gestão da Qualidade.
2. Fomentar o cumprimento dos requisitos cobrados no Prêmio CNJ de Qualidade.

RESULTADOS

Ambiente de trabalho virtual mais limpo, conciso e eficaz, a nova intranet conta com sistema de busca eficiente e acesso rápido para os links mais acessados de cada servidor, de forma personalizada.

RESULTADOS

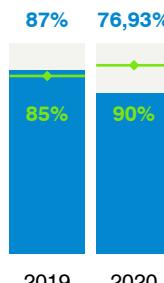
Planejamento instituído pela Res. 500/2021.

RESULTADOS

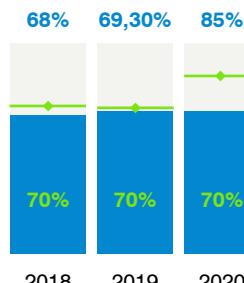
Em 2020, a certificação foi mantida, conforme auditoria externa realizada no mês de outubro. A certificação pelo PQJE foi confirmada, conforme auditoria em setembro. Quanto ao Prêmio de qualidade do CNJ, o TRE-TO não foi premiado em 2020.

Principais Indicadores

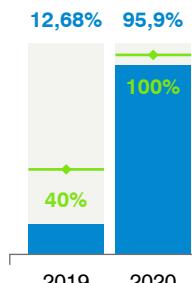
PES07.1 - Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico Institucional (PETRE)



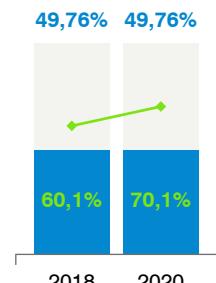
PES07.2 - Índice de Governança pública (iGovpub)



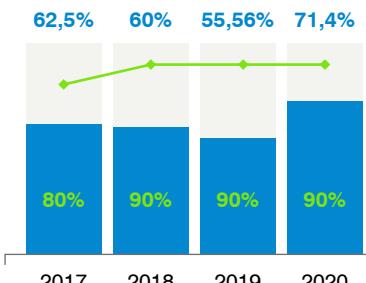
PES07.3 - Índice de Execução do Projeto Eleições 2020



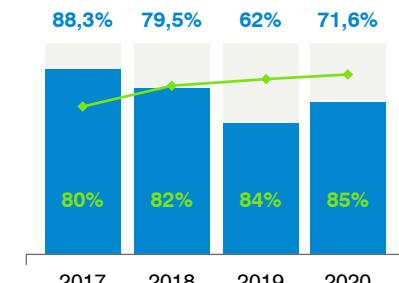
PES07.4 - Índice de maturidade em gestão de riscos (%)



PES07.5 - Índice de cumprimento das recomendações expedidas pela CCIA (%)



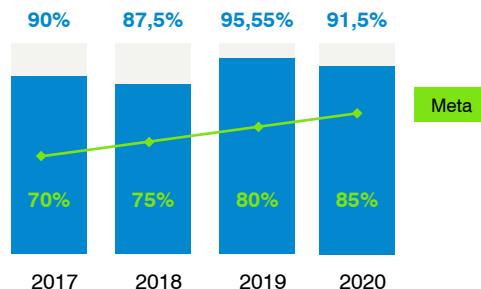
PES07.6 - Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável (PLS) (%)



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8: Aperfeiçoamento da Governança de TI

Principais Indicadores

PES08.1 - Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC) (%)



3.5 INDICADORES DE DESEMPENHO

O Planejamento Estratégico Institucional possui atualmente 23 indicadores estratégicos. Veja o resumo desses indicadores em termos de percentual de cumprimento da meta estabelecida para eles em 2020.

Planejamento Estratégico 2015-2020
% de Cumprimento das metas

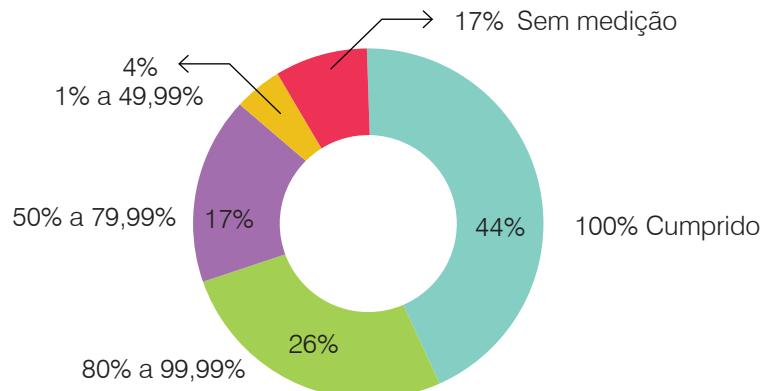


Gráfico 4.4 Cumprimento Metas Estratégicas

O monitoramento do cumprimento dessas metas, bem como da execução dos projetos estratégicos são feitos durante as Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), que acontecem em média a cada 4 meses. Os resultados atingidos são apresentados ao Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC), que é um comitê de apoio à governança do TRE-TO.

As metas com percentuais de cumprimento abaixo de 80% são apresentadas e analisadas individualmente nas RAEs. De posse das informações apresentadas, o comitê tem propriedade para tomar decisões mais assertivas. As decisões são registradas em ata e enviadas às unidades responsáveis, via processo eletrônico.

Confira as atas do COGETIC no link a seguir:



<https://www.tre-to.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acompanhamento-da-gestao/deliberacoes-de-nucleos-comites-e-comissoes>

3.6 ELEIÇÕES 2020

A Gestão do Processo Eleitoral no Estado do Tocantins foi realizada por meio do monitoramento de 20 processos de trabalho organizacionais, integrantes do escopo do Sistema de Gestão da Qualidade, sendo que sua execução se desdobrou em 2.741 ações em níveis estratégicos, táticos e operacionais, todas registradas em sistema informatizado. No pleito de 2020, o TRE contou com uma força de trabalho de 26.572 pessoas, dentre magistrados, servidores, terceirizados, auxiliares, mesários, policiais, agentes e estagiários. Graças ao empenho de todos os envolvidos em suas respectivas áreas de atuação, conseguiu-se uma apuração célere, transparente e segura, cujos resultados foram entregues no prazo médio de 4 horas.

As eleições de 2020 foram revestidas de excepcionalidades em razão da pandemia do Covid-19, sendo adiadas para o mês de novembro, o que impactou todas as etapas do processo eleitoral, culminando com a realização das eleições com adoção de medidas especiais para assegurar a segurança sanitária de todos os envolvidos na realização das eleições, da força de trabalho a serviço da justiça eleitoral aos eleitores.

O detalhamento, por pleito, consta do infográfico a seguir.

ELEIÇÕES 2020

**ELEIÇÕES 2020
(MUNICIPAL)**Candidatos
8234Eleitores Aptos
1035289Orçamento
10.775.193,00Atividades e
Tarefas
2741Abstenções
**177774
(17,7%)**Tempo de
apuração
4h 21minPessoas
envolvidas
Juízes e
promotores
97Pessoas
envolvidas
Servidores **313**
Mesários **13457**Pessoas
envolvidas
Policiais e agentes
4380Custo por Eleitor
R\$ 7,90*
*valor liquidado até 31.12.20

ELEIÇÕES 2020

ELEIÇÕES 2020 (MUNICIPAL)

Eleitores aptos	1035289
Abstenções	177774 (17,7%)
Zonas eleitorais	33
Locais de votação	871
Seções eleitorais	4211
Tempo de apuração	4h 21min
Número de candidatos	8234
Prefeito	435
Vereador	7799
Pessoas envolvidas	26572
Juízes e promotores	97
Servidores da Justiça Eleitoral	313
Estagiários	36
Terceirizados	166
Mesários	13457
Apoios	10313
Forças de segurança	2190
Exército	200
Polícia Federal	40
Polícia Militar	1600
Polícia Civil	350

Planejamento (Atividades e tarefas)	2741
Registro de candidaturas	8683
DRAPS	1251
Processos PJe (1º grau)	9934
Processos PJe (2º grau)	572
Prestação de contas	10034
Orçamento eleições 2020	10.775.193,00
Custo por eleitor	7,90*

Fonte: Painel BI – Perfil do eleitorado, COSEL/STI, Indicador 16 - SGQ - APUR - Tempo de apuração da Eleição, Painel BI - Candidaturas, Unidades gestoras: COPES/SGP, SEREF/COPES/SGP, SEGED/COEDE/SGP, ASPLAN/SADOR, Painel BI - Convocação para eleições, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sistema PadLog (Macroprocesso Eleições 2020), Painel BI – Registros Candidatos, Painel BI – Prestação de contas candidatos, Portal da transparência/ Gestão Orçamentária e Financeira/anexo II da Res. CNJ/2020 - Dez. *Valor liquidado até 31.12.20

3.7 PERSPECTIVA PARA O PRÓXIMO PERÍODO

O ano de 2020 foi atípico e de grandes desafios. Nunca havíamos feito uma eleição em meio a uma pandemia. Tivemos que nos reinventar, repensar processos, otimizar gastos... Tudo isso vai refletir no futuro. Não tem como voltar atrás.

Quando eventos externos impactam a forma de gerir uma instituição, o gestor pode enfrentar a situação como uma oportunidade ou pode recuar e engessar a gestão. Fatores externos continuarão impactando fortemente a gestão em 2021, a exemplo da pressão social pela redução dos gastos públicos, o questionamento sobre a transparéncia da gestão pública e as dúvidas relacionadas à segurança o processo eleitoral.

A gestão 2019-2021 vem analisando cuidadosamente essas influências externas e transformando em significativas oportunidades, dentre elas a priorização de ações voltadas à economicidade dos gastos públicos, a melhoria da transparéncia da gestão para o cidadão, bem como a adoção de ações permanentes de educação política e esclarecimentos sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral a públicos-alvo específicos em escolas, universidades e comunidades indígenas.

A seguir, infográfico com os principais desafios que entendemos que terão que ser enfrentados nos próximos exercícios.

1

APRENDIZADOS NO CENÁRIO DE PANDEMIA PELA COVID-19

Desde março de 2020, boa parte dos servidores e magistrados, em especial os do grupo de risco, começaram a realizar suas atividades via trabalho remoto. As perspectivas para 2021 são que essa realidade continue até que os índices de infectados e de ocupação das UTIs caia. Mas, independente da pandemia, essa realidade nos trouxe grande aprendizado. Ainda tínhamos dúvidas quanto à efetividade do trabalho-remoto, e esse cenário nos permitiu ver que o trabalho-remoto é uma realidade para os próximos anos. As Eleições Municipais 2020 aconteceram dentro do previsto, sem grandes intercorrências.

Quanto ao atendimento digital aos cidadãos para regularização do título eleitoral, foi de grande valia para mostrar à Justiça Eleitoral que é possível sim simplificar e facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados pelo órgão. Torcemos para que a legislação seja atualizada e que o atendimento digital vire regra, e não uma exceção ao período de pandemia.

Em 2020, foi criado o Núcleo de Apoio Processual às Zonas Eleitorais. Antigamente, esse apoio só era possível pelo deslocamento de um servidor da sede para o cartório que necessitava. É caro, pois o deslocamento envolve diárias. Com o PJE implantado, agora o apoio se dará remotamente, sem deslocamento, resultando em economia ao erário.

2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Em 2020, foi elaborado o planejamento estratégico institucional para o período 2021-2026. Ele foi instituído pela Resolução TRE-TO nº 500/2021. São novas diretrizes, novos objetivos estratégicos que a instituição lançou como desafio para esse período de 6 anos. Em 2021, a alta direção do TRE-TO deverá desdobrar essas diretrizes para os níveis tático e operacional.

3

PROJETO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE

A Escola Judiciária Eleitoral é responsável pelos projetos de educação política, agora instituídos como ações permanentes, e tem como desafio estabelecer metas mais instigantes e desafiadoras por meio de indicadores qualitativos das ações executadas e dos projetos a ela relacionados.

Capítulo 4

RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Compete à Diretoria-Geral, com apoio das quatro Secretarias, o gerenciamento e distribuição dos insumos (orçamento, pessoas, tecnologia etc) e dos macroprocessos de gestão e apoio (gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de tecnologia da informação, gestão de custos e sustentabilidade ambiental).

Os objetivos estratégicos dessas áreas de gestão estão alinhados com o Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020, aprovado pela Resolução nº 326/2015. O TRE-TO tem evoluído no desdobramento da estratégia, para tanto, na área de tecnologia da informação existe o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, que foi aprovado pela mesma resolução que instituiu o plano estratégico institucional. Para a área de gestão de pessoas, foi instituído em 2018 o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas para o período 2018-2020. Quanto à área de gestão de contratos, anualmente, é aprovado o Plano Anual de Contratações, onde são discriminados os bens e serviços que serão contratados pelo Tribunal. Para a área judiciária, foi instituído em 2019, o Plano Diretor Judiciário.

O principal objetivo dessas áreas de gestão foi executar e/ou disponibilizar os insumos necessários para a execução dos projetos estratégicos definidos no Programa de Gestão 2/2019-1/2021, além de coordenar as atividades necessárias para a execução das Eleições 2020.

Para viabilizar o atingimento dos objetivos estratégicos organizacionais foram desenvolvidos mecanismos de desdobramento da estratégia que contemplam os níveis estratégico, tático e operacional. Esse desdobramento pode ser visualizado na figura 3.2.4, no capítulo 3. Os planos de alocação de recursos estão na base dessa figura e se agrupam em Planos Tático/Operacional e Planos Operacionais, como se vê na próxima página.

A conformidade e a confiabilidade da gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SGRH) e foram atestadas nas declarações de confiabilidade das informações prestadas pelas unidades responsáveis em processo administrativo interno.

Mais que uma declaração, esse enunciado é uma demonstração dos esforços na busca de uma gestão baseada na eficiência e qualidade dos serviços prestados, focando principalmente na satisfação do cidadão usuário dos serviços eleitorais. Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins atendem os requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Palmas-TO, 10 de março de 2021.

Francisco Alves Cardoso Filho

Diretor-Geral

PLANOS OPERACIONAIS

MAPAS DOS PROCESSOS DO SGQ

O TRE-TO possui o sistema de gestão da qualidade (SGQ) implantado e está certificado pela ISO 9001 e pelo Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral PQJE. Para alcançar esta certificação, optou-se pela implantação da gestão por processos. O sistema contempla 20 processos de negócios monitorados por vários indicadores e isso atende as principais atividades do TRE-TO. Assim, todas as ações que envolvem diretamente a realização das eleições e a prestação jurisdicional estão com os processos mapeados e rodando normalmente, sendo que anualmente são realizadas duas auditorias internas e externas.

PLANO DE CONTRATAÇÕES

O Plano de Contratações é aprovado anualmente pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC), que absorve todas as principais contratações da gestão. Orientado pelo histórico de necessidades e pelo Programa de Gestão, o plano de contratações é o norte das ações a serem realizadas pela Gestão. Maiores detalhes em Plano de Contratações TRE.

PLANO DE COMUNICAÇÃO

O Plano de comunicação tem por objetivo aprimorar a comunicação externa e interna. Para a comunicação externa, o plano busca fazer com que a sociedade tenha pleno conhecimento dos produtos e serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral do Tocantins e, desta forma fortalecer a imagem institucional do TRE-TO, por meio de ações estratégicas em comunicação visando ainda o estreitamento do relacionamento entre o Tribunal, sociedade e imprensa. O Plano de comunicação atua dentro dos valores consignados no planejamento estratégico do TRE-TO, principalmente no valor transparéncia, o qual se destaca pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso, fundamental no processo de comunicação.

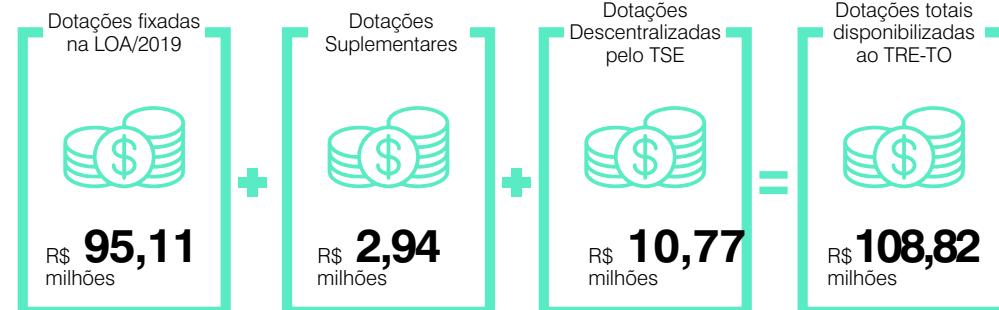
PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

Anualmente, é aprovado o Plano de Capacitação. Nele, todas as ações de capacitação estão definidas para o exercício seguinte. O Detalhamento da execução do investimento no PAC pode ser visto no item 4.3.6 deste capítulo.

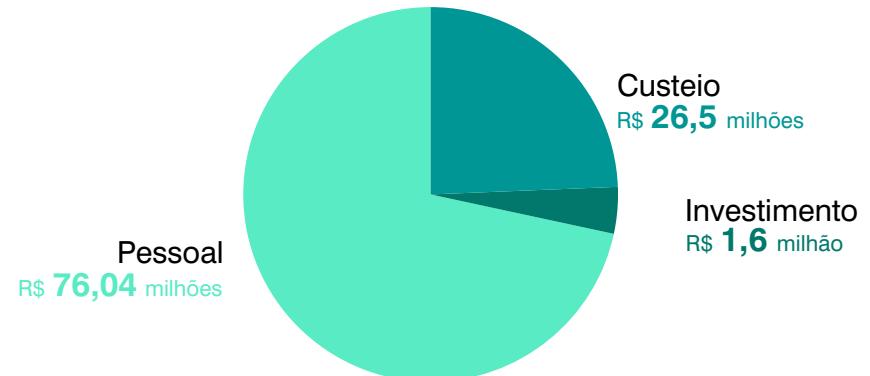
4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2020 - LOA/2020 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral dotação orçamentária no valor de R\$ 95,11 milhões. Contudo, após suplementações de créditos na ordem de R\$ 2,94 milhões o orçamento/2020 foi redimensionado para R\$ 98,05 milhões.

Além do orçamento disponibilizado na LOA/2020, houve descentralizações de dotações pelo Tribunal Superior Eleitoral na ordem de R\$ 10,77 milhões, para realização das Eleições Municipais. Assim, a dotação total disponibilizada a este Regional alcançou a cifra de R\$ 108,82 milhões.



Valor total pago em 2020



Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins recebeu dotação de R\$ 108,82 milhões. Desse montante, R\$ 105,35 milhões foram empenhados, R\$ 104,36 milhões foram liquidados e R\$ 104,2 milhões foram pagos.

Portanto, o total pago corresponde a aproximadamente 96% da dotação disponibilizada. Do total pago, a maior parte foi direcionada para remuneração de pessoal (R\$ 76,04 milhões).

Destacam-se, também, as despesas com terceirização de mão-de-obra, que somaram o valor pago de R\$ 9,95 milhões.

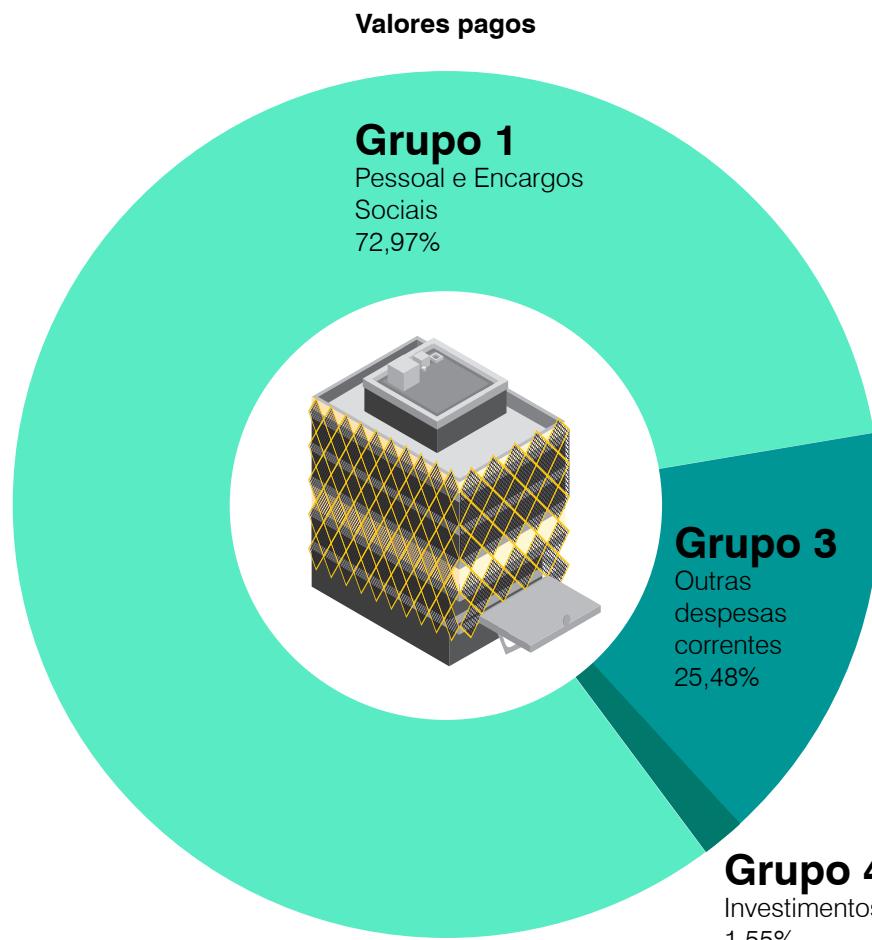
EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupo de natureza de despesa:

classe de gasto em que foi realizada a despesa.

Elemento de despesa:

classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.



Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais

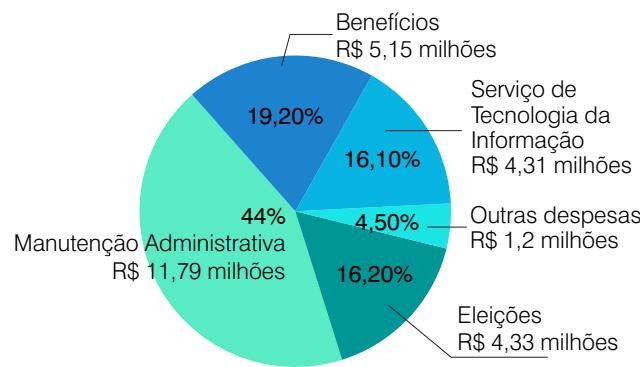
Elemento de despesa	Valor pago em 2020
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R\$ 53.025.043,34
Outras despesas variáveis - pessoal civil	R\$ 3.934.551,29
Obrigações patronais - op. intra-orçamentárias	R\$ 9.999.522,24
Demais elementos	R\$ 9.078.988,20
TOTAL	R\$ 76.038.105,07

Grupo 3 - Outras despesas correntes

Elemento de despesa	Valor pago em 2020
Locação de mão-de-obra	R\$ 9.926.231,27
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R\$ 6.396.051,49
Material de consumo	R\$ 1.361.496,49
Diárias - pessoal civil	R\$ 717.072,24
Diárias – pessoal militar	R\$ 255.327,75
Demais elementos	R\$ 7.894.359,77
TOTAL	R\$ 26.550.539,01

Grupo 4 - Investimentos

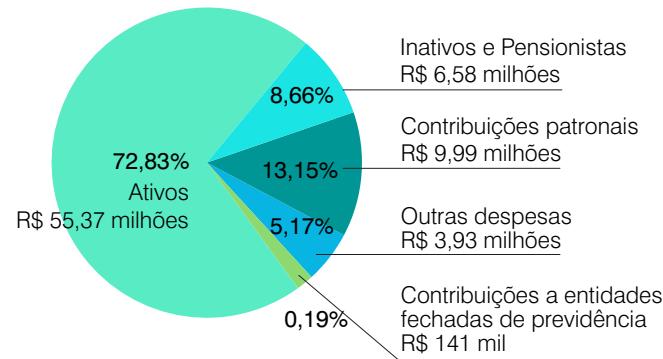
Elemento de despesa	Valor pago em 2020
Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica	R\$ 716.230,51
Equipamentos e material permanente	R\$ 897.923,32
Demais elementos	R\$ 85,22
TOTAL	R\$ 1.614.239,05

CUSTEIO

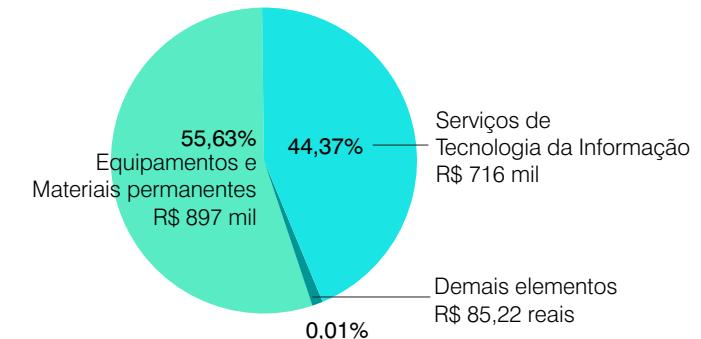
Em 2020, os pagamentos das despesas de custeio totalizaram R\$ 26,8 milhões, os quais incluem as despesas com a realização de eleições, manutenção administrativa, benefícios a servidores (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar e assistência médica-odontológica) e outros gastos de custeio.

Cabe destacar, também, que as principais despesas para manutenção administrativa foram com locação de mão-de-obra (R\$ 7,37 milhões), fornecimento de água e energia elétrica (R\$ 1,59 milhões) e locação de imóveis (R\$ 1,11 milhões).

Consoante se verifica do quadro abaixo, em 2020 (ano eleitoral), em razão do trabalho remoto, houve acréscimo de apenas 7,55% nas despesas com custeio quando comparados com 2019 (ano não-eleitoral).

PESSOAL

Em 2020 o pagamento de despesas de Pessoal aumentou 8,24% quando comparados com 2019, em razão dos gastos com serviços extraordinários para realização das Eleições Municipais, aumento da contribuição patronal e nomeação de novos servidores efetivos.

INVESTIMENTOS

Os investimentos pagos em 2020 somaram R\$ 1,61 milhões e teve como destaque a aquisição de mobiliário e licenças do sistema operacional WINDOWS 10 PRO.

GRUPO DESPESA	2020					2019					VARIAÇÃO R\$ (k)=d-i	VARIAÇÃO % (l)=d/i
	DOTAÇÃO (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGO (d)	RP PAGOS (e)	DOTAÇÃO (f)	EMPENHADO (g)	LIQUIDADO (h)	PAGO (i)	RP PAGOS (j)		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	78.120.828,59	76.108.349,77	76.108.349,77	76.038.105,07	418.281,44	71.791.371,84	70.666.052,22	70.666.052,22	70.247.770,78	556.902,34	5.790.334,29	8,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.073.327,00	27.611.592,77	26.640.292,25	26.550.539,01	254.127,42	24.641.690,87	24.203.926,32	23.744.993,57	23.711.195,26	1.211.747,37	2.839.343,75	12,0
INVESTIMENTOS	1.630.658,00	1.630.655,00	1.614.929,60	1.614.239,05	45.154,67	4.093.264,00	4.075.793,92	4.033.150,00	4.033.150,00	322.905,64	(2.418.910,95)	-59,98
TOTAL	108.824.813,59	105.350.597,54	104.363.571,62	104.202.883,13	717.563,53	100.526.326,71	98.945.772,46	98.444.195,79	97.992.116,04	2.091.555,35	6.210.767,09	6,3

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- Manter em bom funcionamento toda a estrutura do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, num cenário de restrições financeiras;
- Aperfeiçoar a gestão orçamentária.

Ações

- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas;
- Adotar boas práticas de eficiência de outros órgãos;
- Conscientizar os servidores acerca da necessidade de racionalização de custos;
- Continuar implementando soluções que tragam eficiência energética, com vistas a reduzir as despesas com energia elétrica.

4.2 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2020, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 16, e parágrafo único do mesmo art. 16.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à previsão legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar na supressão dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



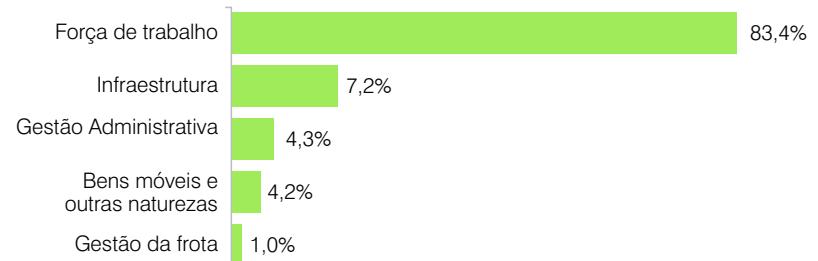
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins no exercício de 2020, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

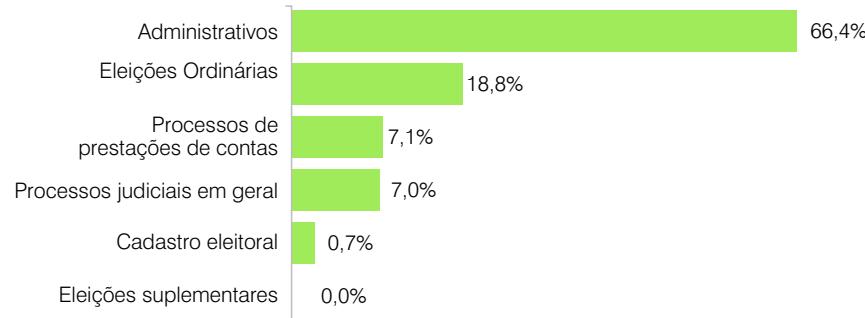
Custos por subgrupos (em %)



Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2020, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos, atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação desta Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

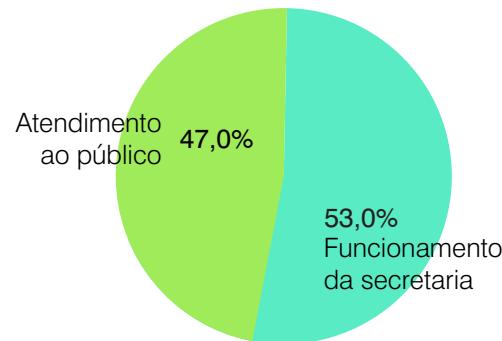
Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

Custos por atividades/serviços (em%)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao PÚblico e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao PÚblico (em%)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

4.3 GESTÃO DE PESSOAS

4.3.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Tribunal observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo órgão Superior Eleitoral e órgãos de controle.

Convém enfatizar que foi instituída a Política de Gestão de Pessoas deste Regional, por meio da Resolução TRE-TO nº 461, de 10 de dezembro de 2019, <http://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2019/resolucao-no-461-de-10-de-dezembro-de-2019> que tem como uma de suas finalidades estabelecer princípios e diretrizes em gestão de pessoas e organização do trabalho, além de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

Outra diretriz da unidade de pessoal é o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas deste Tribunal - PEPE, aprovado por meio da Resolução TRETO Nº 430/2018, <https://compilada.tre-to.jus.br/res/2018/RES004302018.html> que, traz como lastro um conjunto de diretrizes externas para o alcance da estratégia da Gestão e Governança de Pessoas. Importante ressaltar que a área tem recebido atenção crescente por parte dos órgãos direcionadores e de controle, através de normas que vêm nortear, de maneira cada vez mais detalhada, a sua atuação.

Todos os normativos aplicáveis à legislação de pessoal são devidamente observados e grande parte pode ser encontrada na Cartilha do Servidor, <http://blogs.tre-to.jus.br/blogs/sgp/cartilha-do-servidor/> disponível a todos os colaboradores servidores na intranet deste Tribunal.

Para assegurar a conformidade com a Legislação de Pessoal e demais normativos aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Tribunal tem buscado permanentemente o aperfeiçoamento da gestão, através do patrocínio de uma política de valorização e desenvolvimento, que visa o alcance dos resultados pretendidos.

4.3.2 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL, GÊNERO, DEFICIÊNCIA, ETNIA, FAIXA ETÁRIA, SITUAÇÃO FUNCIONAL, CARREIRA, ÁREA DE TRABALHO E UNIDADE DE EXERCÍCIO.

338 Servidores

♂ **53,56%** ♀ **46,44%**  **2,07%**

7 (sete servidores com algum tipo de deficiência)

A força de trabalho do TRE-TO é composta por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. Como órgão da Justiça Eleitoral, este Tribunal não possui quadro próprio de juízes e desembargadores. A função jurisdicional é exercida, no nível da Corte Regional, por magistrados do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal, além de advogados escolhidos na forma do art. 120 da Constituição da República, perfazendo um total de 7 membros.

No 1º Grau, a jurisdição das Zonas Eleitorais é exercida por 33 juízes estaduais, conforme divisão da circunscrição eleitoral no Estado do Tocantins.

O quadro efetivo da Justiça Eleitoral é composto por dois cargos: Técnico Judiciário e Analista Judiciário. Quanto à lotação, existem dois grandes grupos: a Secretaria do Tribunal, que fica na capital, e as 33 Zonas Eleitorais (ZE's) espalhadas pelo Estado. Fazendo uma análise crítica da força de trabalho, há um equilíbrio entre o total de servidores lotados na Secretaria e nas 33 ZE's. Quanto aos servidores efetivos, no entanto, há uma prevalência da lotação na sede do Tribunal, onde atua cerca de 70% do quadro próprio de servidores.

Ressalta-se que a Lei 10.842/2004 criou dois cargos efetivos para as ZE's (um técnico judiciário e um analista judiciário). Por essa razão, a demanda real de cada zona eleitoral, considerados, sobretudo, o número de eleitores e de municípios atendidos, não pode ser utilizada como parâmetro para lotação dos servidores efetivos. Esses parâmetros são utilizados apenas para definição do limite de requisições, por isso a prevalência maior de servidores requisitados nas ZE's, em relação ao número de servidores efetivos.

FORÇA DE TRABALHO



TOTAL: 576
■ Magistrados: 40
■ Servidores: 338
■ Efetivos: 179
■ Removidos: 17
■ Requisitados: 135
■ Lotação provisória: 3
■ Sem vínculo: 4
■ Estagiários: 32
■ Terceirizados: 166

52,9%
5%
40%
0,9%
1,18%

O quadro efetivo é composto por 2 cargos:
Analista Judiciários: 70 servidores

Técnico Judiciário: 109 servidores

Magistrados



1º Grau
33

Juízes Eleitorais

2º Grau
7

Juízes-membro da Corte

Servidores



1º Grau
165

Zonas Eleitorais

2º Grau
58

Secretaria Área Judiciária

2º Grau
115

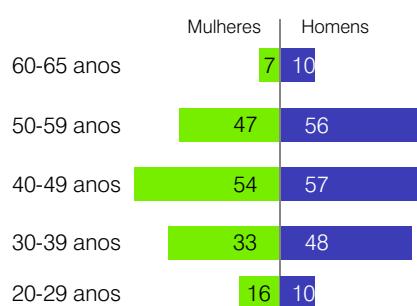
Secretaria Área Administrativa

Número de servidores



63

Servidores lotados por sexo e faixa etária



4.3.3 AÇÕES VOLTADAS À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Em 2020, a Coordenadoria de Assistência Médica e Social realizou algumas ações de qualidade de vida, as quais contribuíram para a manutenção de um ambiente de trabalho positivo e saudável, que favoreceram o bem-estar e a produtividade coletiva. Não podemos deixar de mencionar a contratação do posto de trabalho do profissional de psicologia e a criação do NAPSI (Núcleo de Apoio Psicossocial), que tem como objetivo promover ações empáticas, construir diretrizes e procedimentos voltados ao equilíbrio da saúde biopsicossocial dos colaboradores, incentivando práticas

organizacionais humanizadas e sempre em consonância com a missão do Judiciário. É importante enfatizar que algumas ações não foram realizadas em decorrência da pandemia, tais como, a Corrida da Justiça, Oficinas de relaxamento, relacionamento e comunicação e outras em razão de ano eleitoral, como por exemplo, Semana Cultural, Sorriso Saudável, sendo portanto realizadas várias outras ações, adaptadas ao contexto do momento.

EVENTOS REALIZADOS EM 2020 REFERENTES AO PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	PARTICIPANTES/PÚBLICO ATINGIDO
VIII Semana da Saúde – Roda de Conversa com temas relacionados ao “Desenvolvimento Pessoal e Profissional” com a Neuropsicóloga contratada. -Janeiro Roxo - Combate à Hanseníase -Dia de combate às drogas -Informação sobre realização de Congresso on-line de autismo -Sinais de identificação de autismo em crianças -Orientações sobre Saúde Bucal -Junho Vermelho - Mês de doação de Sangue -Dicas sobre saúde emocional com a Neuropsicóloga -Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais -Dia Não - 29 de agosto - Dia Nacional do Combate ao Fumo -Setembro Amarelo -Dia Mundial do Coração -Outubro Rosa -Novembro Azul -Dia Mundial contra a Aids	214 participantes Emails (ou Mensagens eletrônicas encaminhadas) encaminhados pela COMED a todos os colaboradores deste Tribunal, referentes aos temas informados ao lado, totalizando 43 ações, conforme evento 1471752
Coral	15 na forma presencial até março e após na forma “online” até julho
Campanha de vacinação contra a gripe HINI no formato drive thru	279 colaboradores
Ginástica Laboral	64 na forma presencial até março e após exibição de vídeo durante a o período de pandemia
Roda de Conversa - Desafios da Vida em 2020	10 participantes
Manutenção da horta orgânica	100
AÇÕES SOLIDÁRIAS	
Arrecadação de doações para a Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer e cooperativas de catadores de lixo	23
Convênio com o Hospital do Amor	74

Ações de enfrentamento à pandemia

Não podemos deixar de destacar as inúmeras ações e providências realizadas pela COMED com relação ao coronavírus (COVID-19), as quais atingiram grande número de pessoas, dentre elas:

- Apresentação de propositura em 12/3/2020 de medidas de prevenção da disseminação do novo coronavírus a todos os colaboradores desta Justiça Eleitoral do Tocantins, realizando avaliação diária do cenário e propondo intervenções, além de palestras, videoconferências e levantamento dos servidores que se encontravam em grupo de riscos.
- Plano de Contingência da Epidemia pela COVID-19 apresentado pelo Corpo Clínico deste Regional, onde foram repassadas todas as orientações necessárias aos magistrados e colaboradores sobre os sintomas do coronavírus e os procedimentos a serem adotados nas diversas situações.
- Encaminhamento dos Ofícios nºs 1163/2020 e 1239/2020, em 23/3/2020 e 6/4/2020, respectivamente, ao Conselho Nacional de Justiça, informando todas as providências realizadas por este Regional em relação ao novo coronavírus (COVID-19).
- Publicação de normativos que estabeleceram medidas preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19), de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.
- (Portarias TRETO nºs 266/2020, 268/2020, 269/2020, 285/2020, 288/2020, 333/2020 e 526/2020).

• A unidade médica deste Tribunal apresentou medida complementar para a prevenção da COVID-19, ressaltando, entre outras, a utilização de máscaras pelos servidores e pelos visitantes que adentram nas

dependências deste Regional, bem como nas Zonas Eleitorais.

- Realização de reuniões semanais para análise das medidas a serem implementadas.
- Publicação da matéria “Pergunte ao Médico”, onde o profissional infectologista do quadro orientava sobre a contaminação pelo novo coronavírus.
- Inclusão do exame SOROLOGIA COVID 19(IGM/IGG) na tabela do Conselho Deliberativo do TRESAÚDE – CODEL.
- Realização de teleatendimento pelo corpo clínico deste Tribunal, a partir de 29/4/2020.
- Realização periódica de rodas de conversas com profissional de psicologia.
- Relatórios de acompanhamento externo, dados epidemiológicos, estatística hospitalar, e acompanhamento de casos dos colaboradores do Tribunal.
- Elaboração do Plano de Retorno Gradual ao Trabalho presencial que, além de cumprir requisitos da Resolução CNJ nº 207/2015, possibilitou auxiliar os gestores na organização e preparo da instituição para o retorno das atividades presenciais da Justiça Eleitoral, de forma responsável, gradativa, controlada, monitorada e transparente, em razão dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, conforme art. 26, inciso I, Portaria CNJ nº 88/2020.

4.3.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Necessidade de recursos humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 8.112/1990 e no Decreto n.º 6.944/2009. O processo visa selecionar os servidores mais adequados com perfil almejado por este Regional.

A realização de tais concursos depende de autorização da Alta Direção do Tribunal e é realizado por empresa contratada, obedecendo ao regimento disposto na Lei n.º 8.666/93. A solicitação de concursos é iniciada pela Seção de Gestão de Desempenho, da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, que integra a Secretaria de Gestão de Pessoas, após análises de alocação de pessoal realizada pela unidade. São considerados, dentre outros fatores, a rotatividade de servidores, número ideal de servidores por atividade, complexidade da estrutura do órgão, disponibilidade orçamentária e financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.

Através da Portaria/TSE n.º 871/2020, que atualizou o quantitativo de cargos a serem providos no exercício de 2020, este Tribunal obteve autorização para nomeações de candidatos aprovados em concurso público para 5 (cinco) cargos, sendo 4 (quatro) de analista judiciário e 1 (um) de técnico judiciário; acrescentaram-se a estes 2 (dois) cargos de analista judiciário –área judiciária em decorrência de redistribuição para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em reciprocidade com cargos vagos, destes foram providos 3 (três) cargos no exercício financeiro em tela.

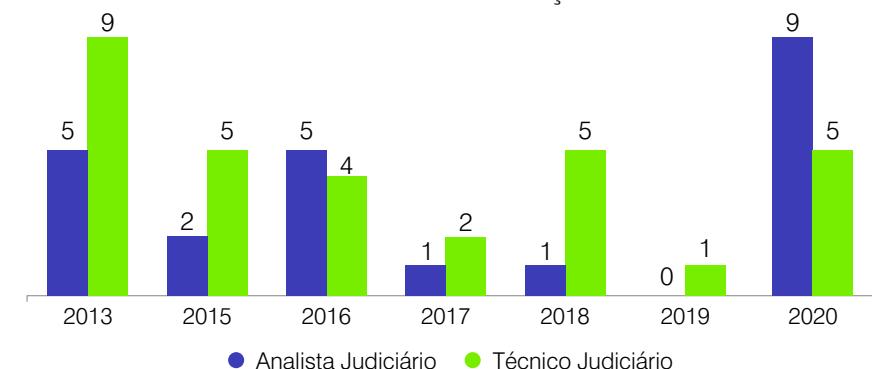
Plano de remoção e alocação de servidores

O TRE-TO conta com 33 Zonas Eleitorais (ZE's), que abrangem todo o Estado. De acordo com a Lei n.º 10.842/2004, há dois cargos, sendo um de Analista Judiciário - Área Judiciária e um de Técnico Judiciário - Área administrativa para cada ZE. Com as movimentações decorrentes de vacâncias, remoções, entre outros, o Tribunal vem utilizando, desde 2007, concurso de remoção interna para movimentação entre as ZE's e entre estas e a Secretaria. Estes concursos têm critérios bem definidos, objetivos e imparciais, contribuindo para o baixo número de recursos.

Em 2020, foram realizados 2(dois) Concursos de Remoção Interna, nos meses de janeiro e outubro, sendo contemplados 9 Analistas Judiciários - Área Judiciária e 5 Técnicos Judiciários - Área Administrativa, conforme tabela ao lado:

O reforço da equipe de trabalho para atender a processos sazonais de alocação de pessoas é realizado de acordo com as demandas e perfis profissionais. Uma situação especial deve ser mencionada por ocasião das Eleições, em que para realizar determinadas atividades temporárias, foram deslocados servidores de seus locais de trabalho para auxiliarem em processos de trabalho específicos, também observando a competência, treinamento, experiência e disponibilidade do colaborador. Veja abaixo a tabela de apoio de pessoal relativa a 2020.

Número Servidores Efetivos contemplados em concurso de remoção



Seleção e recrutamento de pessoas

O Tribunal tem implementado políticas e estratégias para seleção e recrutamento de pessoas. Buscando utilizar critérios meritocráticos para a designação de servidores para cargos de natureza gerencial e áreas especializadas, com pontuação para experiência profissional, formação acadêmica e manifestação de competências para o cargo, o TRE-TO publicou, em novembro de 2018, a Portaria PRES n.º 485/2018, que instituiu o Processo de Recrutamento e Seleção Interna no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins. Embora ainda não tenha sido realizado processo seletivo, demonstra o interesse do TRE em, pelo reconhecimento do mérito, promover processo seletivo transparente e acessível.

Foi publicada ainda a Portaria PRES n.º 75/2018, em que o TRE-TO determinou critérios e requisitos mínimos para ocupação dos cargos de liderança da área de Tecnologia da Informação.

DEMANDA	PERÍODO	SERVIDORES	DIÁRIAS R\$	HEs R\$
Apoio sob demanda às Zonas Eleitorais	1/1 a 31/12/2020	9	R\$ 10.307,64	--
Apoio no Fechamento de Cadastro - Eleições Municipais 2020	4/3 a 25/6/2020	32	--	--
Apoio no Registro de Candidaturas - Eleições Municipais 2020	11/6 a 30/10/2020	31	--	R\$ 219.202,65
Apoio às Eleições Municipais 2020 (CAVE e Zonas Eleitorais)	23/9 a 15/12/2020	84	R\$ 142.008,98	R\$ 373.311,84
Apoio à Ouvidoria	6/10 a 15/11/2020	16	--	R\$ 28.479,04

4.3.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA: GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO, PROGRESSÃO FUNCIONAL, ESTÁGIO PROBATÓRIO, TABELA DE REMUNERAÇÃO, PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS, DETALHES SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UPC.

Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho dos servidores é auferida para movimentação na carreira (progressão/promoção funcional), observando os critérios estabelecidos na Lei nº 11.416/2016 e na Resolução/TSE nº 22.582/2007. Todo servidor nomeado para o cargo efetivo é submetido a avaliações periódicas às quais, se aprovado, o faz ascender na carreira, partindo da classe/padrão A1 até atingir a o final de carreira em C13. Nos 36 meses iniciais, as avaliações têm por objetivo avaliar se o servidor realmente preenche os requisitos para o cargo, período denominado por estágio probatório. Daí em diante as avaliações servem exclusivamente para ascensão na carreira, como dito anteriormente.

Aprovados em Processos Avaliativos 2020: 44

Estágio Probatório

Não houve conclusão de estágio probatório em 2020 por nenhum servidor.

Valor agregado dos recursos humanos e meritocracia

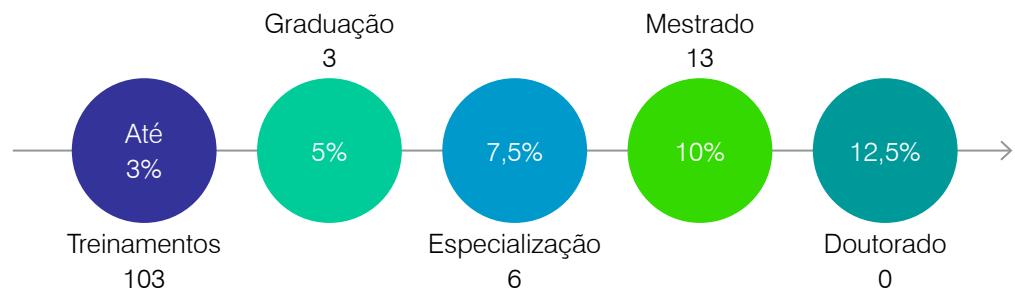
Como valor agregado, podemos citar as formas de motivação e reconhecimento do trabalho dos servidores, os quais podem ser diretamente mensurados através das Políticas de Qualidade de Vida e Reconhecimento Profissional. Como exemplo, podemos citar o Programa VALORIZA, regulamentado pela Portaria/TRE n.º 229/2016. O programa tem o intuito de reconhecer publicamente e motivar os servidores que, além de desenvolverem as atividades da sua unidade de lotação, oferecem contribuições importantes, com vistas ao incremento dos resultados institucionais e alcance dos objetivos estratégicos. O referido programa oferece benefícios aos participantes, que podem ser resgatados pelos mesmos através de pontuação acumulada decorrente de suas atividades registradas e homologadas. Dentre os benefícios, podemos citar vaga em garagem interna, ausência previamente compensada, participação em eventos de capacitação, dentre outros. Além disso, no final do exercício, os 5 com maior pontuação na Secretaria e nas ZEs são homenageados em Sessão Solene, com entrega de placa de homenagem.

Benefícios concedidos em 2020: 2. É importante frisar que o baixo número de concessão se justifica pelo trabalho remoto em função da pandemia, motivo pelo qual os benefícios se tornaram pouco atraentes.

Adicional de Qualificação (AQ)

Consiste em um acréscimo em pecúnia recebido pelo servidor ocupante de cargo efetivo, mediante comprovação de capacitação específica em área de interesse da Justiça Eleitoral. É regulamentado pela Resolução TSE n.º 23.380/2012 e Portaria Conjunta STF n.º 2/2016.

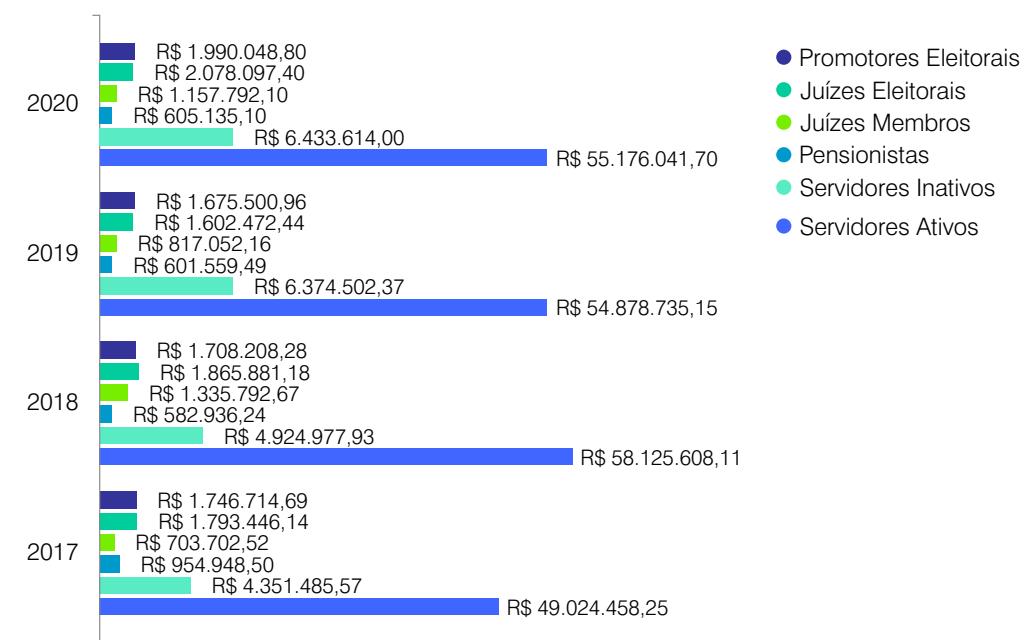
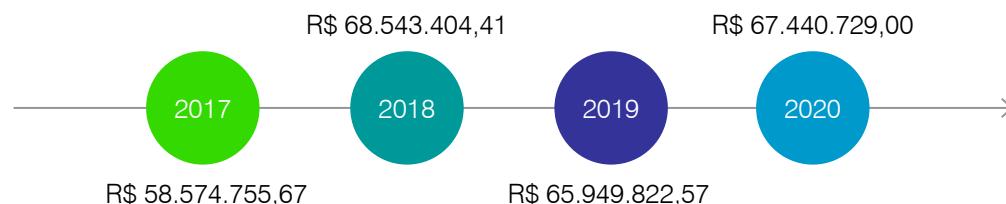
Servidores contemplados com AQ em 2020



Detalhamento da despesa de pessoal

Em 2020, o TRE-TO realizou um gasto de R\$ 67.440.729,00 com despesa de pessoal, conforme gráfico abaixo.

Evolução dos Gastos com Pessoal



As despesas com servidores ativos e inativos tiveram acréscimo a partir do exercício 2016, tendo em vista a edição da Lei n.º 13.317/2016, que reajustou a remuneração dos servidores, elevando também as despesas com eleições ordinárias e extraordinárias nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2020.

SITUAÇÃO FUNCIONAL	2017	2018	2019	2020
Efetivo	R\$ 40.177.051,70	R\$ 47.142.609,27	R\$ 43.724.108,11	R\$ 46.113.458,76
Cedido	R\$ 597.682,52	R\$ 411.759,80	R\$ 354.070,80	R\$ 295.398,72
Efetivo Removido	R\$ 3.964.683,49	R\$ 4.168.089,65	R\$ 3.941.454,43	R\$ 2.910.291,31
Inativo	R\$ 4.351.485,57	R\$ 4.924.978,73	R\$ 6.374.502,37	R\$ 6.433.613,95
Juiz Eleitoral	R\$ 1.793.446,14	R\$ 1.865.881,18	R\$ 1.602.472,44	R\$ 2.078.097,37
Juiz Membro	R\$ 615.031,91	R\$ 1.051.464,21	R\$ 714.920,64	R\$ 1.028.766,29
Lotação Provisória	R\$ 680.686,46	R\$ 831.642,93	R\$ 474.079,51	R\$ 392.632,23
Procurador Regional Eleitoral	R\$ 88.670,61	R\$ 284.328,46	R\$ 102.131,52	R\$ 129.025,80
Promotor Eleitoral	R\$ 1.746.714,69	R\$ 1.708.208,28	R\$ 1.675.500,96	R\$ 1.990.048,83
Removido para este Tribunal	R\$ 359.998,02	R\$ 660.576,66	R\$ 351.094,96	R\$ 1.046.146,19
Requisitado	R\$ 2.699.870,09	R\$ 4.166.881,50	R\$ 5.442.102,12	R\$ 3.892.654,51
Sem vínculo	R\$ 544.485,97	R\$ 744.048,30	R\$ 591.825,22	R\$ 525.460,76
Pensionistas	R\$ 954.948,50	R\$ 582.936,24	R\$ 601.559,49	R\$ 605.135,08
Total	R\$ 58.574.755,67	R\$ 68.543.404,41	R\$ 65.949.822,57	R\$ 67.440.729,00

4.3.6 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

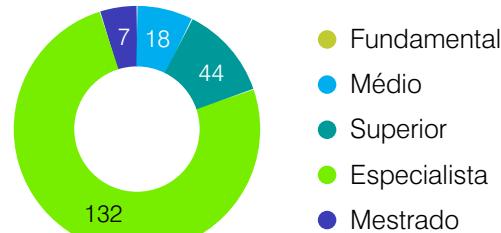
Para o desenvolvimento e qualificação dos servidores, são observadas as competências corporativas, gerenciais e técnicas, em especial as relacionadas aos procedimentos eleitorais. Para as competências que não tem relação direta com o processo eleitoral, a COEDE dispõe de dados alinhados aos objetivos institucionais, que são submetidos ao Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da informação e Comunicação - COGETIC para o Planejamento Anual de Capacitação.

O PAC segue as diretrizes previstas na Resolução TRE-TO nº 180/2009 e Resolução/CNJ nº 240/2016.

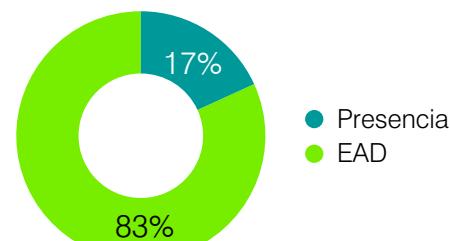
Cabe ressaltar que este Regional possui convênios educacionais com alguns órgãos estaduais e federais, visando o desenvolvimento de pesquisas, atividades acadêmicas, científicas, culturais, de capacitação e aperfeiçoamento e o intercâmbio nas áreas de gestão de pessoas, tecnologia da informação, administração e controle interno.

A capacitação é categorizada em nove áreas de conhecimento. Segue abaixo o investimento por área do conhecimento.

Escolaridade do Quadro de Servidores



Eventos de Capacitação



Execução PAC Plano Anual de Capacitação



PAC 2020 - Investimento por área do conhecimento



Gerenciamento de competências

O programa de gestão por competências foi implementado no TRE/TO em 2008, adotando-se o modelo utilizado pelo TSE no referido período. Desde a sua implementação, a gestão por competências passou por diversas melhorias, inclusive nos anos de 2013, 2015 e 2017, datas em que houve revisão das competências. Em 2017, foi implementado sistema desenvolvido neste Regional para o gerenciamento de competências intitulado “COYOTE”.

O modelo trabalha com as competências divididas em 3 grandes grupos, quais sejam:

- a) Competências corporativas, requeridas para todos os servidores vinculados ao Tribunal;
- b) Competências gerenciais, requeridas para todos os servidores que desenvolvem atividades de gestão;
- c) Competências técnicas, requeridas aos servidores lotados em uma determinada unidade organizacional, pois estas competências são definidas pelas atividades técnicas desenvolvidas na UO.

Os processos avaliativos são realizados bianualmente e contam com até 4 tipos de avaliação, sendo:

1. Avaliação por parte do gestor;
2. Autoavaliação;
3. Avaliação pelos pares;
4. Avaliação pelos subordinados.

O conjunto de informações obtido com a gestão por competências apresenta-se como instrumento de grande relevância para a tomada de decisão, especialmente na construção de conhecimento dos servidores, implicando em otimização dos recursos destinados à formação deste público.

Principais Desafios

- Dar continuidade às iniciativas previstas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.
- Concluir todas as ações previstas no Programa de Gestão 2019/2021, haja vista fatores externos que influenciam ou até mesmo comprometem o resultado pretendido, a exemplo da restrição orçamentária e momento pandêmico.
- Dimensionar, distribuir e avaliar a força de trabalho por meio do estabelecimento de critérios de análise das entregas/produtividade.
- Dar prosseguimento às ações, diretrizes e procedimentos voltados ao equilíbrio da saúde biopsicossocial dos servidores
- Executar, conforme planejado, o Plano Anual de Capacitação – PAC, considerando as implicações da pandemia de COVID - 19.
- Gerir a força de trabalho, com eficácia e eficiência, otimizando a utilização dos recursos disponíveis.
- Implementar o teletrabalho e a flexibilização do trabalho presencial
- Aprimoramento das ações para um adequado clima organizacional
- Implementação de ações para o fortalecimento do coletivo e da integridade no ambiente de trabalho
- Desenvolver trilhas por área de atuação, objetivando o desenvolvimento de colaboradores.

Ações Futuras

- Finalizar as ações previstas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.
- Implementar modelo de avaliação de desempenho.
- Otimizar diagnóstico e resolutividade através de protocolos de atendimentos.
- Reformular o Programa VALORIZAR.
- Instituir Programa de reconhecimento de boas práticas na Justiça Eleitoral do Tocantins.

4.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

158

Processos de contratações em 2020

75
Contratações Diretas

83
Pregões

0
Outras Modalidades

Fonte: SIAFI e SELIC

Principais tipos das contratações diretas:

- Eventos de capacitação de pessoal
- Fornecimento de água e energia
- Contratações de valores reduzidos (abaixo de R\$ 17.555,24)

Contratações Diretas - Justificativas

Entre as contratações diretas, destacam-se os eventos de capacitação de pessoal (foram feitas 25 contratações para essa finalidade). A inexigibilidade de licitação para esse tipo de contratação baseia-se no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93 (prestação de serviço técnico de natureza singular e realizado por profissional ou empresa de notória especialização).

Além dos eventos de capacitação, destacam-se também as contratações para fornecimento de água e energia, justificadas pela exclusividade da prestação dos serviços.

Conformidade legal

As licitações e contratações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins estão em conformidade com as normas regentes, em especial com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

Principais desafios e ações futuras

- Implementação de licitações sustentáveis;
- Manutenção da qualidade dos serviços prestados num cenário de escassez orçamentária e de pessoal;
- Incentivo a inovação tecnológica;
- Fomento à transparência.

R\$ 21,28 MI

foram pagos em contratações relativas à custeio e investimentos em 2020

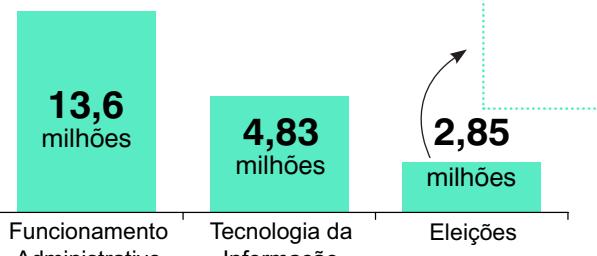
Fonte: SIAFI

13,38%

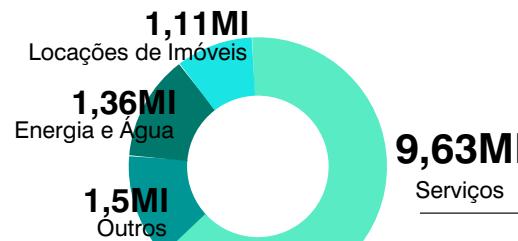
86,62%

Orçamento Ordinário

Gastos por finalidade



Fonte: SIAFI



Contratações mais Relevantes

A contratação mais relevante do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, em 2020, foi a de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo (serviços auxiliares à Administração), compreendendo os cargos de administração de banco de dados, administração e suporte de infraestrutura e suporte a usuários.

Destacam-se também a aquisição de mobiliários e computadores, bem como a obtenção de licenças do sistema operacional WINDOWS 10 PRO

As contratações mais relevantes estão alinhadas com os seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecimento da governança;
- Garantia dos direitos de cidadania;
- Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional.

As referidas contratações justificam-se pela necessidade de:

- Prover a infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais do Tribunal.

Tipos de Serviços	Valor
Apoio Administrativo	3,54 MI
Limpeza	2,04 MI
Vigilância	1,78 MI
Outros	1,37 MI
Manutenção Predial	712 MIL
Telefonia	95 MIL
Passagens	93 MIL
Total	R\$ 9,63 MI

4.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins investiu R\$ 1,61 milhões em infraestrutura e equipamentos.

Os principais investimentos foram para aquisição de mobiliários, computadores e obtenção de licenças do sistema operacional WINDOWS 10 PRO.



Fonte: SIAFI

Os investimentos realizados estão relacionados com os seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecimento da governança;
- Garantia dos direitos de cidadania;
- Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional.

Entre os resultados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar:

- a melhoria da infraestrutura física para o funcionamento das atividades institucionais do Tribunal;
- padronização do parque computacional.

Desfazimento de ativos

Em 2020, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins não realizou desfazimentos de bens ativos.

Foram registradas apenas baixas por furto/extravio no valor bruto de R\$ 34.207,34 (trinta e quatro mil, duzentos e sete reais e trinta e quatro centavos).

Tipos de investimentos	Valor
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 55.090,00
Aquisição de software pronto	R\$ 637.259,32
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 27.313,85
Desenvolvimento de Software	R\$ 78.971,19
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	R\$ 43.437,76
Equipamentos de TIC - Computadores	R\$ 112.000,00
Equipamentos médicos e odontológicos	R\$ 12357,71
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 22.966,74
Material permanente de TIC	R\$ 6.150,00
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	R\$ 807,00
Máquinas e equipamentos energéticos	R\$ 68.874,99
Mobiliário em geral	R\$ 538.571,50
Peças não incorporáveis a imóveis	R\$ 10.353,77
TOTAL	R\$ 1.614.153,83

Mudanças e desmobilizações

Em 2020, não houve mudanças e disponibilizações relevantes.

Conformidade legal

A gestão patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins está em conformidade com as normas regentes, consoante pode ser verificado nos sistemas ASI, SIAFI e SPIUnet.

Gastos com locação de imóveis



Fonte: SIAFI

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins tem 3 (três) imóveis locados no município de Palmas-TO para abrigar as instalações do Cartório Eleitoral da 29ª ZE e dos Anexos I e II da Secretaria. Os valores mensais das locações são de R\$ 37.197,20 (trinta e sete mil cento e noventa e sete reais e vinte centavos), R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e R\$ 43.639,05 (quarenta e três mil seiscentos e trinta e nove reais e cinco centavos), respectivamente.

Principais desafios e ações futuras

- Manutenção da qualidade dos imóveis próprios num cenário de escassez orçamentária.

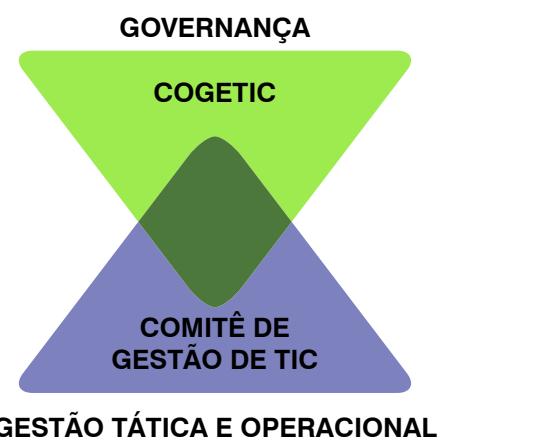
4.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.6.1 CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal em Tecnologia da Informação, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins observa e aplica as regras e normas legais (políticas e diretrizes internas) estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelo Conselho Nacional de Justiça ou pelo Governo Federal para garantir que o uso da Gestão de Tecnologia da Informação contribua para o alcance das metas estratégicas.

4.6.2 MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O modelo de governança de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins visa conferir foco à atuação das áreas administrativas de Tecnologia da Informação, apresentando estratégias e traçando planos de ação para implantá-las, o que possibilita o direcionamento de esforços e recursos para a consecução de metas. E tem como principal instância o Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação - COGETIC.



Coordenadores, Chefes de Seção, Analistas e Técnicos

As estratégias definidas pelo COGETIC são incorporadas ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC e servem de base para as ações e procedimentos constantes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, que estabelece as ações relevantes para Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins de acordo com suas perspectiva de Tecnologia da Informação:



SOCIEDADE

Contribuição para a Organização e para a Sociedade

1. Aprimorar o relacionamento com o cidadão: prover serviços do portal de internet com qualidade, a fim de ser utilizado como canal de comunicação e transparência, bem como aprimorar os serviços eletrônicos disponibilizados aos cidadãos.

2. Conceder acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, para possibilitar o exercício da cidadania e a inovação em tecnologias digitais.

PROCESSOS INTERNOS

• Orientação para o Usuário

1. Integração com usuário interno: Definir e implantar a cultura de processos e tecnologias, bem como aprimorar os processos de desenvolvimento, implantação e sustentação de aplicações com a utilização de metodologias.

• Excelência Operacional

1. Desenvolver ações de sustentabilidade de TI: Expandir ações para utilização de energias eco responsáveis (TI verde).

2. Aprimorar a infraestrutura de TI: prover infraestrutura tecnológica com qualidade e presteza para garantir a tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como incrementar a integração de processos, sistemas, serviços, dados, áreas e pessoas com uso inteligente da tecnologia.

3. Aprimorar o modelo de governança e gestão da STI: implementar as recomendações para elevar a maturidade de governança e gestão de TI, bem como aperfeiçoar a comunicação de decisões e informações relevantes para o trabalho.

• Orientação Futura

1. Inovação Tecnológica: Viabilizar inovações tecnológicas para os negócios.
2. Continuidade de Negócio: Prover recursos humanos capacitados para a continuidade dos serviços de TIC, em quantidade adequada.

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores e a busca por inovação de forma colaborativa.

4.6.3 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

O total das despesas empenhadas em TI foi de R\$ 4.763.965,36. Sendo que R\$ R\$ 4.540.671,85 (95,3%) referem-se à despesa custeio e R\$ 223.293,51 (4,7%) a investimento (equipamento e material permanente).



4.6.4 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	CONTRATO/EMPRESA	EMPENHO	OBJETO	VALOR EMPENHADO EM 2020 (R\$)	BENEFÍCIOS ALCANÇADOS
Aperfeiçoamento da governança de TI	OI S.A.	2020NE000148	Prestação de serviços de telecomunicações (internet).	892.633,47	Garantir e prover acesso à internet, aos serviços e sistemas administrativos do Tribunal.
Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	R & R Comercio e Servicos Ltda.	2020NE000495	Prestação de serviços de apoio administrativo.	846.175,65	Contratação de apoio administrativo compreendendo os cargos de supervisor e auxiliar administrativo, para atuarem na logística operacional das Eleições 2020.
Aperfeiçoamento da governança de TI	Hominus Gestão e Tecnologia Ltda.	2020NE000308	Prestação de serviços de apoio administrativo em TI.	817.150,69	Contratação de apoio administrativo compreendendo os cargos de administração de banco de dados, suporte de infraestrutura e apoio a usuários para compor equipe de trabalho e/ou projetos do Tribunal.
Aperfeiçoamento da governança de TI	Brasoftware Informática Ltda.	2020NE001072	Manutenção do suporte de infraestrutura de virtualização do datacenter.	642.330,00	Contratação de manutenção do suporte de infraestrutura de virtualização do datacenter para prover e desenvolver uma infraestrutura padronizada e replicável que simplifique a implementação e que permita o gerenciamento remoto eficiente e econômico.
Aperfeiçoamento da governança de TI	K R P Consultoria em Tecnologia de Informação Ltda	2020NE000212	Prestação de serviços técnicos continuados em desenvolvimento, manutenção, adaptação, suporte e implantação de sistemas de informação.	486.271,44	Contratação de prestação de serviços técnicos continuados em desenvolvimento, manutenção, adaptação, suporte e implantação de sistemas de informação (software), com medição métrica baseada em pontos de função (PF) para garantir o desenvolvimento de sistemas e ferramentas.
Aperfeiçoamento da governança de TI	Telefônica Brasil S.A	2020NE000827	Licença do sistema operacional windows 10 pro.	292.400,00	Garantir que os dispositivos do Tribunal estejam licenciados.

4.6.5 PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR.

As principais iniciativas (projetos e ações) realizadas que objetivam o aprimoramento ou desenvolvimento de sistemas foram:

1. Voto Online - é uma plataforma em nuvem com o intuito de atender a diversos tipos de eleições, podendo eleger pessoas ou chapas.
2. Eleitor Online (melhorias) - possibilita ao cidadão realizar atendimento pela internet e efetuar transferência, revisão de dados, pagamento de multas referente ao título eleitoral.
3. TRE-SAÚDE: COMED - sistema responsável pelo gerenciamento do plano de saúde do órgão do TRE-TO, facilitando o gerenciamento administrativos e de emissão de guias médicas.
4. SGIE (evolução: pagamento de mesários, recursos, pré-vistoria) - sistema criado para realizar a gestão dos dados relativos a pessoas (servidores, mesários e apoio), locais de votação e recursos materiais utilizados nas Eleições.
5. Coyote - sistema de gestão de pessoas com o objetivo de aprimorar a gestão de conhecimento dos colaboradores vinculados à justiça eleitoral do Tocantins e implantado em outros Tribunais Regionais Eleitorais.
6. Atena 3.0 e Atena 2.0 (pack de atualização) - tem como objetivo extrair os dados estatísticos e indicadores da Justiça Eleitoral, no âmbito do TRE-TO.
7. Espaço do Servidor - possibilita aos servidores consultar informações pessoais e acessar serviços administrativos.
8. GEL/Vistoria - a ferramenta tem como finalidade mapear as coordenadas geográficas dos locais de votação das zonas eleitorais e, assim, melhorar a logística utilizada nas eleições.
9. Novo DJE - o Diário da Justiça Eletrônico (DJE) é a publicação oficial do TRE-TO, por meio da qual veicula seus atos judiciais e administrativos e suas comunicações em geral.
10. Terceirizados (ajustes) - sistema criado para realizar a gestão dos dados relativos

aos colaboradores terceirizados.

11. SCDE (Apoio ao TSE) - O sistema possibilita a consulta do resultado de votação por candidato/seção.
12. Diplomas (sistema do TRE-SP) - A ferramenta Diploma possibilita a emissão de diplomas dos candidatos eleitos e suplentes.

4.6.6 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

Quanto à segurança da informação, são as principais ações implementadas pelo TRE-TO em 2020:

1. Revisão da Política de Segurança da Informação do TRE-TO.
2. Adequação dos parâmetros de segurança do sítio de internet do TRE-TO: Por meio da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR) foram realizadas adequações, atualizações e configurações nos sistemas disponibilizados na internet buscando maior segurança nos sistemas disponibilizados.
3. Utilização de VPN para acesso aos sistemas administrativos do TRE-TO: Disponibilizado acesso seguro utilizando Rede Virtual Privada (VPN) para os colaboradores que necessitaram acesso remoto para utilização dos serviços de Tecnologia da Informação em trabalho remoto por conta da pandemia.
4. Plano de Continuidade da Eleição Municipal 2020: Elaborado e aprovado o Plano de Continuidade da Eleição Municipal de 2020 no âmbito da Tecnologia da Informação descrevendo as ações preventivas, reativas e responsabilidades para tratamento de eventual crise.

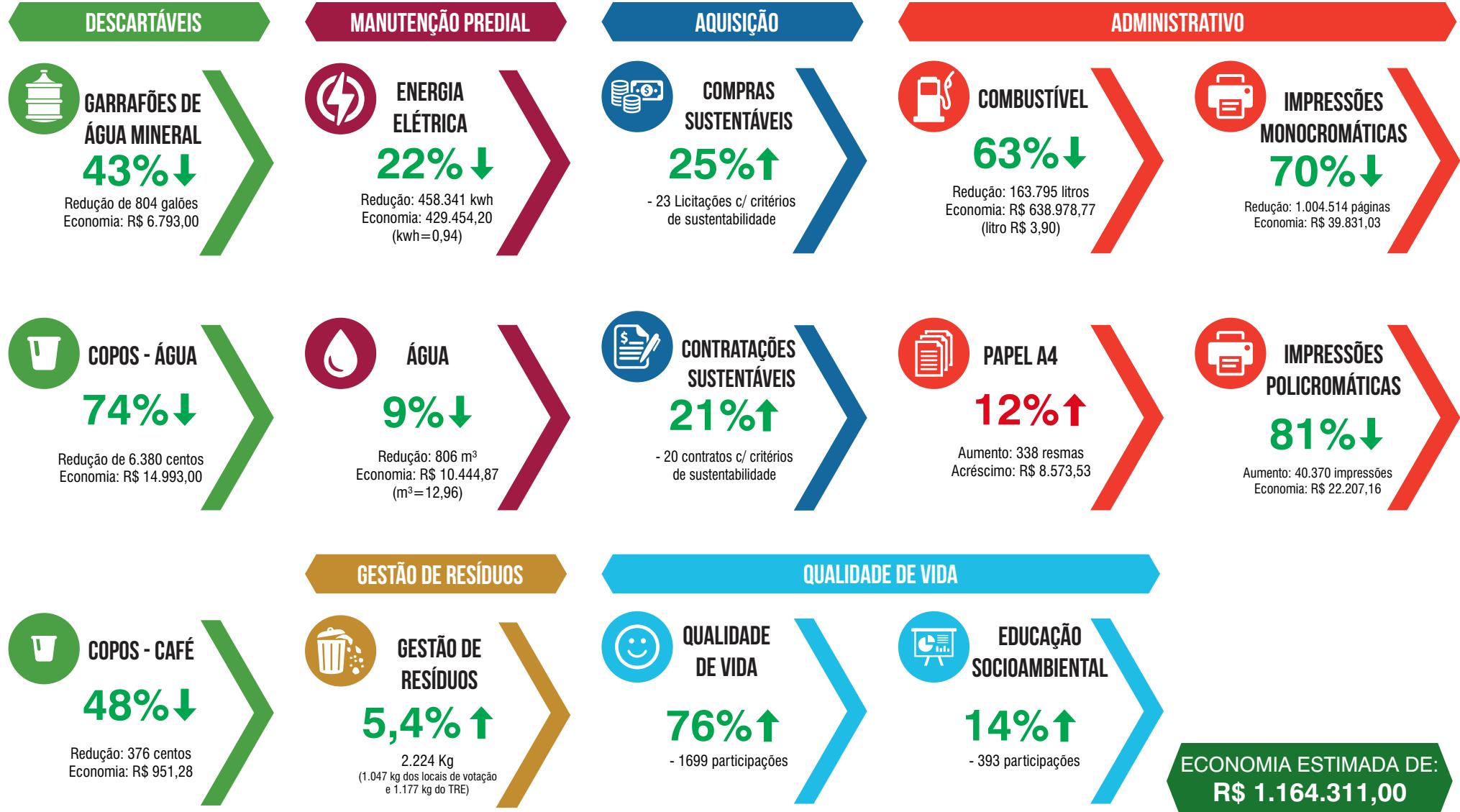
4.6.7 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS.

Disponibilizar Transformação digital: implementar softwares ou aplicações de atendimento ao cliente (eleitor) que possibilita a automatização e sistematização de processo de atendimento.

Otimização e desenvolvimento de serviços administrativos e gerenciais.

4.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Período-base: 2020 | Período de referência: 2018



Capítulo 5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



5.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Seção de Auditoria Contábil e Análise de Custos – SACAC, de acordo com a Resolução 116, de 15/02/2007 (<https://www.tre-to.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2007/resolucao-no-116-de-15-de-fevereiro-de-2007>), compõe a estrutura da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria – CCIA da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, que conforme o artigo 4º- F exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Tribunal.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Seção de Auditoria Contábil e Análise de Custos – SACAC, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Tribunal;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste

demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Declaração

Declaro que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Palmas- TO, 05 de fevereiro de 2021.

Luciano Gomes Gonçalves
CRC nº TO-002196/O-8

5.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Segundo a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, o Balanço Patrimonial demonstra os ativos, passivos e patrimônio líquido da Entidade. O Balanço Patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins fechou 2020 apresentando um Ativo total de R\$ 62.309.712,87. Ainda segundo a norma citada, ativos são recursos presentes controlados pela entidade como resultado e eventos passados. Os ativos do Órgão estão alocado basicamente em caixa (conta banco), estoques (principalmente de material de consumo, escritório e suprimentos eleitorais), bens móveis e imóveis, e intangíveis, basicamente softwares. O gráfico 1, abaixo, mostra essa composição, sendo o Ativo Circulante formado basicamente por caixa e equivalentes de caixa e estoques, o Imobilizado pelos bens móveis e imóveis e o Intangível, pelos softwares pertencentes ao Tribunal.



Gráfico 01 – Composição do Ativo do TRE-TO.

Pelo gráfico acima, percebe-se que o maior volume de recursos do Órgão está aplicado em bens móveis e imóveis, e isso se deve à natureza da Entidade, que com o objetivo principal de realizar eleições, precisa de uma forte estrutura predial, de móveis de escritórios e veículos, a fim de cumprir sua missão institucional. Percebe-se, ainda, um valor vultoso também em Softwares, e isso se deve ao fato de que os processos do Tribunal se dão basicamente em cima de infraestrutura de TI, uma vez que as eleições são totalmente informatizadas. Nesse caso, o Intangível passou de R\$ 6.340.049,62, em 2019, para os atuais R\$ 7.089.924,05, um aumento de 11,97%.

No que diz respeito à evolução patrimonial, a estrutura de Ativos permaneceu praticamente a mesma de 2019, porém houve um crescimento considerável na conta Caixa e equivalentes de caixa, da ordem de 73,43%, principalmente em razão do aumento do valor dos restos a pagar inscritos em 2020, se comparados a 2019, o que implica em um fechamento de ano com a necessidade de mais recursos em caixa. Houve ainda um aumento razoável no valor do intangível, da ordem de 11,97%, com a incorporação de novos softwares ao parque computacional do TRE-TO, conforme é evidenciado no Gráfico 02 abaixo.

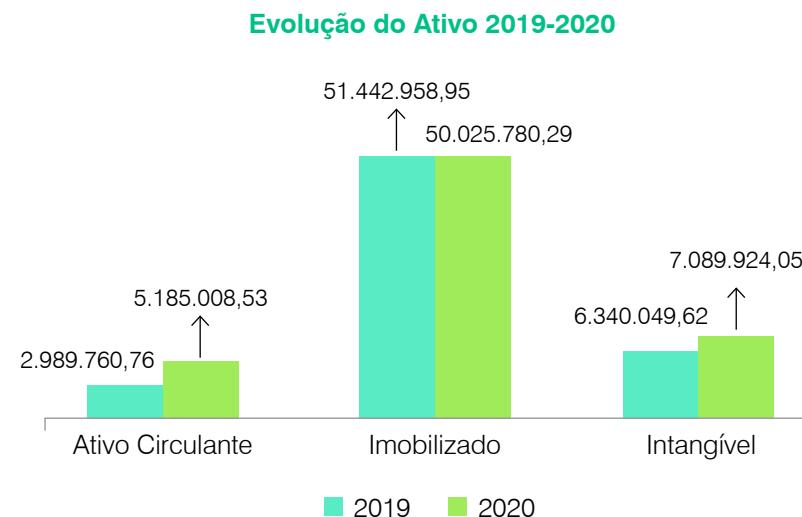


Gráfico 02 – Evolução dos Ativos do TRE-TO.

Em relação ao Passivo que, segundo a norma citada no primeiro parágrafo, é formado pelo Passivo Exigível, ou seja, o conjunto de obrigações presentes da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados, e pelo Patrimônio Líquido, que é o saldo residual dos ativos, após descontado o Passivo Exigível. O Gráfico 02 em seguida, apresenta o Passivo do TRE-TO, em 2020.

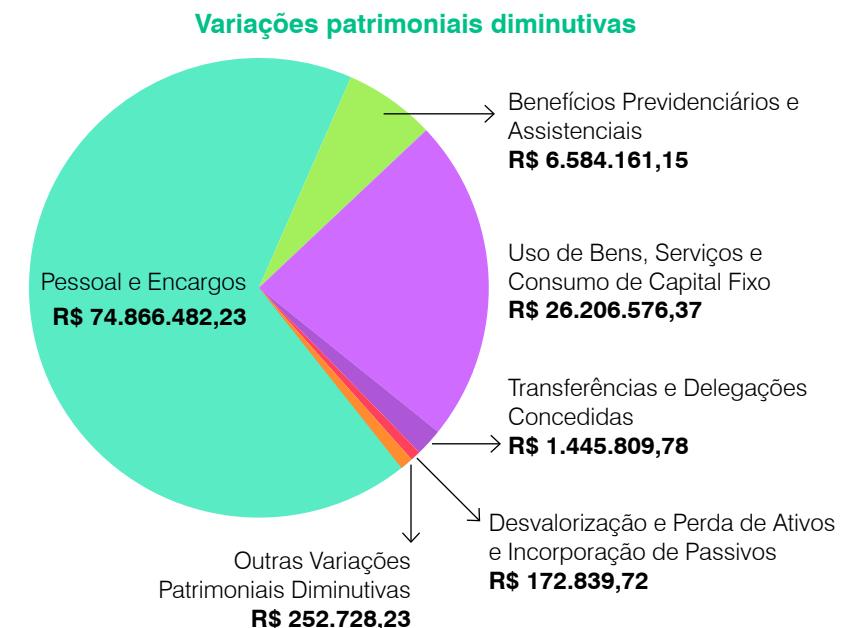


Demonstração Contábil mostra se o Ente Público aumentou ou diminuiu sua riqueza no ano.

Em 2020, o TRE-TO teve um saldo negativo de R\$ 403.205,05, ante um resultado positivo de R\$ 190.702,40 observado em 2019. As variações diminutivas se dão principalmente com as despesas com pessoal, consumo de material de expediente e depreciação e amortização de bens do Ativo Não Circulante. Esse valor acaba sendo alto em razão do alto valor de bens móveis, imóveis e intangíveis do Órgão.

No que concerne a variações aumentativas, estas se dão basicamente em função do recebimento do repasses orçamentários previstos em lei, visto que a UG não possui fontes de renda próprias.

Desta feita, o que vale analisar são as destinações destes recursos, ou seja, onde eles foram aplicados na execução das atividades rotineiras do Órgão. Abaixo, no Gráfico 04, são evidenciadas as destinações dos recursos utilizados em 2020, em um primeiro nível da DVP.



O Passivo Circulante, de R\$ 4.331.774,64, é formado por obrigações que devem ser liquidadas em 2021 pela Entidade. O Resultado do Exercício de R\$ -403.205,05 significa que o Tribunal teve, em 2020, menos variações patrimoniais aumentativas que diminutivas, ou seja, sua riqueza própria diminuiu nesse valor. Os Ajustes de Exercícios Anteriores, de R\$ -180.902,35, se referem a baixas realizadas no exercício, decorrentes de variações diminutivas (despesas patrimoniais) com fatos geradores ocorridos em anos anteriores, tais como baixas de depreciação acumulada de bens recebidos em doação, amortização de Intangível que não era realizada, pagamentos de fornecedores cujas estimativas de gastos foram insuficientes e também o reconhecimento de passivos de pessoal, cujo fato gerador pertence a exercícios anteriores e está relacionado com o período eleitoral. Por fim, o saldo de R\$ 58.562.045,63 se refere ao que o TRE-TO já acumulou de patrimônio, livre de qualquer obrigação, no decorrer de sua existência.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem por objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Assim, essa

Gráfico 04 – Variações Patrimoniais Diminutivas do TRE-TO em 2020.

Conforme se observa acima, a principal despesa patrimonial do TRE-TO, no valor de R\$ 74.866.482,23, o que representa 68,35% das variações diminutivas totais, que somaram no período R\$ 109.528.597,48, é o gasto com pessoal e encargos. Isso é mais que normal, uma vez que em essência, a UG é uma prestadora de serviços à sociedade, o que requer um elevado número de servidores realizando a prestação jurisdicional. O segundo maior gasto, absorvendo cerca de 23,93% das variações diminutivas, é o uso de bens, serviços e consumo, que está relacionado com o funcionamento e manutenção da estrutura física da Entidade, tais como gastos com energia elétrica, água, limpeza e conservação, segurança, serviços terceirizados em geral, consumo de bens de almoxarifado, e ainda, a depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Órgão.

Benefícios previdenciários e assistenciais, como auxílio-creche, auxílio saúde e auxílio alimentação, dentre outras despesas similares, foram responsáveis por 6,01% da redução do Patrimônio Líquido da UG. Gastos menores que completam as variações diminutivas são as transferências e delegações concedidas, com 1,32%, Outras variações patrimoniais diminutivas com 0,23%, e por fim, consumindo apenas 0,16% das variações, Desvalorização e perda de Ativos e incorporação de passivos.

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia quanto de recursos foram disponibilizados à UG, seus grupos de gastos e a execução destes recursos. Pelo fato da Justiça Eleitoral objetivar a prestação de serviços à sociedade, como a grande maioria dos órgãos públicos, quase que na sua totalidade o Orçamento desta Unidade Gestora, que consta da dotação atualizada (R\$ 98.049.621,00), está classificado nas Despesas Correntes e está distribuído da seguinte maneira: percentuais referentes às despesas totais – 75,43% no grupo de despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais; e 22,91% no grupo 3 – Outras Despesas Correntes. As Despesas de Capital, correspondem à apenas 1,66% do Orçamento, conforme o Gráfico a seguir:

Dotação atualizada (OGU) TRE-TO em 2020



Gráfico 05 – Dotação atualizada do TRE-TO em 2020.

Vale ressaltar que, além desse valor aprovado originalmente na Lei Orçamentária Anual, houve outras movimentações orçamentárias, aumentativas e diminutivas, que acabaram por alterar esses valores para R\$ 108.361.392,17, conforme tabela detalhada abaixo:

Dotação inicial	95.197.840,00
+ Provisão recebida	10.775.192,59
- Provisão concedida	(250.504,62)
- Destaque concedido	(212.916,80)
+ Crédito suplementar	5.259.176,00
- Cancelamentos	(2.407.395,00)
Dotação Atualizada	(1.783.977,12)
TOTAL	51.442.958,95

Tabela 01 – Movimentação de créditos do TRE-TO em 2020.

Quando se passa a analisar a execução orçamentária da UG, ou seja, quanto foi utilizado do orçamento disponibilizado, pode ser percebida uma alta eficiência nesse quesito, sendo que 96,79% do orçamento disponibilizado foi empenhado no exercício, o que demonstra que apenas 3,21% dos recursos destinados ao Órgão não foram utilizados. Tem-se ainda que, do total orçamentário, 95,88% foi líquidado, e 95,73% foi pago, o que evidencia o baixo saldo de Restos a Pagar a serem executados no ano

seguinte. Esse alto nível de execução evidencia um comprometimento da Gestão em realizar todos os projetos previstos no planejamento orçamentário. O Gráfico 06, a seguir, mostra os percentuais citados acima:

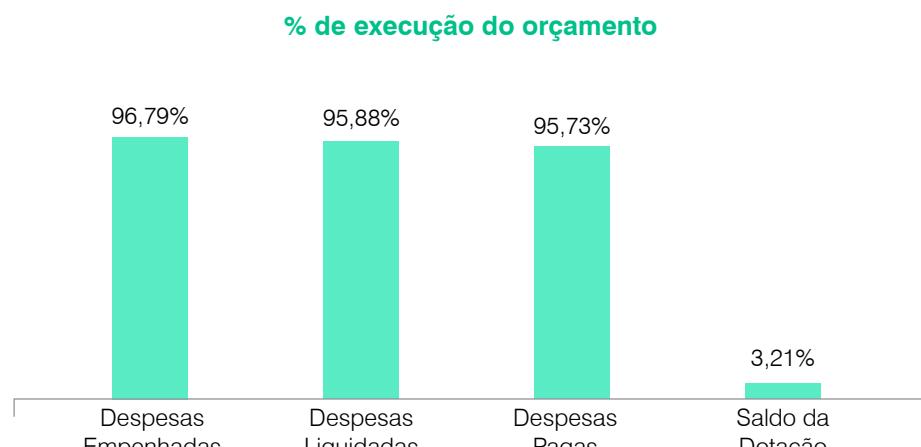


Gráfico 07 – Percentual de execução orçamentária do TRE-TO em 2020.

Vale destacar ainda que, dentro da execução orçamentária acima, estão contidos R\$ 463.421,42 a título de transferências enviadas a outros Órgãos, e R\$ 10.775.192,59 de recursos recebidos de outras UGs. Essas descentralizações de créditos se dão devido a contratos e convênios assinados entre o TRE-TO e outras Entidades, para fins da execução de projetos de interesses em comum. Ressalte-se que esse alto valor se deu em razão de recursos recebidos do TSE para custear a realização das eleições municipais de 2020. O detalhamento desses eventos está inserido nas Notas Explicativas, Nota nº 04, adiante neste Relatório de Gestão.

Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa

O Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa têm basicamente a mesma função, que é de demonstrar como foi o fluxo financeiro da entidade no exercício de estudo. A diferença básica está na forma de apresentação destes dados, uma vez que o Balanço Financeiro faz essa evidenciação utilizando uma classificação orçamentária, enquanto que a Demonstração do Fluxo de Caixa o faz, evidenciando os dados e entradas e saídas de recursos financeiros utilizando, além da classificação orçamentária,

uma subdivisão em fluxos operacionais (entradas e saídas relacionadas à atividade da UG), atividades de investimentos (relacionados a ativos não circulantes) e atividades de financiamento (vinculadas a empréstimos e financiamentos, sendo que neste tópico, o TRE-TO, devido à sua natureza, não possui entradas ou saídas no período).

No que concerne às entradas, os recursos financeiros que aportam no caixa da UPC advêm basicamente de repasses recebidos do governo federal por força da Constituição Federal de 1988. Quanto às saídas de caixa, os fluxos de desembolso são apresentados a seguir, no Gráfico 07 abaixo:

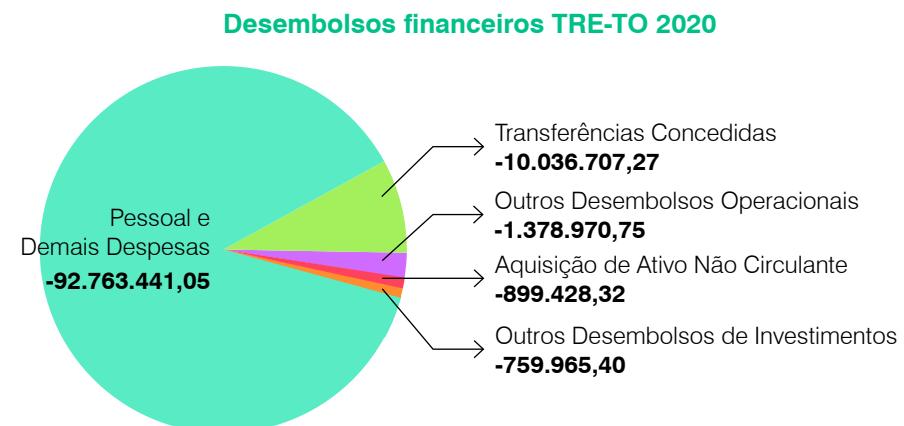


Gráfico 07 – Percentual de execução orçamentária do TRE-TO em 2020.

Uma vez que o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins tem sua atividade principal vinculada à prestação jurisdicional, o maior desembolso do Órgão se dá com o pagamento de pessoal e encargos relativos a seus servidores, sendo que, em 2020, essas saídas de recursos representaram 87,65% das saídas totais, que somaram R\$ 105.838.512,79. Em seguida, transferências, com 9,48% dos desembolsos, operacionais e outros desembolsos de investimentos com 1,30%, e aquisição de bens e outros desembolsos de investimentos com 0,85% e 0,72% respectivamente.

Em 2020, o TRE-TO teve um fluxo de caixa positivo de R\$ 2.063.298,76, ou seja, entrou mais dinheiro que saiu. Todavia, isso apenas significa que o Órgão, no ano, inscreveu mais despesas em Restos a Pagar que em 2019, e por isso precisa passar de uma ano para o outro com muito dinheiro em caixa. Em suma, a UG iniciou o ano com R\$

802.414,59, teve entradas de R\$ 107.901.811,55, saídas de R\$ 105.838.512,79, findando em 31/02/2020 com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 2.865.713,35.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/2067, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade gestora - UG 070027 – Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins do órgão 14000 – Justiça Eleitoral administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Desmontrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostos por:

- I Balanço Patrimonial (BP);
- II Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III Balanço Orçamentário (BO);
- IV Balanço Financeiro (BF);
- V Demonstração do Fluxos de Caixa (DFC);
- VI Notas Expliativas

5.3 NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Nota 1 - Ativo Imobilizado

Em 31/12/2020, apresenta-se o saldo de R\$ 50.025.780,29 para o Ativo Imobilizado. Na tabela a seguir, é representada a composição do seu subgrupo, para os exercícios de 2020 e 2019:

Tabela 2 - Imobilizado - Composição

	31/12/2019	31/12/2020	AH (%)
Bens móveis			
Bens móveis	34.964.620,80	30.686.228,66	-12,24%
(-) Depreciação de bens móveis	(19.641.105,32)	(16.744.693,83)	-14,75%
Bens Imóveis			
Bens imóveis	37.903.420,59	37.903.420,59	0,00%
(-) Depreciação de bens imóveis	(1.783.977,12)	(1.819.175,13)	1,97%
TOTAL	51.442.958,95	50.025.780,29	-2,75%

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

A metodologia adotada para o cálculo da reavaliação/redução e da depreciação mensal dos bens do Ativo Imobilizado obedece aos critérios previstos na Orientação nº 01/2010 – SOF/TSE, que considera: a) a apuração da vida útil dos bens e observa a tabela fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, exceto para as urnas eletrônicas, que receberam tratamento diferenciado em razão de sua natureza singular; b) o cálculo da depreciação mensal ocorre pelo método de quotas constantes. Já as taxas de depreciação também são fixadas pela STN; e, c) a reavaliação dos bens móveis é feita pelo método da depreciação. No que diz respeito à mensuração de ativos e passivos, adota-se o valor original para registros dos direitos e das obrigações, e o custo de aquisição e/ou produção tanto para o registro dos bens em almoarifado como dos bens móveis e imóveis do imobilizado. Verifica-se que estão sendo aplicadas no âmbito deste Regional as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público, publicadas pelo CFC e NBC TG 27 Ativo Imobilizado.

A depreciação acumulada dos bens móveis e imóveis no período que corresponde ao presente relatório de gestão, representa cerca de 2,75% do total das variações patrimoniais diminutivas que impactaram o resultado patrimonial apurado no ano de 2020.

Nota 2 - Ativo Intangível

Quanto aos ativos intangíveis, são compostos em sua totalidade por softwares, para os quais ainda não foi iniciado o processo de amortização, que está dependendo de ajustes no sistema ASIWEB, sob a responsabilidade do TSE, para realização do cálculo dos valores a serem registrados. Na oportunidade desse procedimento será realizada nova avaliação dos softwares, todos registrados atualmente na conta contábil 1.2.4.1.1.01.00 – Softwares com Vida Útil Definida, para verificação de itens passivos de reclassificação para a conta contábil 1.2.4.1.1.02.00 – Softwares com Vida Útil Indefinida e sobre os quais não incidem a amortização. Esses procedimentos serão realizados de acordo com a legislação aplicável, em especial a NBC TSP 08 Ativo Intangível e a Orientação SOF/TSE nº 12/2019.

Nota 3 - Passivo – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Houve um aumento nessa conta, do exercício de 2019 para o exercício de 2020, de cerca 95%, representando um montante total devido, em 31/12/2020, de R\$ 2.210.723,70. Essa variação considerável tem origem, principalmente, em acréscimos nas contas Pessoal a Pagar e Férias a Pagar, em razão de inscrição de obrigações liquidadas para o exercício de 2020, bem como do registro da provisão para férias, consoante Orientação SOF/TSE 10/2018.

Balanço Orçamentário

Nota 4 - Despesas Orçamentárias

Além dos detalhes da execução orçamentária do exercício de 2020, já apresentados no tópico referente ao Balanço Orçamentário, vale destacar ainda que no exercício sob análise foram realizadas Transferências Orçamentárias, recebidas e concedidas, referentes aos Termos de Execução Descentralizadas, conforme o Gráfico 08 ao lado:

Transferências realizadas em 2020

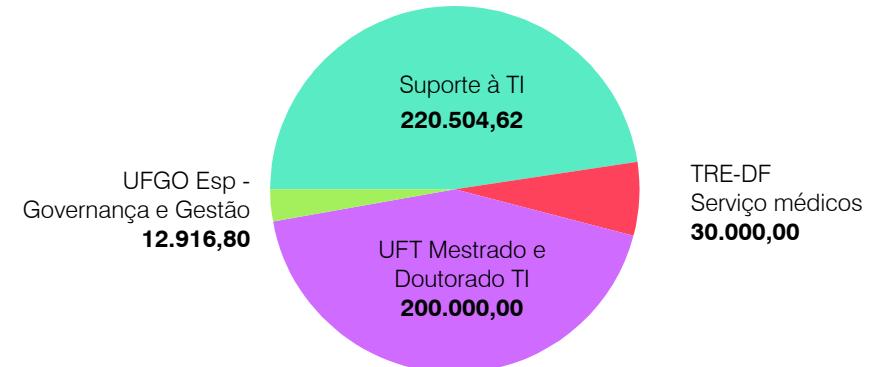


Gráfico 08 – Transferências concedidas pelo TRE-TO em 2020.

O TRE-TO realizou transferências, em 2020, num total de R\$ 463.421,42 para fazer frente a contratos e convênios realizados com outros Órgãos da Administração Pública Direta Federal. Destes, o maior volume, R\$ 220.504,62, ou seja, 47,58% do total de transferências concedidas, foram destinados ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, para fins de prestação de serviços de suporte à infraestrutura tecnológica por aquele Órgão, conforme Contrato TSE nº 16/2015.

Em seguida, R\$ 200.000,00 para a Universidade Federal do Tocantins, perfazendo cerca de 43,16% dos recursos, para fazer face ao Termo de Execução nº 01/2019 (Mestrado e Doutorado em Modelagem Computacional). R\$ 30.000,00 para o TRE-DF (Termo de Cooperação para fins de serviços médico-hospitalares), representando 6,47% das transferências.

Por fim, mais R\$ 12.916,80, que equivale a 2,79% do montante repassado, para fazer frente ao Termo de Execução Descentralizada nº 03/2018, que é destinado ao curso de pós-graduação Latu Sensu, junto à UFGO, na especialização em Governança e Gestão de Sistemas e Tecnologias de Informação.

No que se refere a recursos recebidos fora do orçamento aprovado na LOA, o Órgão prestador de contas recebeu, em 2020, o montante de R\$ 10.775.192,59, valor muito superior aos R\$ 885.270,71 recebidos em 2019. Todavia, destes, o maior valor, R\$ 10.510.523,00, sendo R\$ 6.391.794,00 para outras despesas correntes e R\$ 4.118.729,00 para pessoal, o que representa 97,54% destas transferências, vieram do TSE e eram destinadas a atender os gastos com a realização das eleições municipais ocorridas no ano. Recebeu ainda 1,23%, ou seja, R\$ 137.465,00 também do TSE, para gastos necessários à manutenção preventiva de Urnas Eletrônicas. Recebeu ainda, daquele Órgão Central da Justiça Eleitoral, R\$ 52.564,99, ou 0,49%, para realização de eleições suplementares no Município de Pugmil, e R\$ 74.639,60, pouco menos de 0,70% dos recursos recebidos, para aquisição de baterias para Urnas Eletrônicas, autorizados conforme Ofício-Circular nº 121/2020 GAB-DG. Estas informações podem ser visualizadas no Gráfico nº 09, a seguir:

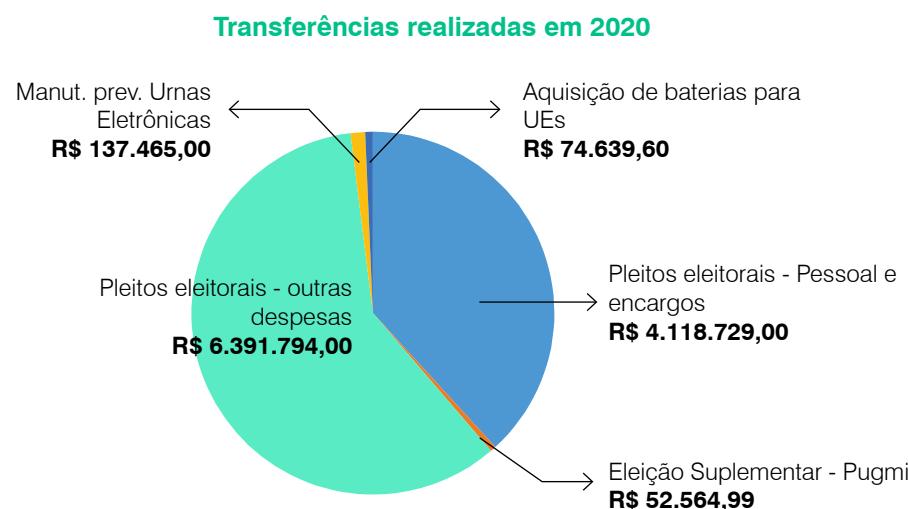


Gráfico 08 – Transferências concedidas pelo TRE-TO em 2020.

Nota 5 – Restos a Pagar

Os restos a pagar desta Unidade Gestora representam, em sua maior parte, a despesas de serviços contínuos e de outras contratações referentes à competência de dezembro/2020, cujo fato gerador só poderia ser verificado como completo no exercício seguinte.

Importa destacar que os pagamentos dos Restos a Pagar de exercícios anteriores não causam impactos na gestão financeira deste Regional, pois a inscrição ocorreu mediante a verificação de suficiência financeira ao final do exercício. Em 2020, foram inscritos R\$ 987.025,92 em Restos a Pagar Não processados, e R\$ 160.688,49 em Restos a Pagar Processados. Destaque-se, também, que o repasse de recursos financeiros para que tais compromissos sejam honrados goza da garantia prevista no art. 168 da CF/88, que os asseguram ao Poder Judiciário até o limite da dotação orçamentária recebida.

Quanto ao amparo legal, verifica-se a inexistência, para esta Unidade Gestora, de registro no SIAFI referente a empenhos de exercícios anteriores e inscritos em restos a pagar não processados, cuja vigência esteja expirada.

Por fim, tendo em vista todas as informações elencadas relativas às Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, para informações mais detalhadas, os demonstrativos citados neste documento são de acesso público e encontram-se no link abaixo:

http://www.tre-to.jus.br/transparencia/copy_of_gestao-orcamentaria-e-financeira-2/demonstracoes-contabeis

Capítulo 6

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.1 ATIVIDADES DE INSPEÇÃO, CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As ações correicionais consistem na fiscalização dos cartórios eleitorais e de suas atividades, inclusive no que se refere às autoridades judiciais e suas incumbências, são fundamentadas nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral números 7.651/65, 21.372/03, 23.416/04 e no Provimento CRE/TO nº 6/2020.

Tais ações são realizadas de forma direta, mediante inspeções e correições, e indireta, por meio da análise dos relatórios e sistemas utilizados na execução dos trabalhos cartorários, expedindo-se recomendações, caso necessárias.

As atividades correicionais se alinham aos seguintes objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins: garantia dos direitos da cidadania; combate à corrupção e à improbidade administrativa; celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional; e fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral. As correições ordinárias e extraordinárias e as inspeções podem ser realizadas de forma presencial ou virtual. No Estado do Tocantins, o Desembargador Marco Villas Boas é o Corregedor Regional Eleitoral para o biênio 2019/2021.

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, de acordo com o Provimento nº 6/2020, da Corregedoria Regional Eleitoral, as atividades de correições de primeiro grau são assim definidas:

I – inspeção: a avaliação periódica e previamente anunciada pela Corregedoria Regional Eleitoral para apuração de fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento do cartório eleitoral, abrangendo seus serviços, tramitação de processos judiciais e administrativos e utilização dos sistemas de informações, havendo ou não evidência de irregularidade;

II – correição ordinária: a avaliação periódica realizada pelo juiz eleitoral, sempre que iniciar a sua atuação na zona eleitoral e no mínimo uma vez por ano, para apuração dos fatos relacionados ao conhecimento e à verificação do funcionamento do cartório eleitoral e seus serviços, tramitação de processos judiciais e administrativos e utilização dos sistemas de informações, havendo ou não evidência de irregularidade;

III – correição extraordinária: o procedimento excepcional destinado à apuração de fatos determinados relacionados a deficiência grave ou relevante dos serviços eleitorais, ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral,

realizável a qualquer tempo, previamente anunciado ou não, podendo abranger parte ou totalidade dos serviços realizados pelo cartório eleitoral.

As correições ordinárias serão realizadas nos cartórios eleitorais pelo juiz eleitoral ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, até o dia 19 de dezembro de cada ano, e sempre que o juiz iniciar a sua atuação na zona eleitoral, para aferir a regularidade dos serviços eleitorais; velar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem dos serviços eleitorais; verificar se são observados, nos processos e atos eleitorais, os prazos legais; e verificar se há ordem e regularidade na documentação e no processamento do cadastro eleitoral.

A correição extraordinária, por sua vez, é o instituto correicional hábil a ser utilizado sempre que houver conhecimento de erros, abusos ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados.

Quanto às inspeções, serão presididas pelo Corregedor, ou por magistrado por ele designado, nas zonas eleitorais, objetivando aferir a regularidade dos serviços eleitorais; velar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem dos serviços eleitorais; verificar se são observados, nos processos e atos eleitorais, os prazos legais; verificar se há ordem e regularidade na documentação e no processamento do cadastro eleitoral; verificar se há exação nos atos dos juízes eleitorais e dos servidores lotados nos cartórios eleitorais; e orientar os juízes eleitorais e os servidores quanto à regularidade dos serviços nos respectivos juízos e cartórios.

As inspeções são úteis para verificar fatos que interessam à instrução de processos em trâmite na Corregedoria-Geral ou na Justiça Eleitoral, e são importantes também para verificar o funcionamento dos Cartórios Eleitorais, de modo que seus serviços sejam aprimorados, independentemente de haver, ou não, irregularidades.

Na verdade, são ferramentas que permitem o acompanhamento permanente dos trabalhos de primeiro grau de jurisdição e a aferição in loco dos serviços nos Cartórios Eleitorais, possuindo caráter pedagógico, orientador e assecuratório da correta aplicação de princípios e normas.

Em 2020, os trabalhos correicionais foram presididos pessoalmente pelo Corregedor ou pelo Vice-Corregedor. O Plano de Trabalho inicial para 2020 previu a realização de

inspeção em 16 (dezesseis) Zonas Eleitorais. Entretanto, as medidas de isolamento social implantadas a partir de março de 2020, como forma de conter o avanço da pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), impediu a continuidade na execução do cronograma inicialmente proposto, de modo que só foi possível a realização de inspeções em 5 (cinco) zonas eleitorais, a saber: 2^a (Gurupi), 14^a (Alvorada), 15^a (Formoso do Araguaia), 20^a (Peixe) e 26^a (Ponte Alta do Tocantins).



Portanto, os objetivos traçados no Plano de Trabalho que norteou as inspeções no ano de 2020 não puderam ser integralmente cumpridos, em razão das medidas de isolamento social por força da pandemia pelo COVID-19, o que obrigou ao desenvolvimento das atividades por meio de trabalho remoto.

Mesmo assim, a Corregedoria se manteve firme no papel de orientar e prestar apoio aos magistrados e servidores das Zonas Eleitorais, cumprindo a missão de velar pela correta aplicação dos princípios e normas.

Em todas as inspeções aconteceram audiências públicas para promover o diálogo entre a Justiça Eleitoral, as autoridades, os representantes da sociedade civil organizada e a comunidade em geral. A Justiça Eleitoral é a guardiã da democracia, e a democracia se fortalece com a participação popular e com o bom funcionamento das instituições governamentais.

Seguindo o roteiro, foram verificados 211 processos judiciais durante as inspeções ordinárias, com os necessários apontamentos e orientações acerca da regularização do trâmite processual.

Conforme determina o Provimento nº 9/2010 da Corregedoria-Geral Eleitoral do TSE, deve ser utilizado o Sistema de Inspeções e Correções Eleitorais - SICEL, para a realização das inspeções feitas pela Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins e também para as correções ordinárias feitas pelos juízes eleitorais. Referido sistema permite a emissão de arquivo organizado dos registros dos procedimentos, bem como a geração de relatórios consolidados por critérios diversos, inclusive pela área de interesse de eventual demanda anotada.

Isso é possível porque o SICEL possui um roteiro que estabelece os quesitos a serem analisados durante as inspeções. Cada quesito demanda a avaliação da conformidade do serviço, possibilitando a anotação de eventuais apontamentos para tratamento posterior.

O roteiro para as inspeções 2020 foi elaborado com foco na qualidade e regularidade dos serviços eleitorais, nos termos da Res. TSE nº 21.372/2003, e foi composto por 137 quesitos, cada um com campo próprio para o registro de observações quando detectadas não conformidades ou exigências de aperfeiçoamento.

Após a realização das Inspeções ou das Correções Ordinárias, a Corregedoria consolidou as informações por área técnica através de relatório. Para garantir a qualidade dos serviços sob a responsabilidade dos Juízos Eleitorais, o relatório é encaminhado pela CRE/TO à Presidência do TRE/TO para saneamento das pendências eventualmente apontadas, caso perdurem, levando em consideração o responsável pelo saneamento dos quesitos avaliados como “não conforme” ou “exige aperfeiçoamento”.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

No exercício de 2020, houve a autuação de 2 procedimentos disciplinares para a apuração de supostos ilícitos administrativos de competência da Corregedoria Regional Eleitoral do Tocantins.

REVISÕES DO ELEITORADO

As revisões do eleitorado são necessárias para apurar possível fraude que comprometa o alistamento eleitoral de uma zona ou município. Conforme fundamento do art. 59 da Resolução TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, a Corregedoria deverá inspecionar os serviços de revisão.

Em 2020, não houve revisão do eleitorado no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.



Capítulo 7

ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - ZONAS ELEITORAIS DO TRE-TO

1ª ZE - ARAGUAÍNA Fone: (063) 33219412	Municípios: ARAGUAÍNA	8ª ZE - FILADÉLFIA Fone: (063) 34781191	Municípios: BABAÇULÂNDIA FILADÉLFIA PALMEIRANTE
2ª ZE - GURUPI Fone: (063) 33114200	Municípios: ALIANÇA DO TOCANTINS CARIRI DO TOCANTINS CRIXÁS DO TOCANTINS GURUPI		Municípios: AGUIARNÓPOLIS ANGICO LUZINÓPOLIS NAZARÉ SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS TOCANTINÓPOLIS
3ª ZE - PORTO NACIONAL Fone: (063) 33631267	Municípios: BREJINHO DE NAZARÉ IPUEIRAS MONTE DO CARMO PORTO NACIONAL SANTA RITA DO TOCANTINS SILVANÓPOLIS	9ª ZE - TOCANTINÓPOLIS Fone: (063) 34711347	
4ª ZE - COLINAS DO TOCANTINS Fone: (063) 34761295	Municípios: BERNARDO SAYÃO BRASILÂNDIA DO TOCANTINS COLINAS DO TOCANTINS JUARINA PRESIDENTE KENNEDY	10ª ZE - ARAGUATINS Fone: (063) 34741276	Municípios: ARAGUATINS BURITI DO TOCANTINS CACHOEIRINHA ESPERANTINA SÃO BENTO DO TOCANTINS
5ª ZE - MIRACEMA DO TOCANTINS Fone: (063) 33661390	Municípios: LAJEADO MIRACEMA DO TOCANTINS TOCANTÍNIA	11ª ZE - ITAGUATINS Fone: (063) 34771136	Municípios: AXIXÁ DO TOCANTINS ITAGUATINS MAURILÂNDIA DO TOCANTINS SÃO MIGUEL DO TOCANTINS SÍTIO NOVO DO TOCANTINS
6ª ZE - GUARAÍ Fone: (063) 34641660	Municípios: FORTALEZA DO TABOCÃO GUARAÍ TUPIRATINS	12ª ZE - XAMBIOÁ Fone: (063) 34731131	Municípios: ANANÁS ARAGUANÃ XAMBIOÁ
7ª ZE - PARAÍSO DO TOCANTINS Fone: (063) 36021785	Municípios: ABREULÂNDIA DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS MONTE SANTO DO TOCANTINS PARAÍSO DO TOCANTINS PUGMIL	13ª ZE - CRISTALÂNDIA Fone: (063) 33541380	Municípios: CHAPADA DE AREIA CRISTALÂNDIA FÁTIMA LAGOA DA CONFUSÃO NOVA ROSALÂNDIA OLIVEIRA DE FÁTIMA PIUM

14ª ZE - ALVORADA Fone: (063) 3353 1409	Municípios: ALVORADA ARAGUAU FIGUEIRÓPOLIS SANDOLÂNDIA TALISMÃ	22ª ZE - ARRAIAS Fone: (063) 36531249	Municípios: ARRAIAS COMBINADO CONCEIÇÃO DO TOCANTINS NOVO ALEGRE
15ª ZE - FORMOSO DO ARAGUAIA Fone: (063) 33571472	Municípios: DURÉ FORMOSO DO ARAGUAIA	23ª ZE - PEDRO AFONSO Fone: (063) 34661440	Municípios: BOM JESUS DO TOCANTINS PEDRO AFONSO RIO SONO TUPIRAMA
16ª ZE - COLMÉIA Fone: (063) 34571303	Municípios: COLMÉIA COUTO MAGALHÃES GOIANORTE ITAPORÃ DO TOCANTINS PEQUIZEIRO	25 ª ZE - DIANÓPOLIS Fone: (063) 36921840	Municípios: DIANÓPOLIS NOVO JARDIM PORTO ALEGRE DO TOCANTINS RIO DA CONCEIÇÃO TAIPAS DO TOCANTINS
17ª ZE - TAGUATINGA Fone: (063) 36541086	Municípios: AURORA DO TOCANTINS LAVANDEIRA PONTE ALTA DO BOM JESUS TAGUATINGA	26 ª ZE - PONTE ALTA DO TOCANTINS Fone: (063) 33781102	Municípios: MATEIROS PINDORAMA DO TOCANTINS PONTE ALTA DO TOCANTINS
18ª ZE - PARANÃ Fone: (063) 33711166	Municípios: PALMEIRÓPOLIS PARANÃ SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	27 ª ZE - WANDERLÂNDIA Fone: (063) 34531104	Municípios: DARCINÓPOLIS PALMEIRAS DO TOCANTINS PIRAQUÊ RIACHINHO WANDERLÂNDIA
19ª ZE - NATIVIDADE Fone: (063) 33721172	Municípios: ALMAS CHAPADA DA NATIVIDADE NATIVIDADE SANTA ROSA DO TOCANTINS	28 ª ZE - MIRANORTE Fone: (063) 33551144	Municípios: ARAGUACEMA BARROLÂNDIA CASEARA DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS MIRANORTE RIO DOS BOIS
20ª ZE - PEIXE Fone: (063) 33561172	Municípios: JAÚ DO TOCANTINS PEIXE SÃO VALÉRIO SUCUPIRA	29 ª ZE - PALMAS Fone: (063) 32299845	Municípios: PALMAS
21ª ZE - AUGUSTINÓPOLIS Fone: (063) 34561459	Municípios: AUGUSTINÓPOLIS CARRASCO BONITO PRAIA NORTE SAMPAIO SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	31 ª ZE - ARAPOEMA Fone: (063) 34351323	Municípios: ARAPOEMA BANDEIRANTES DO TOCANTINS NOVA OLINDA PAU D'ARCO

32 ª ZE - GOIATINS Fone: (063) 34691284	Municípios: BARRA DO OURO CAMPOS LINDOS GOIATINS
33 ª ZE - ITACAJÁ Fone: (063) 34391146	Municípios: CENTENÁRIO ITACAJÁ ITAPIRATINS RECURSOLÂNDIA SANTA MARIA DO TOCANTINS
34 ª ZE - ARAGUAÍNA Fone: (063) 33219452	Municípios: ARAGOMINAS ARAGUAÍNA CARMOLÂNDIA MURICILÂNDIA SANTA FÉ DO ARAGUAIA
35 ª ZE - NOVO ACORDO Fone: (063) 33691274	Municípios: APARECIDA DO RIO NEGRO LAGOA DO TOCANTINS LIZARDA NOVO ACORDO SANTA TEREZA DO TOCANTINS SÃO FÉLIX DO TOCANTINS

 * O endereço das Zonas Eleitorais, nome do Juiz e do Chefe de Cartório e, ainda, os horários de atendimento podem ser consultados em:
<http://www.tre-to.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais>

GRUPO DE TRABALHO

Participaram da elaboração do Relatório de Gestão todas as unidades listadas abaixo. A coordenação dos trabalhos de levantamento das informações, em cada unidade, ficou a cargo dos servidores nomeados na comissão abaixo.

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão

Unidades	Servidores
Assessoria de Planejamento e Gestão - ASPLAN-DG	Sílvia Helena Dias dos Santos Renata de Sena Vieira (substituto)
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Juliana Avelar Lucena de Oliveira Graicy Cavalcante Fonseca (substituto)
Secretaria de Administração e Orçamento - SADOR	Julhierme Markus Emílio Peres da Cunha Márcio Santiago (substituto)
Secretaria Judiciária e Gestão da Informação - SJI	Wagna Cristiane Ribeiro Carlos Ancelmo Gomes e Lima (substituto)
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI	Valdenir Borges Júnior Evaldo de Menezes Tacho Júnior (substituto)
Corregedoria Regional Eleitoral - CRE	Ivana Aparecida Rosa Leão Rezende Ateon Alves de Siqueira (substituto)
Coordenadoria do Controle Interno - CCIA	Luciano Gomes Gonçalves Verner Maurício Wollmann (substituto)
Ouvidoria Regional Eleitoral - ORE	Henrique Hugueney Romero Rosângela Pereira Lima (substituto)
Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ	José Eudacy Feijó de Paiva Heverson de Almeida Braga (substituto)
Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial - ASCOM	Paula Marcia Bittencourt Viana Klein Eva Bandeira Barros (substituto)
Comitê de Gestão de Riscos	Valdenir Borges Júnior José Eudacy Feijó de Paiva (substituto)
Núcleo de Gestão Socioambiental - NUGES	Wagna Cristiane Ribeiro Rosane Helena Mesquita Vieira (substituto)
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - CPAI	Henrique Hugueney Romero

Coordenação e Supervisão Geral

Diretoria Geral
Francisco Alves Cardoso Filho

Assessoria de Planejamento e Gestão - ASPLAN-DG
Sílvia Helena Dias dos Santos
Renata de Sena Vieira
Valdirene Borges dos Santos

Arte

Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial - ASCOM
Coordenação: Paula Marcia Bittencourt Viana Klein
Projeto Gráfico e Diagramação:
Adriano Ferreira de Mendonça
Diogo Akyra Arantes Noda
Fotografia: Lucas Nascimento